ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 49 — Série VII — N.º 316
7 de Fevereiro de 1980

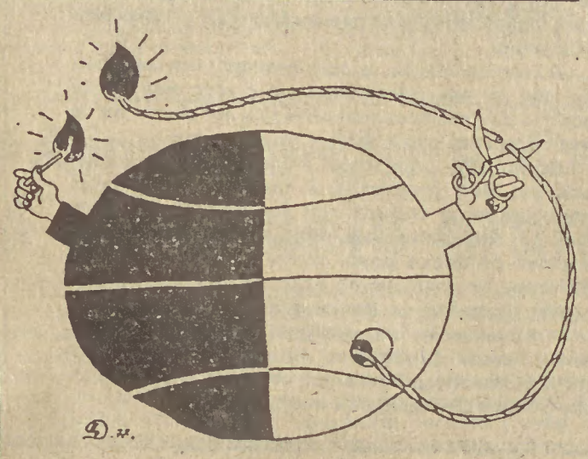
Preço: 10$00

SEMANÁRIO

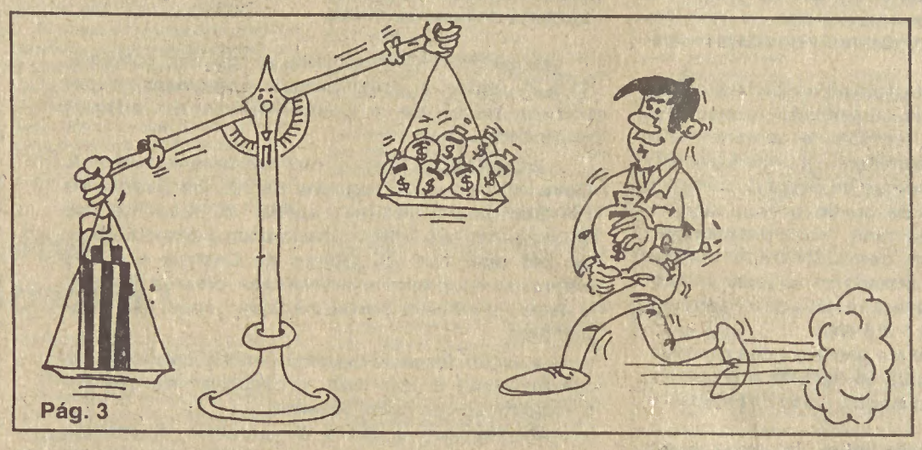
Propriedade do Partido Comunista Português — Dir./Red. – R. Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX — Tel. 76 97 25 – Telex 18390 — Composição e impressão – Heska Portuguesa — Distribuição – *CDL*, R. Pedro Nunes, – 1000 Lisboa

NÃO AOS NOVOS MÍSSEIS NA EUROPA

Comício amanhã à noite no Pavilhão dos Desportos



Pág. 10



Pág. 3

Campanha dos 20 mil contos
METADE DA META JÁ FOI ULTRAPASSADA!

TRINTA DIAS DE GOVERNO ANTIDEMOCRÁTICO E ANTIPOPULAR

Um balanço esclarecedor

Pág. 12

TRABALHADORES EM DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA

Pág. 9

FESTA DO «AVANTE!»

11, 12 e 13 de Julho no Alto da Ajuda

Este ano, e de novo no maravilhoso enquadramento do Alto da Ajuda, por cedência da Câmara Municipal de Lisboa e, pessoalmente, do seu presidente, realizar-se-á a grande Festa do «Avante!».

Antecipada para os dias 11, 12 e 13 de Julho, por exigências do calendário político de 1980, a «Festa mais humana e mais fraterna de Portugal» levará de novo ao Alto da Ajuda a arte, a alegria, a animação e o entusiasmo populares que estão nas suas tradições.

DELEGAÇÃO DO PCP DIRIGIDA POR ÁLVARO CUNHAL REGRESSOU DA VISITA A CUBA

Além de conversações com uma delegação do PC de Cuba, a delegação do PCP teve um encontro com Fidel Castro, primeiro secretário do PCC, com quem realizou uma ampla troca de opiniões sobre questões fundamentais de interesse comum para os dois partidos e os dois povos

Pág. 2

Almada vai ter novo Centro de Trabalho

Pág. 3

Saudações fraternais do PCP ao MPLA-Partido do Trabalho

Por ocasião do 4 de Fevereiro, data histórica na luta pela independência do povo angolano, o Comité Central do PCP enviou ao Comité Central do MPLA — Partido do Trabalho, a seguinte saudação:

Queridos camaradas,

Na passagem do 19.º Aniversário do 4 de Fevereiro de 1961, início da Luta Armada de Libertação do Povo Angolano, o Comité Central do Partido Comunista Português saúda calorosa e fraternalmente o Comité Central do MPLA — Partido do Trabalho, o seu presidente, camarada José Eduardo dos Santos, a classe operária e todo o povo trabalhador da República Popular de Angola.

Armado da sua vanguarda revolucionária, o MPLA, dirigido durante largos anos pelo saudoso camarada presidente Agostinho Neto, e contando sempre com a firme solidariedade das forças revolucionárias e anti-imperialistas de todo o Mundo, o povo heróico de Angola combateu e derrotou o colonialismo e a reacção interna, deteve a agressão estrangeira, fundou a sua República Popular, independente e soberana, e alcançou numa etapa relativamente curta da sua História importantes transformações políticas, económicas e sociais orientadas para o socialismo.

Ao mesmo tempo que vos desejamos novos e importantes sucessos na vossa luta pelo progresso, pela paz e pelo socialismo, asseguramo-vos, queridos camaradas, a nossa solidariedade de combate. Continuaremos a orientar a nossa acção pelo reforço e alargamento dos tradicionais laços de amizade e cooperação fraternais entre o Partido Comunista Português e o MPLA — Partido do Trabalho, laços nascidos na luta comum contra o fascismo e o colonialismo e assentes nos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, bem como contra toda e qualquer manobra do imperialismo e das forças reaccionárias portuguesas apostadas na sabotagem da natural e desejada aproximação, cooperação e amizade entre os povos irmãos da República Popular de Angola e de Portugal.

Pág. 12

Adesão total e unidade para um êxito justo na greve dos pescadores
Standard/ITT: acções conjuntas contra despedimentos
A recusa dos 40 CCTs: firme adesão à luta contra a provocação

Pág. 5

Editorial **DEMAGOGIA E REALIDADE NA POLÍTICA DO GOVERNO**

Editorial

DEMAGOGIA E REALIDADE NA POLÍTICA DO GOVERNO

A duplicidade da política do Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral – que combina a mais descarada demagogia com a deliberada ruptura das instituições visando um golpe disfarçado contra a democracia – ficou nestes últimos dias amplamente comprovada pela prática política da equipa governante.

O Comité Central do PCP na sua reunião plenária de há 15 dias denunciara com vigor o carácter dúplice da política do novo Governo; pusera a nu a sua verdadeira natureza social, identificada com os interesses de classe do grande capital financeiro aliado ao imperialismo e dos latifundiários; apontara-o, de facto, como destacamento das forças mais retrógradas da sociedade portuguesa empenhadas em destruir o regime democrático, aniquilar o 25 de Abril, restaurar sobre os escombros uma nova ditadura. Prevenira, enfim, o PCP de que em breve o lobo largaria a pele de cordeiro e que a verdadeira natureza reaccionária da política do novo Governo se mostraria sem disfarces aos olhos do Povo português.

Nestes últimos dias a prática política da nova equipa governante estalou em definitivo o verniz da demagogia e a verdade aí está em toda a sua nudez.

O Povo português, em particular os trabalhadores e as classes e camadas médias da população, dão-se agora conta, duma maneira directa e contundente, através do agravamento brutal e súbito das suas condições de vida, do aparecimento inquietante de novos surtos repressivos e duma maior precisão dos contornos de uma ameaça fascizante aos seus direitos, liberdades e garantias que a Constituição consagra, de que o novo Governo representa um perigo real para a democracia portuguesa e para a sobrevivência do 25 de Abril.

O PCP tem denunciado a falsidade das promessas demagógicas feitas pela aliança reaccionária durante a campanha eleitoral, quer no Programa do Governo quer na sua política concreta favorável aos potentados da exploração capitalista.

A cada passo, na acção do Governo, a verdade e a mentira da sua política vão surgindo com nitidez.

No plano social a aliança reaccionária alardeou na sua campanha eleitoral as mais risonhas promessas. Sá Carneiro e Freitas do Amaral e mais o seu ajudante de campo, do PPM, Ribeiro Teles, desfizeram-se em promessas por esse País fora.

«Combateremos a inflação, promoveremos o bem-estar, garantiremos a segurança», propagandeou Freitas do Amaral no Rossio em 29 de Outubro; «Combateremos a inflação e o aumento do custo de vida» disse no mesmo local o chefete do PPM: «Vamos viver melhor», proclamou Sá Carneiro em Vila Real. Por toda a parte os demagogos da aliança reaccionária prometeram o paraíso aos trabalhadores portugueses.

«O peixe voltará à mesa de todos os portugueses» – disse Freitas do Amaral.

Isto é a mentira

Entretanto, o primeiro acto «social» do Governo da aliança foi o congelamento de 40 contratos colectivos de trabalho que estabeleciam uma pequena actualização de salários para mais de meio milhão de trabalhadores. Para muitos destes, que há mais de 16 meses não tiveram qualquer aumento das suas remunerações, e para todos os outros que mourejam em Portugal, o brutal aumento dos combustíveis agora decretado veio trazer sombrias perspectivas.

Isto é a verdade da política do Governo.

DESDE já o aumento dos combustíveis vem acelerar o aumento dos preços e dos gastos gerais em numerosas indústrias e actividades, o que se projectará nos preços de artigos e serviços de primeira necessidade.

Só na pesca, principalmente na pesca de arrasto, que é a grande fornecedora de pescado no mercado consumidor, computa-se em 50% o aumento dos custos de produção. Ao conhecerem a brutalidade do aumento, numerosos armadores da pesca do carapau e da sardinha desistiram de enviar para o mar as embarcações e, por outro lado, 1500 pescadores, numa firme unidade e combatividade contra a injustificada recusa dos armadores ao justo pedido de aumento de salários que se arrastava há meses sem solução, declararam greve por 5 dias.

A política do Governo e a ganância dos grandes armadores da pesca vão não só agravar o preço do pescado como afastar mais ainda o peixe da mesa dos portugueses.

Nos transportes rodoviários de carga e de passageiros, calcula-se em 17 a 20% o agravamento dos gastos gerais, e nos táxis o custo da bandeirada, já deficitária, vai ainda tornar mais caro e inacessível o recurso a este meio de transporte.

Nos cimentos, prevê-se um aumento de 36 por cento nos custos de produção, o que virá agravar ainda mais a situação na construção civil. A promessa eleitoral da aliança reaccionária de duplicar a construção de habitações por ano no caso de ganhar as eleições, esfuma-se nos horizontes da política económica do seu Governo.

Na agricultura, o aumento do gasóleo, do fuel e do petróleo implicam um sério agravamento dos gastos gerais, enquanto o aumento inevitável do preço dos adubos e dos transportes comportará uma carga impossível de suportar pelos pequenos e médios agricultores e pelas UCPs que, como se sabe, elevaram muito a mecanização agrícola e a industrialização de produtos da agricultura.

Na indústria do papel calcula-se que os custos subirão de 400 000 contos.

Entretanto, só da gasolina o Governo retira mais de 21 escudos por litro para o Fundo de Abastecimentos, que bem se pode chamar um saco sem fundo dos Governos que têm dirigido o País nos últimos anos.

Curiosamente, este brutal aumento dos combustíveis tomba na sua parte mais considerável sobre as empresas do sector público e nacionalizado. Na produção de energia, na petroquímica, nos transportes, no cimento, no papel, os novos custos de produção serão um factor adicional das dificuldades do sector, actualmente sob o fogo concentrado dos novos detentores da máquina governativa.

Não deixa também de ser curioso verificar a fragilidade da aliança reaccionária nestas pequenas curvas da sua governação: o CDS, parceiro do PPD no Governo, numa evidente tentativa de aligar as suas responsabilidades nestas medidas «antipáticas», e, claramente, para tentar comer o partido de Sá Carneiro nas próximas eleições «protestou» contra o insólito aumento dos combustíveis.

«GARANTIREMOS o direito ao trabalho, combateremos o desemprego» – proclamaram por toda a parte os propagandistas da aliança reaccionária.

Entretanto, logo à raiz da apresentação do Governo e do seu Programa na AR, os patrões da ITT-Standard Eléctrica, apesar do aumento das encomendas em carteira, anunciaram o despedimento de 248 operários da fábrica de Cascais e outras empresas do grupo «electrónicas» como a Plessey e outras anunciam novas medidas contra os trabalhadores.

A acção das multinacionais em Portugal deve ser ainda vista à luz dos projectos «europeus» e «ocidentais» do novo Governo.

Sá Carneiro e todos os políticos da aliança reaccionária, neste capítulo acompanhados, como se sabe, pelo PS, proclamam aos quatro ventos a sua «aposta» na Europa – «na Europa ocidental e não na Europa do Leste», precisa Freitas do Amaral por causa das dúvidas...

Na «Europa» de Freitas do Amaral & C.ª, o desemprego e a crise conhecerão um novo agravamento neste ano de 1980 e no próximo 1981, nas previsões dos próprios analistas ocidentais.

Nos 6 da CEE o desemprego que subia em números oficiais a 6 200 000 subirá ainda mais nos próximos dois anos. Só na Bélgica, país capitalista altamente industrializado, o desemprego atingiu 9,2% da população activa. No conjunto dos países da OCDE, que abrange além da Europa capitalista os Estados Unidos, o Canadá e o Japão, prevê-se que o desemprego, que passou de 5,1 para 6%, em 1980 atinja uma percentagem ainda mais elevada. Ao mesmo tempo prevê-se não somente a estagnação como mesmo o recuo nos ritmos de produção.

O PNB dos países da OCDE, que em 1979 cresceu apenas de 3%, cairá segundo as previsões para 1,4% em 1980; o comércio externo cairá de um acréscimo de 7% para 3% em 1980, a balança comercial entre 1978 e 1980 agravou-se de 35 a 40 biliões de dólares.

É evidente que, quando o Governo da aliança reaccionária põe como privilegiado da economia nacional o sector privado, e neste, o primado da exportação, não há dúvida que se está a amarrar Portugal ainda mais fortemente ao carro da crise capitalista.

Tem, pois, inteira razão o PCP quando denuncia como operação política contra a revolução portuguesa, e não como perspectiva realista de desenvolvimento económico do País, a «opção europeia» de Sá Carneiro e Freitas.

A política externa do novo Governo, conduzida pelo aventuroso timoneiro do CDS, Freitas do Amaral, e a sua histeria anticomunista, além de isolar cada vez mais Portugal no concerto das nações e de nos amarrar mais ainda à política belicista do imperialismo, constitui um factor adicional de agravamento da nossa política económica.

A insensata política de hostilização da União Soviética e dos países socialistas preocupa seriamente os meios industriais portugueses para quem o mercado soviético era uma válvula de saída para o estrangulamento do comércio externo português a favor da CEE e da OCDE. Os industriais do Norte dos ramos do calçado, das confecções, do agar-agar, da metalomecânica e da construção naval, que exportam para a União Soviética 75% dos seus produtos de exportação, manifestam-se preocupados com a política do Governo.

Os industriais de curtumes de Alcanena e do Norte do País estão igualmente apreensivos com as consequências do cego anti-sovietismo dos actuais governantes.

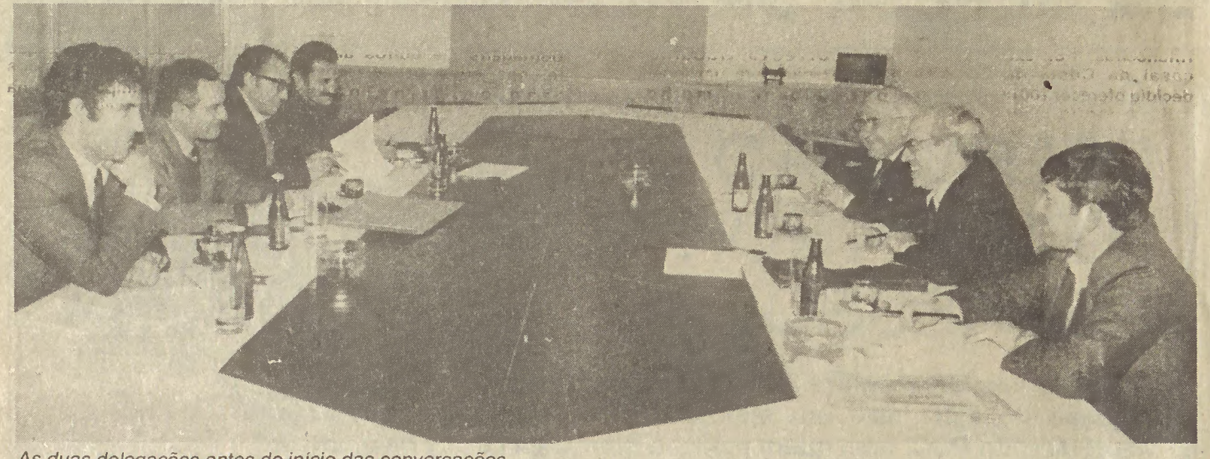
O jogo entre a demagogia e a realidade na política do Governo entra já nos domínios da batota e é profundamente esclarecedor da verdadeira natureza das forças actualmente detentoras da máquina governamental e da maioria parlamentar.

AOS trabalhadores, à classe operária portuguesa, cabe um papel fundamental na resistência do Povo português à política antipopular e antinacional do Governo de Sá Carneiro e Freitas.

Camadas muito vastas da população portuguesa são atingidas pela política de exploração e de acumulação capitalistas que inspira o actual Governo Sá Carneiro.

A centralização e concentração de capitais, essencial ao estabelecimento do poder económico e político do grande capital, está já a ser abertamente posta em prática pelos actuais governantes.

Só a luta organizada e decidida dos trabalhadores; dos pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais; da juventude e das mulheres; dos intelectuais, das camadas mais desfavorecidas do nosso povo, como os reformados, os deficientes, os desalojados e outros – só uma atitude resoluta de todos os democratas e patriotas pode obstar à realização dos desígnios antidemocráticos e antinacionais do Governo da aliança reaccionária e da sua maioria parlamentar conjutural, e derrotar a sua política demagógica e antipopular.



As duas delegações antes do início das conversações

Delegação do PCE em Portugal

A convite do Comité Central do Partido Comunista Português visitou Portugal de 30 de Janeiro a 1 de Fevereiro uma delegação do Partido Comunista de Espanha composta por Simon Sanchez Montero e Santiago Alvarez, membros do Comité Executivo do PCE, e José Maria Coronas, membro do Comité Central do PCE.

A delegação do PCE teve conversações com uma delegação do PCP composta por Octávio Pato e Domingos Abrantes, membros da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, Albano Nunes, membro do CC e responsável da Secção Internacional, e Jerónimo de Sousa, membro suplente do CC do PCP. A delegação do PCE foi ainda recebida pelo camarada Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do PCP.

Durante a sua estadia em Portugal a delegação do PCE visitou, no distrito de Lisboa, os concelhos de Loures, Sobral de Monte Agraço e Alenquer onde tomou conhecimento directo de aspectos da realidade portuguesa e da actividade do PCP.

Ficou encarada a deslocação a Espanha de uma delegação do PCP em data a acordar entre os dois partidos.

Delegação do PCP em Cuba

O camarada Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do PCP, regressou ao princípio da manhã de ontem ao nosso país, depois de uma visita de cinco dias que efectuou à República Socialista de Cuba, a convite do Comité Central do Partido Comunista de Cuba. O camarada Álvaro Cunhal viajou acompanhado do camarada António Murteira, membro do Comité Central do nosso Partido.

Durante a sua permanência na Ilha da Liberdade, o secretário-geral do Partido Comunista Português encontrou-se com o camarada Fidel Castro, Primeiro-Secretário do Partido Comunista de Cuba, e manteve conversações com uma delegação daquele partido irmão chefiada pelo camarada Osvaldo Dórticos, membro do «Bureau» Político do Comité Central.

A delegação do nosso Partido deslocou-se à província de Matanzas, tendo então visitado as instalações de uma central açucareira, um centro genético para criação e selecção de gados e uma cooperativa de pequenos agricultores.

No âmbito do programa da sua estadia em Cuba, os camaradas Álvaro Cunhal e António Murteira estiveram na Ilha da Juventude (isla de los Pinos). Aqui, a delegação do nosso Partido visitou as instalações do célebre «Presidio Modelo», local onde, durante a ditadura de Batista, estiveram encarcerados milhares de patriotas cubanos, nomeadamente os participantes no assalto ao quartel de Moncada e, entre eles, o camarada Fidel Castro. As antigas instalações prisionais da ditadura estão hoje transformadas em Museu da Revolução.

Encontro com estudantes angolanos e moçambicanos

Na Ilha da Juventude, o camarada Álvaro Cunhal deslocou-se a dois estabelecimentos de ensino frequentados por jovens da República Popular de Angola e da República Popular de Moçambique. Recebidos em cada um deles pelos professores cubanos e por mais de meio milhar de jovens daqueles dois países africanos, os dirigentes do PCP percorreram demoradamente as instalações, assistiram a aulas e foram saudados pelos estudantes, tudo isto num clima de entusiástica amizade e solidariedade.

Falando aos estudantes, o Secretário-Geral do Partido Comunista Português aludiu ao facto de constituir um motivo de orgulho e de alegria para todos os revolucionários apreciar como centenas de jovens africanos se estão a preparar naquela terra livre da América para melhor servir as respectivas pátrias na edificação de um futuro melhor. O camarada Álvaro Cunhal sublinhou ainda na altura os laços de amizade e de solidariedade combativa existentes entre o PCP, o MPLA-Partido do Trabalho e o Partido FRELIMO.

Na Ilha da Juventude, os camaradas Álvaro Cunhal e António Murteira puderam ainda visitar as novas plantações de citrinos, que transformaram completamente a fisionomia da ilha e criaram uma nova riqueza económica para Cuba, bem como as respectivas obras de irrigação e uma fábrica de produtos derivados.

A delegação do nosso Partido teve ainda oportunidade de se deslocar à casa onde o grande patriota cubano e intelectual latino-americano José Marti viveu em 1870, antes da sua deportação para Espanha. A casa é hoje Monumento Nacional.

Conversações PCC-PCP

Ao princípio da tarde de ontem, e a propósito da visita a Cuba da delegação do PCP chefiada pelo camarada Álvaro Cunhal, a SIP do PCP distribuiu a seguinte informação à Imprensa:

A convite do Comité Central do Partido Comunista de Cuba, uma delegação do Partido Comunista Português, dirigida por Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do PCP, e de que fazia também parte António dos Santos Murteira, membro do Comité Central, visitou Cuba de 1 a 5 de Fevereiro de 1980.

Fidel Castro, Primeiro-Secretário do Partido Comunista de Cuba, realizou com a delegação do PCP uma ampla troca de opiniões sobre questões fundamentais de interesse comum para os dois Partidos e os dois povos.

A delegação do PCP teve também conversações com uma delegação do Partido Comunista de Cuba, dirigida por Osvaldo Dórticos, membro do Bureau Político do PCC, e que integrava também Jesus Montané Oropesa, membro do Comité Central e chefe do Departamento Geral de Relações Exteriores, Rafael Polanco, vice-chefe do mesmo Departamento, assim como Javier Ardizones e Júlio Ballesta, respectivamente chefe de secção e funcionário do Comité Central.

Durante as fraternais conversações realizadas foi evidenciada a identidade de pontos de vista sobre os assuntos tratados e o espírito existente entre os comunistas portugueses e cubanos. Em todos os lugares visitados, o acolhimento dispensado à delegação do PCP testemunhou a solidariedade do povo cubano para com o povo português.

A delegação do PCP deu uma informação sobre a actual situação em Portugal, e sobre a luta do povo português para defender as conquistas do 25 de Abril e o regime democrático, hoje ameaçado pelas forças reaccionárias.

O Partido Comunista de Cuba reiterou o seu apoio à luta dos comunistas e do povo português, felicitou o Partido Comunista Português pelos êxitos alcançados nas recentes eleições para a Assembleia da República e para as Autarquias Locais, e sublinhou a importância destes êxitos na firme e consequente luta conduzida pelo PCP no plano nacional e internacional.

Os representantes do Partido Comunista de Cuba deram uma informação sobre o cumprimento das decisões do I Congresso do Partido Comunista de Cuba e os trabalhos preparatórios do II Congresso, que terá lugar no corrente ano.

A delegação do Partido Comunista Português manifestou o seu apreço pelos esforços realizados pelo povo cubano no cumprimento das tarefas da construção do socialismo, e reiterou a sua condenação ao bloqueio imposto a Cuba pelo governo dos Estados Unidos, bem como o seu apoio à exigência de devolução da base militar norte-americana de Guantánamo e do território que ocupa contra a vontade do povo cubano.

Na análise da situação internacional, os representantes dos dois partidos destacaram a importância da crescente luta que continuam a travar os povos da África, Ásia e América Latina para romper os laços de dependência coloniais e neocoloniais e alcançar a sua verdadeira e completa independência, bem como o fortalecimento da luta contra o racismo, o sionismo e o «apartheid», e a solidariedade cada vez mais ampla que esta luta exige.

No decorrer das conversações foi sublinhado o papel significativo que desempenha nas relações internacionais o Movimento dos Países Não-Alinhados, cuja 6.ª Cimeira se realizou com êxito em Havana.

Os dois partidos condenaram energicamente as acções que o imperialismo e a reacção internacional vêm empreendendo com o objectivo de sabotar os êxitos alcançados no caminho do desanuviamento e de fazer retroceder o mundo ao tempo da «guerra fria», acções essas de consequências imprevisíveis. Repudiaram igualmente as decisões propostas pelos EUA e adoptadas pela NATO para modernizar o seu armamento e instalar novos mísseis nucleares na Europa, a decisão do governo norte-americano de congelar a ratificação do Tratado SALT-II, as acções dos partidários do crescimento irracional dos gastos militares e dos que se arrogam o direito de financiar e organizar a contra-revolução noutros países.

Ambos os partidos apoiam vigorosamente a luta da classe operária nos países capitalistas e dos movimentos de libertação nacional, concordando quanto à urgente necessidade de fortalecer a unidade das forças democráticas e progressistas para fazer frente aos intentos do imperialismo e da reacção e assegurar o avanço dos povos em direcção ao progresso, à paz e ao socialismo. A este respeito, foi sublinhado o significado do papel que a URSS e os restantes países da comunidade socialista desempenham como factor de apoio aos processos revolucionários dos povos e na manutenção da paz em todo o Mundo.

A delegação do Partido Comunista de Cuba expressou ao camarada Álvaro Cunhal grande satisfação pela sua presença, assim como o seu reconhecimento pela invariável solidariedade dos comunistas portugueses para com a Revolução Cubana.

Foi examinado o desenvolvimento da colaboração e do intercâmbio entre os dois partidos e foram tomadas novas decisões com vista ao contínuo fortalecimento dos seus laços de amizade. Foi igualmente reafirmada a vontade dos dois partidos continuarem a trabalhar para o desenvolvimento da cooperação entre Portugal e Cuba, para o progresso e o bem-estar dos respectivos povos.

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!
O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português.* Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699-Lisboa CODEX. Tel. 768345.
ADMINISTRAÇÃO: *Editorial Avante, SARL.* Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º – 1000 Lisboa. Tel. 769744/769751.
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa-CODEX. Tel. 769725/769722.
DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL. **Serviços Centrais:** Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º – 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825.
Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C/v – 1000 Lisboa. Tel. 769705. (Abrange os distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal).
Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – 1200 Lisboa. Tel. 372238.
Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 – 4000 Porto. Tel. 28938.
Casa da Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq – 4000 Porto. Tel. 310441.
Centro Distribuidor do Centro: Rua 1.º de Maio 186, Pedrulha – 3000 Coimbra. Tel. 31286.
Centro Distribuidor do Alentejo: Alcarcova de Baixo, 13 – 7000 Évora. Tel. 26361.
Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 – 8000 Faro. Tel. 24417.
ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º – 1000 Lisboa. Tel. 779828.
PUBLICIDADE CENTRAL:
Av. Santos Dumont, 63-A – 1000 Lisboa. Tel. 776936/776750. *Porto* – Rua do Almada, 18-2.º Esq.º – 4000 Porto. Tel. 381067.
EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 – Venda Nova – 2700 Amadora. Tel. 900044.
Composto e impresso na **Heska Portuguesa** R. Elias Garcia, 27 – Venda Nova – 2700 Amadora.

Tiragem média do mês de Janeiro: 72 430

Comemorações do 31 de Janeiro

A 31 de Janeiro de 1891 registou-se, no Porto, a primeira tentativa de implantação da República no nosso país, numa acção heróica mas mal coordenada e que sairia fracassada. Todavia os acontecimentos desta data, as suas vicissitudes e erros serviriam, em certa medida, para orientar a arrancada vitoriosa de 5 de Outubro de 1910, que apearia definitivamente a monarquia portuguesa.

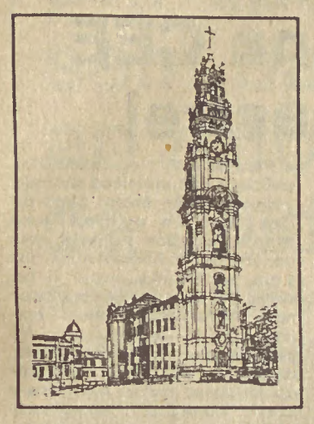
Para além do significado democrático e patriótico da revolta do Porto de 31 de Janeiro de 1891, esta data adquiriu ao longo dos 48 anos do fascismo um profundo significado como símbolo da unidade e da disposição combativa das forças democráticas na luta pela democracia, pela paz, pela liberdade do povo português.

Comemorar o 31 de Janeiro é afirmar que se mantêm vivos os sentimentos democráticos e os ideais da liberdade, progresso e justiça social, que animaram a luta de sucessivas gerações de democratas, que inspiraram a Revolução de Abril e que constituem o conteúdo essencial da Constituição da República Portuguesa.

Estas comemorações tiveram particular relevância na cidade do Porto, como é natural, onde, nomeadamente, se efectuou um jantar comemorativo no recinto do Académico, que contou com a participação de largas centenas de democratas e antifascistas de várias tendências.

Campanha dos 20 mil

Um novo e decisivo arranque!



O objectivo de oferecer ao PCP, por alturas do 59.º aniversário, no próximo mês de Março, uma sede no Norte à altura do Partido, está a mobilizar as organizações e militantes comunistas no sentido de darem à Campanha dos vinte mil contos o novo e decisivo arranque necessário para satisfazer os compromissos assumidos pelo Partido e concretizar os objectivos da Campanha.

Há que recuperar os atrasos por forma a conseguir oferecer ao Partido este presente para o futuro: uma sede no Norte à altura da força, do prestígio e das crescentes responsabilidades do PCP.

A tarefa não é fácil e disso também têm consciência os militantes do PCP. Por isso mesmo se dedicam com entusiasmo às iniciativas da Campanha. E uma das iniciativas em curso é a do dia de salário para o Partido, lançada precisamente sob a consigna «Cinquenta e nove anos de luta. — Um presente para o futuro». A iniciativa está em marcha: as listas de subscrição do dia de salário, os cupões do dia de salário, os compromissos para o dia de salário, começaram já a circular. Impõe-se avançar com a iniciativa, discutindo-a politicamente com os militantes e nas organizações.

Uma organização na campanha: A célula da Petrogal

Com o objectivo de divulgar as experiências de trabalho para a Campanha das organizações mais avançadas, em particular das que atingiram já a sua meta, começa o «Avante!» neste número a publicar uma série de depoimentos de responsáveis dessas organizações.

Começamos com a célula da Petrogal — EP, a cujos responsáveis colocámos a questão de saber a que se deve, em seu entender, o bom trabalho que a organização está a desenvolver para a Campanha. Responderam-nos:

«Principalmente à discussão política e à compreensão política da importância que tem para nós, comunistas, e para os trabalhadores em geral, a existência de uma sede no Norte à altura do Partido. Esta necessidade imperativa verifica-se por razões de vária ordem e, em particular, devido ao constante aumento da nossa implantação nas massas trabalhadoras, o que se traduz no grande crescimento das organizações, e o que obriga o nosso Partido a um enorme esforço de resposta nos planos político e organizativo.

«O êxito da Campanha deve-se também à responsabilização de alguns camaradas com boas características para este tipo de trabalho e de provada dedicação, que têm contribuído largamente para o êxito que está à vista.»

Procurámos seguidamente saber da célula da Petrogal que medidas, de direcção e outras, foram tomadas na organização com vista à Campanha:

«Pelo menos mensalmente, responderam-nos, faz parte da ordem de trabalhos das reuniões ordinárias o ponto da situação desta frente de trabalho, sendo tomadas decisões colectivas, em função das necessidades e com vista aos objectivos a atingir. De tal ordem que, três meses após o início da Campanha, já previamos a ultrapassagem da meta inicialmente prevista.»

A Campanha, como é sabido, ressentiu-se da intensidade das tarefas eleitorais que se colocaram nos últimos meses às organizações do Partido. Daí o pretendermos saber da célula da Petrogal como têm os camaradas conciliado o trabalho para a Campanha com o trabalho geral do Partido. Responderam-nos prontamente:

«Para nós todas as tarefas são não só perfeitamente conciliáveis como complementares desde que, pela discussão política travada em seu tomo, como no presente caso, se consiga colectivamente e com muita clareza, ganhar a organização para o esforço que é preciso dispender e para a necessidade de as levar para fora do Partido, abrindo-as à participação de todos os democratas e ganhando portanto a participação de um cada vez maior número de trabalhadores.»

Perguntámos por fim aos camaradas da célula da Petrogal qual era neste momento o ânimo da organização, já que a meta foi atingida mas a Campanha tem ainda de continuar:

«O ânimo da organização é bastante bom», responderam-nos. «Vencidas que foram as dificuldades iniciais, e mesmo a ideia que alguns camaradas tinham nessa altura de que a meta apontada era utópica, é convicção de todos os camaradas que até ao fim da Campanha ultrapassaremos a meta inicial em cerca de 50%» — concluíram.

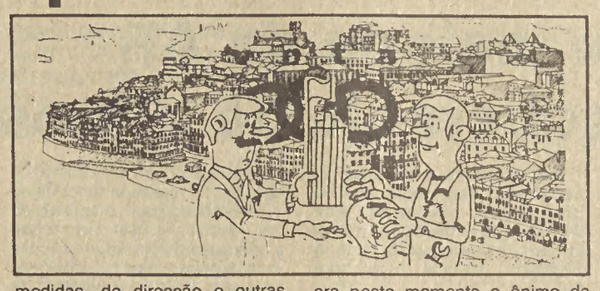
Iniciativas em marcha

Respondendo à orientação definida para esta fase do trabalho da Campanha, diversas organizações estão a dinamizar as mais variadas iniciativas procurando, simultaneamente, seguir a grande orientação geral e central que é a de levar a Campanha para fora do Partido.

De entre essas iniciativas podemos já referir as seguintes:

• Nos concelhos da OIC — Organização Interconcelhos do Porto — estão já à venda os bilhetes para um sorteio a realizar no próximo dia **13 de Março.** O prémio é um televisor a cores!

• Também no Comité Local do Porto e nas células da Efanor e do Grupo Mondego, do sector têxtil, estão em preparação os lançamentos de sorteios de que oportunamente daremos notícias.



Ultrapassados os 10 mil contos!

10 000 400$00 — Aconteceu no passado dia 1. A Campanha registou mais de 10 mil contos, ultrapassando assim os 50 por cento da meta final.

A notícia seria revelada no dia seguinte, durante a Reunião Regional de Quadros da Organização do PCP no Porto, sendo calorosamente saudada pelos camaradas presentes.

Nas diversas intervenções do encontro foi sublinada a necessidade de prosseguir o esforço pelo êxito da Campanha, por forma a que o Partido possa satisfazer os compromissos assumidos e que os militantes e toda a organização possa dispor, já na altura do 59.º aniversário do Partido, da nova sede no Norte à altura da sua implantação, prestígio e responsabilidades.

Para isso, há que aproveitar e desenvolver todas as frentes de trabalho. É necessário recuperar os atrasos e vencer as dificuldades que têm dado à Campanha uma sequência irregular e desigual de organização para organização. É necessário prosseguir o debate com todos os militantes, simpatizantes e amigos do Partido sobre o significado da Campanha. É necessário concretizar rapidamente as diversas iniciativas promovidas no quadro da Campanha.

A sede existe. Há que pagá-la. Ao trabalho, neste arranque final, rumo ao êxito da Campanha dos 20 mil!

JCP de Trás-os-Montes lança campanha de recrutamento

Objectivo: 500 novos militantes

Até à data do 1.º Congresso da JCP, marcado, como aqui já divulgámos, para o próximo mês de Maio, os militantes da Juventude Comunista Portugesa de Trás-os-Montes estarão empenhados numa campanha de recrutamento que tem como meta a aderência de 500 novos membros.

A decisão foi tomada no decurso de uma reunião realizada há dias na cidade de Vila Real e vem referida num documento assinado pelo Executivo da Direcção da Organização Regional de Trás-os-Montes da JCP.

O texto divulgado após o encontro dedica também especial atenção à análise da presente situação da juventude escolar e trabalhadora, detendo-se ainda nos problemas do Ensino e na política do Governo da Aliança Reaccionária.

«A suspensão de 68 decretos-leis do anterior Governo, a ingerência nos assuntos internos de outros países, os saneamentos, os espancamentos de estudantes do Ano Propedêutico e o programa apresentado na Assembleia da República são bem a prova de que este Governo nada vai cumprir do que prometeu à juventude durante a campanha eleitoral» — lê-se a dado passo do referido documento.

Face à situação presente, a JCP de Trás-os-Montes sublinha que na luta contra o Governo da reacção, é fundamental «uma ampla unidade entre vastos sectores da juventude», nomeadamente «em torno das comissões juvenis nos sindicatos, na luta contra os contratos a prazo, pela aplicação dos Contratos Colectivos de Trabalho, contra o desemprego, pela garantia de trabalho durante todo o ano para os assalariados agrícolas e pela formação profissional».

Também «em torno das Associações de Trabalhadores-Estudantes» é necessário reforçar e alargar a unidade e cooperação democrática, numa actividade orientada para a «resolução dos graves problemas pedagógicos, a abertura de cantinas, a utilização das instalações desportivas e bibliotecas e a melhoria dos transportes para os alunos nocturnos».

Os jovens comunistas transmontanos sublinham também «a dinamização das formas organizativas junto dos estudantes do Propedêutico, de forma a fazer frente ao funil imposto pelo Banco Mundial», recordando ainda que aqueles alunos necessitam de condições de estudo, possíveis, designadamente, através da abertura de bibliotecas e da concessão de subsídios de transporte e de alimentação.

No Porto organiza-se o Festival da Primavera

Em 22 e 23 do próximo mês de Março, a JCP realizará no Porto um grande Festival da Primavera, jornada de unidade e convívio da juventude que incluirá diversas iniciativas culturais e desportivas.

Entretanto, outra frente de trabalho em que a JCP do Porto está desde já empenhada é a campanha de recrutamento que, sob o lema «Defender Abril na escola, no trabalho e na vida», tem como objectivo a adesão de 1500 novos militantes para a Juventude Comunista.

Estas iniciativas foram analisadas no decorrer de uma reunião distrital de quadros, realizada no CT do Partido na Rua de Aníbal Cunha, com a participação de vários dirigentes nacionais da JCP.

A actual situação política e os seus reflexos na vida da juventude trabalhadora e estudantil, em particular a actuação desestabilizadora do Governo Sá Carneiro, e a definição das tarefas principais da JCP no distrito do Porto foram temas que mereceram vivo debate na reunião.

«Almada-Uma Casa do Partido» é mais uma grande Campanha para um novo Centro de Trabalho

Desta vez é a Organização Concelhia de Almada do PCP que vai lançar-se — já se lançou — numa grande Campanha de Fundos com o objectivo de adquirir um Centro de Trabalho. A Campanha já tem nome — "Almada, Uma Casa do Partido" —, já as iniciativas começaram, já os organismos e os militantes do populoso concelho da margem sul do Tejo multiplicam esforços, e imaginam formas novas de transportar a Campanha para o seio das massas.

O "Avante!", que irá publicando as notícias do andamento de mais esta grande iniciativa do PCP, foi entrevistar o camarada Carlos Ramildes, membro do Comité Central e da DORS e responsável pela Organização Concelhia de Almada.

Esforço já antigo

— A Campanha insere-se num esforço já antigo da Organização Concelhia — principiou por dizer-nos o camarada Ramildes — **e agora trata-se de um "golpe de rins" para concretizar a curto prazo esse projecto. Este "golpe de rins" insere-se ainda no cumprimento de uma decisão da 2.ª Assembleia Concelhia em que se apontou a necessidade de novas instalações concelhias do Partido, para que o Partido possa contar com um novo Centro.**

— Há vários centros no concelho...

— Já há vários Centros de Trabalho no concelho. No geral são pequenos e alguns em situações não muito claras de arrendamento. Há os caos do Laranjeiro, da Sobreda, da Cova da Piedade, do Chegadinho, onde há Centros que não satisfazem as necessidades do trabalho. Outros casos há em que não temos Centro: Charneca, Trafaria, Porto Brandão.

Mas a decisão de avançar com este projecto não pressupõe que se não tenha em conta as dificuldades dos outros e pensa-se utilizar as actuais instalações da Comissão Concelhia para dar uma ajuda nesse sentido. A Campanha terá ainda a vantagem de poder ajudar a JCP com instalações para o seu trabalho.

— A necessidade de alargar as instalações tem uma relação directa com o alargamento do Partido no concelho?

— Sim. A implantação do Partido é bastante forte no concelho, que é um concelho de grandes tradições antifascistas, um concelho de trabalhadores. Daí que haja também um grande apoio da população ao PCP. Tornando-se necessário um novo Centro de Trabalho concelhio e conhecidas que são as necessidades de habitação e as dificuldades de alugar uma casa, avançou-se para a aquisição.

A situação actual é a de um estrangulamento no desenvolvimento da organização — explicou ainda a camarada. **A Comissão Concelhia funciona numa garagem que se situa num beco, no interior da qual se montaram separações em madeira para as salas. Há ainda que assinalar que a organização de Almada é uma das maiores do Partido, não só devido aos milhares de membros como à profundidade da sua estruturação.**

Resolver uma contradição

— Colocam-se situações contraditórias — afirmou depois Carlos Ramildes. **— Por um lado a necessidade de desenvolvimento; por outro as instalações que hoje o não permitem. Pesados os prós e os contra pensa-se que ainda em 1980 será possível inaugurar o novo Centro.**

— Como resolver o problema financeiro que isso coloca?

— Tendo em conta as dificuldades financeiras do Partido e embora a solução encontrada comporte grandes encargos, avançou-se contando com a responsabilização das organizações e o estabelecimento de metas para cada uma delas. Estamos certos que as organizações compreendem as dificuldades e que há uma boa disposição para a realização de um grande trabalho de massas. O facto de, por exemplo, a célula da Lisnave ter uma meta de 1700 contos, a do Arsenal 1000 contos, a Comissão de Freguesia de Almada outros mil, e a da Cova da Piedade 750 contos, pode dar já uma ideia da grandeza do projecto.

— Como foram previstas essas metas e definida a Campanha?

— Realizámos um Plenário, em Janeiro passado, com a presença de 250 camaradas com responsabilidade de organização. Aí se concluiu da necessidade do novo Centro e da sua compra e aí se resolveu levar à prática a Campanha. E os primeiros resultados surgem.

Já se realizou um espectáculo de abertura que fomos obrigados a desdobrar em dois dias dado o seu êxito, e em que participaram Carlos do Carmo, Paulo de Carvalho e Tozé Brito.

Para além disso já há dezenas de contos entregues e muitas iniciativas a serem desencadeadas. A "Festa da Amizade", a realizar em 3 e 4 de Maio, uma festa já com raízes populares no concelho, será integrada também nesta Campanha. Há já uma comissão a trabalhar para a realização de um espectáculo, em Junho, sob o lema "A Luta Antifascista no Concelho de Almada", e outros espectáculos de raiz eminentemente popular.

Cotização mensal suplementar

— Outra iniciativa, que é fundamental, é a cotização mensal suplementar. Será uma receita regular da Campanha que dará garantias para as despesas e pagamentos a satisfazer. Há camaradas e amigos que já se propuseram pagar mensalmente, além da sua cota regular, 100, 500, mil e mesmo cinco mil escudos por mês. Começaram as "abordagens", contactos com camaradas e amigos com maiores possibilidades financeiras. Por exemplo, um casal da Costa da Caparica decidiu oferecer 100 contos para a Campanha. Nem todos, evidentemente, podem oferecer tanto, mas todas as contribuições, por mais pequenas, são necessárias e importantes para a satisfação de encargos fixos. Basta dizer que, no Verão, teremos de pagar já 5 mil contos e, em princípios de 1981, outros cinco mil.

— Podes dar uma ideia do que vai ser o novo Centro?

— Trata-se de um edifício de 6 pisos — cave, rés-do-chão e quatro andares, localizado no centro geográfico das zonas mais populosas do concelho, entre Almada e a Cova da Piedade. Pensamos que é um Centro que satisfará, por algum tempo, as necessidades do trabalho do Partido. Pensamos que é a instalação que Almada precisa e justifica.

Não é nossa ideia arranjar esta instalação para "meter os comunistas lá dentro", mas através dela melhorar o trabalho do Partido, para melhor trabalhar com as massas do concelho.

Mais 800 novos militantes

— Ao mesmo tempo que arranca esta Campanha, outra, a nível nacional, se desenrola, conforme foi resolvido na última reunião do Comité Central. O Partido irá recrutar mais dez mil membros. No distrito de Setúbal, essa iniciativa terá como lema "O Distrito de Setúbal, Fortaleza de Abril, Recruta Mais Dois Mil". E em Almada, aproveitando as condições desencadeadas da Campanha do novo Centro de Trabalho, propusémo-nos recrutar mais 800 novos militantes.

— Um grande esforço a desenvolver pelos comunistas do concelho?

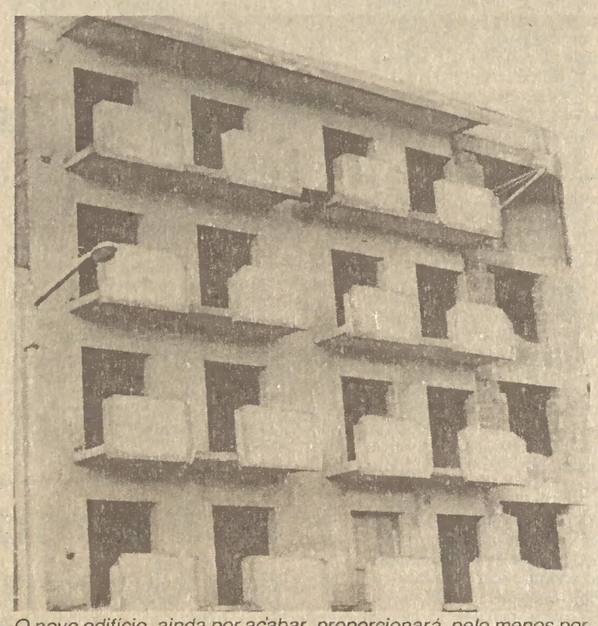
— Naturalmente que a Campanha para o novo Centro vai exigir muito trabalho à organização. Um ponto obrigatório em cada reunião vai ser a discussão sobre o andamento da Campanha. Mas um correcto trabalho de organização será um incentivo para alcançar melhores resultados.

E no horizonte político dos comunistas de Almada há a questão de melhorar os resultados eleitorais do concelho. Pensamos que se a Campanha decorrer conforme se espera, Almada conseguirá ultrapassar a barreira dos 40 mil votos e contribuirá para derrotar a direita e constituir a maioria democrática donde deverá sair um governo democrático.

— Quais foram as medidas orgânicas tomadas para a Campanha?

— Existe uma Comissão Coordenadora que integra alguns camaradas com experiência já antiga no trabalho para um novo Centro e com outros ligados ao meio artístico, à informação e propaganda, ao controlo financeiro e a questões de património — equipamentos para o Centro de Trabalho —; outros para a cotização suplementar e para as "abordagens", e outros ainda que, nas suas organizações serão os principais dinamizadores deste trabalho.

Um aspecto importante da Campanha será o de se conseguir os fundos através de um trabalho de massas, de um trabalho criativo, diversificado e, também, conseguir que alguns aspectos da cotização e venda de imprensa ultrapassem os níveis actuais. Estamos certos que conseguiremos melhorar os níveis da cotização, e da venda do "Avante!" e de "O Militante". Há ainda muitas empresas onde o "Avante!" não se vende, mesmo trabalhando lá camaradas nossos. É uma situação que tem de ser ultrapassada e a Campanha poderá ajudar nesse objectivo.



O novo edifício, ainda por acabar, proporcionará, pelo menos por algum tempo, boas condições de trabalho

A Campanha e o distrito

— Esta campanha vai ter reflexos na situação financeira da Organização Regional já que Almada era, por norma, um dos concelhos mais importantes na contribuição financeira.

Mas a DORS está também sensibilizada para os problemas das instalações, Centros de Trabalho, de outros concelhos. O Barreiro, outra grande organização, avança também com esforço de há anos para a aquisição ou construção de novo Centro e poderá acontecer que, ainda este ano isso se concretize. Também as instalações da Concelhia de Setúbal não satisfazem as necessidades da organização e a própria DORS funciona em instalações acanhadas. E há os problemas dos CTs do Sul do distrito. Este é um aspecto importante dos investimentos de 1980 e a organização deverá perceber a necessidade de melhorar as receitas normais do Partido — cotização, imprensa, iniciativa, recolha de fundos.

O recebimento de uma cota tem a mais alta importância política e, se não se consegue uma situação financeira estável, haverá dificuldades em dar respostas aos problemas do distrito — um distrito onde as autarquias são APU, onde há grandes massas de trabalhadores que participam no movimento sindical unitário, onde os trabalhadores têm posições importantes no movimento associativo e organizações de massas.

Esta Organização Regional atinge hoje — a exemplo de outras — dimensão importante, superior à de alguns partidos irmãos da Europa, e tem de encontrar superior capacidade de resposta aos problemas políticos e financeiros da parte dos militantes e das organizações, tal como para a luta intensa que temos pela frente.

«Setúbal, fortaleza de Abril recruta mais dois mil»

● Casebres dá o exemplo

Firmeza, entusiasmo e dedicação — três palavras que exprimem bem o estado de espírito que se vive no laborioso distrito de Setúbal, entre militantes, simpatizantes e amigos do Partido.

Ali começou no passado dia 1 uma grandiosa campanha de recrutamento, que, à semelhança de muitas outras já iniciadas pelo país fora, irá contribuir de forma significativa para o pleno êxito da acção de recrutamento a nível nacional decidida pela última reunião do Comité Central e que tem como meta final 10 mil novos membros para o Partido da classe operária e das massas trabalhadoras.

«O distrito de Setúbal, fortaleza de Abril, recruta mais dois mil» — este o lema da campanha agora em marcha naquela região, que teve o seu primeiro «porta a porta» na aldeia de Casebres, no último domingo.

A iniciativa começou à hora de almoço, tendo-se previamente elaborado uma lista de 40 nomes a contactar. Depois de se percorrer toda a aldeia, e já noite dentro, tinham-se filiado no Partido 51 novos camaradas. Muitos outros amigos ficaram com a ficha de inscrição em casa, dizendo que depois iriam entregá-la já preenchida ao Centro de Trabalho, porque **o PCP é o seu Partido.**

Dos novos inscritos, 33 são mulheres. A maior parte são camaradas jovens, registando-se a idade média de 30 anos.

Em Casebres o Partido reforçou-se e a aldeia esteve em festa!

Cerca de 300 pessoas numa reunião em Alfama

Com a participação do camarada Sérgio Vilarigues, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central, decorreu recentemente no Centro de Trabalho de Alfama, em Lisboa, uma reunião aberta em que estiveram presentes cerca de 300 camaradas e amigos do Partido.

A situação política no nosso país e as conclusões da última reunião do CC foram vivamente debatidas, tendo-se também focado o papel dos comunistas e de todos os democratas na luta pela defesa da democracia e do Portugal de Abril.

Outra das questões analisadas no decurso da reunião foi a situação internacional e a ofensiva do imperialismo contra a luta libertadora dos povos.

O encontro durou quase três horas, registando-se a participação de camaradas da organização do Sector Público e do respectivo organismo de direcção, além de outros militantes amigos e simpatizantes do Partido.

Comunistas da Amadora definem frentes de acção

A Organização Concelhia da Amadora do nosso Partido promoveu no último sábado uma reunião de quadros em que esteve presente o camarada Octávio Pato, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC.

Participaram cerca de 300 militantes, tendo sido focadas em pormenor as conclusões da última reunião do Comité Central do Partido e as formas de as concretizar.

No decurso da discussão, viva e participada, foram apontadas várias medidas para uma melhor estruturação, dinamização e reforço do trabalho dos comunistas nas células de empresa, nas freguesias e em todas as organizações de expressão popular.

O encontro, que decorreu na Sociedade Filarmónica da Amadora, aprovou por unanimidade e aclamação duas moções: uma de solidariedade aos trabalhadores da zona de intervenção da Reforma Agrária, e outra de apoio ao comício pelo Desarmamento e pela Paz, que se realiza amanhã à noite no Pavilhão dos Desportos de Lisboa.

Beira Interior: mais mil camaradas até Junho!

«O aumento de 13 mil votos verificado na Beira Interior entre as eleições para a Assembleia da República realizadas em 1976 e 79 traduz a confiança das massas populares no PCP e nos seus aliados» — salienta a DORBI, Direcção da Organização Regional da Beira Interior do PCP, num comunicado divulgado há dias, após a realização de uma importante reunião de quadros em que participaram cerca de 100 camaradas dos distritos de Castelo Branco e Guarda.

O encontro decorreu na cidade da Covilhã e contou também com a participação do camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do CC.

A reunião analisou e discutiu em profundidade as conclusões do documento do Comité Central de 25 de Janeiro e decidiu lançar até Junho próximo uma campanha de recrutamento com o objectivo de proporcionar a aderência de mais mil novos militantes naqueles dois distritos da Beira Interior.

Como sublinha a DORBI, «recrutar para o Partido é tarefa de todos e de cada um de nós. Que ninguém diga que não tem onde recrutar, que não sabe como recrutar. Olhemos à nossa volta. No bairro onde moramos, no local onde trabalhamos, no caminho que percorremos, na colectividade que frequentamos, no café onde entramos, em todos estes lugares encontraremos rostos conhecidos, caras amigas de gente que, tal como nós, não quer o regresso ao fascismo, de gente que quer ajudar a consolidar a democracia no nosso país e que só ainda não compreendeu que melhor o fará junto de nós, nas fileiras do PCP. Estendamos a mão a essa gente. Façamos o gesto que alguns, provavelmente, já esperam de nós há algum tempo.

E na nossa família, não temos ninguém disposto a vir ao Partido?

Estendamos a mão a toda essa gente e não nos admiremos que alguns nos digam: «obrigado».

Cecília Areosa Feio

Com 58 anos de idade faleceu ontem a nossa camarada Cecília Simões Areosa Feio, destacada militante do nosso Partido, de que era membro desde 1946. No pós-guerra, foi aderente do MUD Juvenil e mais tarde activista da Associação Feminina para a Paz e do Conselho das Mulheres Portuguesas. Nos últimos anos do fascismo foi membro da Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos, que desenvolveu uma notável acção de esclarecimento e mobilização, no plano nacional e internacional, em defesa dos presos políticos e pela amnistia.

Toda a sua vida foi, sob o fascismo, um exemplo da coragem e determinação para enfrentar os perigos e a repressão que foi necessária a tantos e tantos comunistas empenhados em levar junto das massas, na frente legal, num embate directo e permanente com a Pide, a orientação do Partido.

Nas novas condições de liberdade nascidas do 25 de Abril, foi membro fundador e um dos animadores da URAP, União dos Resistentes Antifascistas Portugueses, a cujo Conselho Directivo pertencia, cumprindo, até ao último alento, uma tarefa que cabe a todos nós prosseguir: manter viva a memória do fascismo que ainda não desarmou, lutar denodadamente contra cada tentativa ou ameaça de o restaurar.

Será a única homenagem que a camarada Cecília esperaria de todos nós.

O funeral sairá hoje, às 15 e 30, da Igreja de S. Jorge de Arroios para o Cemitério do Alto de S. João.

Pioneiros de Marvila

Há em Marvila (Lisboa) um activo núcleo de Pioneiros de Portugal, que quer fazer mais e melhor e, por isso, vai realizar uma grande festa-convívio para divulgar junto de todas as crianças daquele conhecido bairro operário lisboeta a sua existência como organização.

A iniciativa é já no próximo domingo em Marvila e tem o seguinte programa: a partir das 10 horas — **manhã desportiva;** com início às 15 horas — **tarde cultural,** com exibição de filmes, canções e poesia.

Comício na Buraca

O camarada Dias Lourenço, da Comissão Política do Comité Central do Partido, participará na jornada promovida Comissão de Freguesia da Buraca no próximo sábado, a partir das 15 horas.

Trata-se de um comício-festa, que decorrerá nas instalações da Cooperativa da Reforma Agrária (CRA), na Rua Tristão Vaz, 5-A (junto às bombas de gasolina), estando a parte artística a cargo do grupo Enigma e António Martins, entre outros.

Semana

30 Quarta-feira

1824 – Nasce o escritor e estadista João de Andrade Corvo em Torres Vedras. Como escritor foi autor de contos, romances, dramas, etc., e como estadista ocupou muitas vezes os Ministérios da Marinha e dos Negócios Estrangeiros.

O Governo de Sá Carneiro aumenta brutalmente o preço dos combustíveis derivados do petróleo, designadamente do gasóleo, gasolina e gás ■ Agrários, funcionários do MAP e alguns elementos da GNR desenvolvem provocações aos trabalhadores da Reforma Agrária durante a continuação da entrega de uma reserva na UCP "1.º de Maio", em Avis, que constitui flagrante violação de um acórdão do Supremo Tribunal Administrativo ■ A direcção nacional do Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC) aprova por unanimidade uma declaração onde se considera não ser do interesse nacional nem do interesse da Paz tentar fazer regressar o Portugal democrático ao papel passado de paladino de uma "guerra fria" condenada ao fracasso ■ O major Otelo Saraiva de Carvalho lança, em conferência de imprensa, o seu "projecto de unidade popular" tendente a formar a sua "Força de Unidade Popular" na sequência dos (também seus) fracassados "MUP/GDUP's" e "OUT" ■ Uma delegação dos Secretariados Distritais das UCP's e Cooperativas Agrícolas desloca-se a Lisboa para se avistar com o Procurador-Geral da República e com o Procurador da República junto ao Supremo Tribunal Administrativo para expor àquelas entidades as acções ordenadas pelo MAP no distrito de Portalegre em fragrante desrespeito pelo poder judicial ■ A Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário de Portugal apresenta no Porto, em conferência de Imprensa, o seu projecto de proposta de revisão contratual do sector.

31 Quinta-feira

1891 – Revolta republicana no Porto, onde é proclamada pela 1.ª vez a República em Portugal, numa tentativa que seria frustrada em breve.

Aparatoso desastre ferroviario

O deputado do PPD, António Maria Pereira, fica isolado no Conselho da Europa ao propor que os Jogos Olímpicos de Moscovo sejam transferidos ou anulados, sendo a sua proposta rejeitada ■ A CGTP-IN emite um documento a propósito do aumento dos combustíveis decidido pelo Governo de Sá Carneiro e que atingem com extrema gravidade todas as camadas da população portuguesa, medidas que, sublinha o documento, merecem o repúdio generalizado de toda a população e a indignação mais profunda de todos os trabalhadores ■ Um choque de duas composições da CP entre as estações da Amadora e da Damaia, na linha de Sintra, provoca meia centena de feridos e elevados prejuízos materiais ■ Joaquim Miranda, deputado do PCP por Portalegre, denuncia na Assembleia da República que o MAP do Governo de Sá Carneiro prepara, só nesse distrito, a entrega ilegal de mais de 90 reservas.

1 Sexta-feira

1908 – O rei D. Carlos I e o seu filho primogénito são mortos a tiro num atentado no Terreiro do Paço, em Lisboa.

O Presidente da República participa no encerramento da sessão solene comemorativa do sexto aniversário da restauração da Universidade de Évora, tendo referido no seu discurso que "os melhores, os mais capazes e os mais competentes não podem ser preteridos apenas por se encontrarem em condições económicas e sociais desfavoráveis" ■ Os trabalhadores das UCP's e Cooperativas do distrito de Portalegre decidem, em plenário regional, paralisar o trabalho na próxima terça-feira, dia 5, em protesto contra a nova ofensiva contra a Reforma Agrária ■ A Comissão Negociadora Sindical do Serviço dos Transportes Colectivos do Porto anuncia paralisações para os próximos dias 5, 7 e 10, forma de luta que os trabalhadores se vêem obrigados a assumir face, segundo a CNS, à posição rígida e prepotente adoptada pelo Conselho de Gerência nas negociações ■ Uma delegação do Partido Comunista Português, chefiada por Álvaro Cunhal, parte para Havana numa visita a convite do CC do Partido Comunista de Cuba.

2 Sábado

1650 – A vila de Monção resiste ao assédio das forças espanholas, que tentavam reocupá-la.

Encontro de Culturas de Primavera

O povo de Vila Franca de Xira homenageia o escritor vilafraquense Alves Redol, assinalando o 40.º aniversário da publicação do romance "Gaibéus" ■ Os trabalhadores da zona da Reforma Agrária reúnem-se em Avis para participarem no Encontro das Culturas de Primavera, onde se sublinhou que é preciso produzir mais e melhor e se reafirmou a determinação de impedir a destruição da Reforma Agrária e a reconstituição dos latifúndios ■ Em comunicado divulgado pelo Secretariado Nacional, a CGTP-IN repudia veementemente a política do Governo Carneiro/Amaral e "exorta todos os trabalhadores a reforçarem a sua unidade para, através de todas as formas constitucionalmente permitidas, com especial relevo para as acções de massas, se oporem a tal política".

3 Domingo

1927 – Sob o comando do general Sousa Dias eclode, na cidade do Porto, o primeiro movimento contra o regime fascista saído do golpe de 28 de Maio de 1926.

Resposta ao apelo da CGTP-IN

Em Lisboa e no Porto realizam-se plenários de dirigentes, delegados sindicais e membros das Comissões de Trabalhadores dos dois distritos, onde é manifestada a disposição de desenvolver as formas de luta adequadas à situação criada pelo Governo da direita, que tenta destruir as conquistas de Abril e criar o clima próprio para o ressurgimento em Portugal de uma nova ditadura ■ Por iniciativa da DOR do Porto do PCP realiza-se uma reunião regional de quadros sob o tema geral "A situação política e as tarefas do Partido" ■ Reúne no Porto a Comissão Coordenadora dos Sindicatos Agrícolas do Norte e Centro do País (COSANC), que decidiu pedir uma audiência urgente aos ministros do Trabalho e da Agricultura e Pescas, exigindo medidas que obriguem o patronato a cumprir a PRT para o sector.

4 Segunda-feira

1919 – Morre o poeta parnasiano João Penha, fundador da revista literária "A Folha".

O Ministério dos NE emite um comunicado sobre uma carta do presidente Carter, dos EUA, para o PR, general Ramalho Eanes, e entregue no Ministério há dez dias, onde permaneceu inexplicavelmente, até que um semanário, no passado sábado, divulgou o seu conteúdo; o comunicado ministerial informa que "foi ordenada a abertura de um inquérito no Ministério para apuramento de responsabilidades" ■ Completamente à margem do Conselho de Informação, o Conselho de Gerência da EP Notícias/Capital "reconduz" Sousa Tavares e Rodolfo Iriarte para a direcção do jornal estatizado "A Capital" ■ O MAP demarca ilegalmente mais sete "reservas" em UCP's e Cooperativas do distrito de Beja ■ O 19.º aniversário do "4 de Fevereiro" – início da luta armada de libertação nacional em Angola – é comemorado em Lisboa com uma sessão solene no Teatro Aberto, repleto de público.

5 Terça-feira

1979 – O Conselho da Revolução considera inconstitucional o decreto-lei que proibia as entidades patronais de receber e entregar nos Sindicatos as quotizações dos trabalhadores ao seu serviço e impunha o pagamento individual das quotas.

A motora de pesca artesanal "Cordeiro de Deus" naufraga ao largo de Labruge (Vila do Conde), causando a morte dos seus 14 tripulantes ■ Um comunicado da SIP do PCP considera a extinção da Companhia Nacional de Teatro, que actuava no S. Luís, ordenada pelo Governo de Sá Carneiro, como um acto lesivo dos interesses culturais do Povo português e dos artistas, técnicos e outros trabalhadores do teatro ■ Os trabalhadores da Reforma Agrária paralisam no distrito de Portalegre e cerca de três centenas deslocaram-se a Lisboa para, junto da população, explicarem as razões da sua luta e desmascararem a ofensiva do Governo ■ A comissão promotora do "Encontro Internacional dos Povos em Luta" mantém a realização da sua iniciativa marcada para o próximo fim-de-semana, em Lisboa, tendo um elemento da organização afirmado à ANOP que esta ignorará a proibição governamental decidida ontem.

Os Comunistas na Assembleia da República

Governo e maioria da AR contra a soberania de outros órgãos

Sempre que o debate na Assembleia envolve questões mais quentes da política nacional ou internacional, as falas sobem de tom entre a maioria e a oposição e os deputados dos partidos da direita não perdem a oportunidade de gritar contra as bancadas da democracia, e com especial veemência, por vezes provocatória, contra os comunistas.

Assim foi a semana passada, depois de uma pacífica e turística descrição de Henrique Morais, do CDS, que em redacção escolar contava a viagem ao Sri Lanka, «o tão conhecido Ceilão», em que participou integrado numa delegação da AR.

Estava-se no período de antes da Ordem do Dia e sucediam-se as intervenções até que chegou a altura de Joaquim Miranda, deputado comunista, falar das medidas que o MAP do Governo de Sá Carneiro começou já a tomar. Intervenção que irritou profundamente a direita e que levou o capista Casqueiro a perder as estribeiras.

Falava Joaquim Miranda das reservas demarcadas – e nalguns casos já entregues – no distrito de Portalegre, designadamente nos concelhos de Avis e Monforte:

Caem por terra as afirmações demagógicas de respeito pela legalidade. Cai por terra o apego postiço às regras do «Estado de Direito». O que se confirma é um plano de liquidação da Reforma Agrária, de resto friamente descrito e propagandeado pelo secretário de Estado Goulão na Conferência da FAO, em Roma. Os métodos escolhidos para a sua execução pautam-se pelas ostensivas prepotências e provocatória ilegalidade.

Das reservas marcadas nos próximos dias desta semana pela actual equipa do MAP, 4 tinham sido objecto, em devido tempo, de impugnação junto do Supremo Tribunal Administrativo.

Face aos argumentos invocados três desses despachos viriam a ser revogados, tornando-se assim desnecessária a decisão judicial. Quanto ao outro, o processo judicial prosseguiu, vindo o STA a pronunciar-se por acórdão de 17/1/80, pela suspensão da executoriedade do acto. Trata-se da reserva requerida por Lubélia Godinho Braga Barradas de Carvalho, na herdade do Painho, integrada na UCP 1.º de Maio, de Avis (e a quem se pretende agora para além da ilegal execução da reserva suspensa, atribuir ainda outros bens a que não tem qualquer direito, designadamente cerca de 400 ovelhas).

Outras ilegalidades foram objecto da crítica do deputado do PCP que diria mais adiante:

Torna-se transparente, em nosso entender, que não é apenas a Reforma Agrária que está em causa. É o próprio regime democrático que corre perigo.

Porque este Governo ofende a legalidade democrática, ultrapassa outros órgãos de soberania e não hesita perante quaisquer meios para atacar os direitos dos trabalhadores.

Onde está a carta?

Os conflitos, latentes ou abertos, entre a maioria e o seu Governo, por um lado, e outros órgãos de soberania por outro, voltariam a ser focados na passada terça-feira. Uma intervenção de João Lima, do PS, provocou viva troca de palavras entre deputados da direita e da oposição. Era a questão da carta de Carter ao Presidente da República Portuguesa, episódio grave a que a imprensa abundantemente se referiu.

Carlos Brito perguntaria:

O facto de isto acontecer pela primeira vez no momento em que há uma política de tensão e busca de conflitos entre órgãos de soberania não terá relação?

Também a questão das ratificações que se referem às comemorações do IV Centenário de Camões, do Dia de Camões e das Comunidades e ao Congresso das Comunidades Portuguesas, cujo debate vai continuar hoje à tarde, veio pôr a nu as intenções da AD em agravar os conflitos com o Presidente e com o Conselho da Revolução, afastando estes órgãos de soberania de um papel significativo na organização daquelas iniciativas ao mesmo tempo que as procura controlar completamente, esperando delas conseguir proveito eleitoral.

Mas nem sempre a direita toda esteve coesa defendendo as posições da AD e do Governo. Significativo foi o caso levantado por Igrejas Caeiro, do PS, ao criticar a extinção do Teatro de São Luís pelo actual secretário de Estado e Cultura. Sousa Tavares, reformador, também disse não poder estar de acordo com «as maneiras» que foram usadas para dissolver a Companhia. E Sanches Osório aplaudiu-o, enquanto que Natália Correia tomava a palavra para defender a medida. Mais tarde, curiosamente, os jornalistas recebiam fotocópia de um requerimento ao Governo, solicitando a informação das «razões profundas que levaram o Governo a extinguir, neste momento, a Companhia de Teatro S. Luís e que implicasse, necessariamente, um maior empobrecimento do já empobrecido teatro português.» Assinava o deputado do CDS Pedro Vasconcelos.

Mas não ficaram por aqui as críticas às medidas que o novo Governo das velhas forças da direita tem resolvido tomar. Ainda anteontem, Zita Seabra, do PCP, sublinhava na Assembleia:

Os reformados ficaram a saber que um pequeno aumento de pensões mínimas leva cinco meses, tal é o tempo que as competências do Governo Sá Carneiro levam a concretizar um Decreto-Lei do anterior Governo.

E entretanto os reformados? Esses vão vivendo mais estes cinco meses com as pensões miseráveis com que já vivem há dois anos.

A resolução do Conselho de Ministros não se reduz no entanto só a esta questão. A resolução do Conselho de Ministros expressa ainda que o Governo vai reavaliar os fundamentos e efeitos das medidas contidas no Decreto-Lei 513-M/79 – isto é, no Decreto-Lei de actualização das pensões mínimas? Quando nos encontramos de facto perante uma medida tão limitada como é na verdade 1800$00 de pensão para os regimes especiais e 3100$00 e 3600$00 para o regime geral, como pode o Governo vir falar em reavaliar os fundamentos e os efeitos?

Portugal na CEE – um desastre!

O camarada Carlos Carvalhas participou nos trabalhos da sessão da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, onde se deslocou na sua qualidade de deputado comunista, tendo aí feito uma intervenção sobre questões agrícolas, salientando o «desastre» que constituiria a adesão de Portugal ao Mercado Comum, no plano agrícola, e afirmado que tal adesão levaria à ruína milhares de agricultores portugueses.

Na verdade – afirmou – **enquanto na CEE, mais de 50 por cento das explorações têm superfície entre 5 e 50 hectares, em Portugal as explorações com estes limites e com uma muito menor produtividade são apenas de 10,9 por cento do número total e 38,6 por cento das explorações têm menos de 1 hectare.**

Acresce que só 22 por cento das explorações possui registos de contabilidade e isto num país onde uma elevada percentagem de empresários agrícolas são analfabetos – 44 por cento no inquérito de 1968.

E, se a situação do minifúndio em Portugal é já bastante grave, as expectativas com a integração são ainda mais negras, pois, como se sabe, de 1958 para cá desapareceram na comunidade mais de 2 milhões de explorações agrícolas!

No decurso dos trabalhos, Carlos Carvalhas teve oportunidade de abordar outros assuntos nas intervenções que proferiu. Uma delas disse respeito à questão dos Direitos do Homem:

Há pessoas – disse – **que falam em direitos do homem para lançar uma cortina de fumo sobre a situação dos seus países nos domínios da repressão, exploração, desemprego, falta de habitação, crise económica.**

Para nós – afirmou – **os direitos políticos e económicos são indivisíveis e não fazem parte do arsenal de campanhas hipócritas. Nós lutamos pela construção do homem novo, por uma sociedade nova, livre, democrática, sem exploradores nem explorados. E afirmamos isto porque no meu país há pessoas que descobriram agora os direitos do homem, mas que no fascismo nunca levantaram a mão contra a ditadura, que colaboraram com o regime e são os mesmos que querem agora reconstruir os grupos económicos que dominaram Portugal, que querem reconstruir os privilégios e implantar, a curto e a médio prazo, uma ditadura mascarada.**

Inscrevendo-se também para intervir sobre questões de ecologia e meio ambiente, Carlos Carvalhas relacionou-as com as questões da cooperação internacional:

Na nossa opinião – sublinhou – **o carácter global do problema não assegura por si só, como se compreende, a necessária consolidação dos esforços de diversos países nesse domínio. Ora isso não é possível senão no contexto de uma evolução geral positiva da situação internacional. Os aspectos mais importantes nesta matéria são a garantia de uma paz duradoura, o desenvolvimento do desanuviamento, uma vasta cooperação internacional e, se um desanuviamento político for completado por um desanuviamento militar, tal permitirá diminuir as despesas consagradas à corrida aos armamentos e transferir assim fundos suplementares para o financiamento de um vasto programa de protecção e saneamento do meio natural.**

Porto: Reunião Regional de Quadros do PCP

Por iniciativa da DORP do PCP realizou-se no último domingo, no Centro de Trabalho da Rua Aníbal Cunha, no Porto, uma Reunião Regional de Quadros do PCP. Participaram cerca de 700 camaradas de todas as organizações locais e profissionais do distrito do Porto, tendo tomado parte nos trabalhos vários camaradas da direcção do Partido entre os quais Ângelo Veloso, suplente da Comissão Política do CC do PCP.

Na reunião, que teve como ponto único da ordem de trabalhos «a situação política e tarefas do Partido», procedeu-se à análise da situação política actual, à discussão das conclusões da reunião do CC do PCP de 24/25 de Janeiro, ao balanço da actividade do PCP nos últimos meses e à apreciação das tarefas que se colocam ao PCP nas diversas frentes e sectores para enfrentar com sucesso a ofensiva antidemocrática e antipopular das forças da direita e preparar a vitória democrática nas eleições de 1980.

Durante a reunião e no conjunto das intervenções sectoriais apresentadas foram referidos e analisados aspectos muito vivos e concretos da ofensiva das forças reaccionárias e do seu Governo contra o regime democrático. Foi dado particular destaque às actuações visando a restauração da exploração, acumulação e concentração capitalista à custa do agravamento das condições de vida dos trabalhadores e das classes médias, a limitação das liberdades e a destruição das conquistas de Abril.

Foi denunciada com particular veemência a política do Governo da Aliança Reaccionária no aspecto global e através de medidas concretas como o congelamento da contratação colectiva já negociada – que abrange cerca de 100 000 trabalhadores no distrito do Porto –, os aumentos de preços já verificados (sal, azeite e, em especial, dos combustíveis) e outros anunciados (adubos e rações) ou sugeridos (como é o caso do aumento da taxa da televisão após uma prolongada e demagógica campanha sobre as «facilidades» e as «vantagens» do novo sistema de registo de aparelhos e cobrança de taxas), a intensificação da repressão por parte do grande patronato animado pelas promessas eleitorais da «AD» e pelo seu Programa e actuação no Governo – nomeadamente na Facar, Malhas do Ameal, Abel Alves Figueiredo, Cifa, Valfar. Foram postos em destaque os efeitos que as medidas de agravamento do custo de vida terão sobre as condições de vida dos trabalhadores, dos agricultores (nomeadamente devido ao aumento já verificado do preço do gasóleo), dos pequenos e médios comerciantes (devido às reduções do poder de compra da população e do mercado interno).

Igualmente denunciada foi a actuação do Governo em matéria de política externa e os esforços da reacção, nomeadamente através de uma intensa campanha de propaganda anti-soviética, para alinhar de novo Portugal pelo anticomunismo mais primário e pelos interesses do imperialismo.

Os participantes na reunião manifestaram a grande determinação das organizações e militantes comunistas, dos trabalhadores e dos democratas em geral, em defender as liberdades e as outras conquistas de Abril, o regime democrático e a Constituição, os interesses populares e nacionais. Salientaram a propósito a disposição combativa que tem animado as lutas dos trabalhadores – pela elevação dos salários reais, a contenção dos preços, o direito à contratação colectiva, o combate ao desemprego e aos despedimentos, os direitos e liberdades sindicais – e dos pequenos e médios agricultores e rendeiros – por preços compensadores para os seus produtos e garantia para o escoamento (nomeadamente sobre o escoamento do vinho verde), pela contenção dos preços dos artigos para a agricultura e por medidas de protecção à agricultura, pela revisão da Lei do Arrendamento Rural para defesa dos direitos dos rendeiros.

As intervenções produzidas salientaram a importância de começar desde já a actuar com vista à derrota da direita e à vitória democrática nas próximas eleições para a Assembleia da República, referindo a propósito as acções já em desenvolvimento nomeadamente com vista à informação e esclarecimento e ao reforço da dinâmica unitária.

Na reunião estabeleceu-se um completo consenso quanto à necessidade de aprofundar a unidade dos democratas – nomeadamente através da consolidação e desenvolvimento da dinâmica unitária da APU – bem como quanto à necessidade de desenvolver no plano da organização e da luta o movimento popular e democrático, nomeadamente reforçando o Movimento Sindical Unitário, as organizações e movimentos unitários dos pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais, o movimento e a luta das mulheres, a organização e a luta da juventude e dos intelectuais, as movimentações em torno de problemas concretos das populações.

Na reunião procedeu-se igualmente ao balanço da actividade do PCP, do seu grande crescimento e alargamento de influência no distrito – designadamente no plano eleitoral –, do trabalho específico em diversas frentes, do desenvolvimento da Campanha dos 20 mil contos – tendo sido particularmente saudada a passagem dos 10 mil contos e lançado um apelo para que o mais rapidamente possível se complete a Campanha – e da campanha de recrutamento «**Para defender Abril** mais três mil militantes no Porto». Foram igualmente apreciados os planos de actividades para o ano corrente.

A Reunião Regional de Quadros constituiu uma grande afirmação da vitalidade das organizações da Organização Regional do Porto do PCP, da sua implantação e ligação às massas e aos problemas e anseios dos trabalhadores e do povo do Porto.

Reunião de quadros em Santarém

Com a presença de 160 militantes, realizou-se no último domingo uma reunião distrital de quadros em Santarém. Ao abrir os trabalhos, o camarada Raimundo Cabral, do CC, membro suplente da Comissão Política, fez uma documentada intervenção sobre a situação actual na região depois das eleições e os êxitos eleitorais do PCP, integrado na APU, bem como as principais deficiências do trabalho político e de organização do Partido. O camarada Raimundo Cabral anunciou a promoção regional para o recrutamento de mil novos membros para o Partido, integrada na Campanha dos 10 mil até Junho, saída da reunião do CC de 24 e 25 de Janeiro passado.

Representantes dos concelhos completaram o quadro com intervenções de valia para o conhecimento mais exacto da situação na região.

Participaram nos trabalhos os três deputados por Santarém à Assembleia da República, Dias Lourenço, Álvaro Brasileiro e Vítor Louro, tendo o primeiro encerrado a reunião com uma intervenção política geral.

Os trabalhos tiveram um elevado nível e permitiram definir com segurança as tarefas essenciais do Partido na região, entre as quais a realização da Festa da Primavera no mês de Março, uma grande iniciativa de massas da Organização Regional de Santarém.

JCP denuncia os objectivos do Governo Sá Carneiro acerca do Ano Propedêutico

"Acabou o tempo das 'promessas'. Na prática governamental da AD, a demagogia eleiçoeira cede gradualmente lugar aos factos de uma política de direita, virada contra o povo e o País, e factor de agravamento da sua difícil situação. No Ministério da Educação do sr. Vítor Crespo, a máscara demagógica caiu já totalmente. E caiu precisamente em torno de um dos problemas mais graves do sistema do ensino português: o Ano Propedêutico" – denuncia a Comissão Executiva da Direcção Nacional da Juventude Comunista Portuguesa (JCP), em comunicado divulgado há dias.

Com efeito, em entrevista concedida a uma delegação de alunos propedêuticos não-colocados na Universidade, o ministro definiu os propósitos da sua actuação, que se resume de momento à manutenção pura e simples do Ano Propedêutico...

Esclarece a JCP: "A entrevista não passou de um 'próforma' bem elucidativo das concepções de diálogo e consertação do ministro. A todas as reivindicações e perspectivas apontadas pela delegação estudantil, disse **não**, tapando os ouvidos à evidente justiça que assiste à luta daqueles estudantes. A entrevista, pelo que nela foi dito, não só confirma os propósitos autoritários do ministro e a sua recusa em resolver os problemas estudantis, como põe em evidência as concepções retrógadas" do sr. Vítor Crespo.

A propósito, o Executivo da DN da JCP aponta um exemplo: "Quando um responsável pelo MEC afirma que o 'numerus clausus' até é alto (!) de mais e que há técnicos a mais neste país (!), a dúvida fica sobre se será este o cargo mais adequado para o sr. Crespo".

Depois de referir que um semanário afecto à AD divulgava há dias que o Governo Sá Carneiro só promeverá o fim do Propedêutico "a médio prazo" (a legislação em vigor aponta para o fim do AP no próximo ano lectivo...), declara a JCP:

"No ensino, como noutras áreas de actividades do Governo – política de preços, desemprego, etc... – acabou pois o tempo das promessas!

"E escusa a JSD de, à pressa, tentar demarcar-se da política do Ministério da Educação. Vítor Crespo é militante destacado do PPD/PSD, protegido de Sá Carneiro; a política que aplica é a política da direita, do PPD/PSD, do CDS, e das suas organizações juvenis, a JSD e a JC. As demarcações dos meninos da JSD da política do sr. Crespo são tão caricatas e tão dignas do crédito como a intenção, manifestada na reunião do seu Conselho Nacional, de ressuscitar, a propósito da situação em Angola, os acordos do Alvor.

"Em última análise, apenas provam a consciência que a própria direita tem da natureza antipopular e antijuvenil da sua política."

Detendo-se, em particular, no funcionamento do Propedêutico – no qual se avoluma "uma situação pedagógica caótica e insustentável" – sublinha a nota da JCP:

"Entre inúmeras deficiências – ritmo excessivo da exposição da matéria, insuficiência da actual rede de centros de apoio, etc... – destacam-se pela sua gravidade os enormes atrasos que continuam a verificar-se na saída dos textos de apoio – há cadeiras em que não saiu nem um texto de apoio – e o facto destes esgotarem rapidamente. Uma tal situação compromete gravemente a realização dos exames no prazo previsto – fi. de Fevereiro – e constitui justo motivo de indignação para os estudantes. Caso tais datas não sejam revistas, ficam a claro as intensões governamentais – um chumbo colectivo no Ano Propedêutico."

Por fim, a Juventude Comunista apela à unidade e ao reforço da organização dos estudantes do Propedêutico, condição essencial para fazer frente à ofensiva do Ministério da Educação. "Só a luta de massas pode conduzir ao isolamento e derrota da política de direita" – recorda a JCP.

Atenção Vialonga!

O Centro de Trabalho espera!

Quem procurasse o Centro de Trabalho do PCP em Vialonga, concelho de Vila Franca de Xira, no passado domingo, encontraria uma azáfama que metia carpinteiros, pedreiros, pintores e, mais ao lado, um laborioso grupo feminino às voltas com tachos e panelas, confeccionando bolos. Não. Não se estava ultimando preparativos para nenhuma festa e o facto de haver gente num lado a carpinteirar, a pintar paredes ou a assentar ladrilhos enquanto no mesmo edifício, mas mais a recato, outros (melhor dizendo outras) faziam bolos... não era tão estranho como poderia parecer à primeira vista.

Júlio Mota, Francisco Brioso e João Francisco, todos da Comissão de Freguesia, bem como Álvaro Gonçalves e João Lourenço, ambos da Comissão de obras que se constituiu para os trabalhos, explicaram o que se passava. E que era o seguinte: estava-se ali numa jornada de trabalho voluntário para melhorar o Centro de Trabalho do Partido Comunista Português em Vialonga.

Duas campanhas, um Centro de Trabalho

Logo a seguir ao 25 de Abril procurou-se encontrar instalações para o CT do PCP em Vialonga, o que se conseguiu em Fevereiro de 1975, com a cedência de parte de um edifício – na altura «um autêntico palheiro» – encontrando-se o resto ocupado por inquilinos. Em meados de 1977 soube-se que os inquilinos iam sair.

Surgiu então a ideia de comprar todo o edifício, o que orçaria em 400 contos.

Quatrocentos contos era uma vultuosa quantia... mas os camaradas de Vialonga não esmoreceram! No ano seguinte, em 1978, meteram ombros a uma campanha de fundos e, em doze meses, eis que estava ultrapassada a meta dos 400 contos! Para tal êxito contribuiram três coisas, no dizer dos camaradas: a campanha de porta a porta, a contribuição de militantes e amigos com quotas suplementares e, sobretudo, o meritório trabalho das mulheres, camaradas que confeccionando e vendendo elas mesmo produtos de cozinha, doces e pastelaria, obtiveram mais de uma centena de contos durante a campanha!

Mas esta campanha mal acabou, veio dar lugar a outra não menos importante e iniciada logo em 1979. As escrituras do edifício estavam já feitas, já se tinha um edifício para o CT mas... eram necessárias obras, que transformassem aquele pardieiro em algo de funcional! Eis, portanto, nova campanha em marcha, desta vez para melhorar o que se tinha comprado.

Daí esta jornada de trabalho no passado domingo. Daí que fossemos encontrar as incansáveis camaradas à volta com os seus bolos, que continuam sendo um valioso contributo à campanha. E daí que nos façamos eco de um apelo dos camaradas de Vialonga: o novo Centro de Trabalho necessita de **tudo:** recheio, mobiliário, tudo!!! E, claro, de muito trabalho. Camaradas e amigos de Vialonga: o Centro de Trabalho do PCP conta convosco!

Algumas camaradas «das campanhas»

O quadro mostra como «era» o CT; há que transformá-lo!

Eleições das CTs
Um apoio sem barreiras ao reforço da unidade

● CP e RN votam hoje

A unidade sempre mobilizou os ferroviários. Na imagem um plenário da CP

Num período inferior a 2 semanas (23 de Janeiro a 5 do corrente) 9 grandes empresas elegeram as suas Comissões de Trabalhadores. Como sucedera com os Estatutos das CTs e com a eleição dos representantes dos trabalhadores nos órgãos de gestão do sector empresarial do Estado, as listas unitárias alcançaram uma esmagadora maioria de mandatos para as CTs eleitas de acordo com a Lei 46/79.

Hoje, dia 7, dezenas de milhares de trabalhadores de duas empresas nacionalizadas – CP e RN – elegem, por seu turno, os companheiros de trabalho que farão parte desses órgãos representativos onde o reforço da unidade é uma exigência indispensável para defender com êxito os interesses e direitos de todos os trabalhadores.

Empresas de grande vulto como a Lisnave, Setenave, Petrogal, Quimigal, Grundig, Estaleiros de Viana do Castelo, Unicer, Rabor e Fiatex mostraram, mais uma vez, com as eleições para as Comissões de Trabalhadores, a força que a unidade alcançou em sectores vitais da economia nacional não só no âmbito da organização laboral, mas (e com relevo crescente) na própria vida das empresas, na defesa e controlo de opções que interessam ao progresso económico do país, à defesa das nacionalizações e de todas as conquistas da revolução de Abril.

As Comissões de Trabalhadores, onde a unidade de acção é um factor primordial da sua própria sobrevivência como organismos actuantes, são formas de organização de grande importância e significado no regime democrático ameaçado pelo Governo da Aliança Reaccionária, que não esconde as suas ambições de destruir as formações económicas que constituem os alicerces do regime constitucional.

Embora a Lei 46/79 imponha limitações ao seu funcionamento, as CTs continuam a ter condições para melhorar e alargar o controlo de gestão, para intensificar a luta contra os despedimentos, para obter êxitos na luta contra a repressão, para conseguir melhores condições de trabalho, para aperfeiçoar o esclarecimento dos companheiros, para isolar cada vez mais os promotores do divisionismo.

Nenhum esforço pode ser dispensado para que até 15 do corrente – fim do prazo legal para a realização das eleições para as CTs, onde as haja ou não – a organização dos trabalhadores nas empresas consiga fazer desses actos eleitorais mais um passo seguro para o reforço da unidade e da organização.

Empresas com problemas tão graves como a CP e a RN, que os trabalhadores e os seus órgãos representativos tantas vezes têm apontado e tentado resolver com propostas fundamentadas e realistas, não podem dispensar um apoio sem barreiras aos defensores da unidade e, consequentemente, aos trabalhadores honestos e prestigiados que integram as listas unitárias para as Comissões de Trabalhadores.

Adesão total e unidade para um êxito justo na greve dos pescadores

Iniciada às 2 horas da última segunda-feira com uma adesão de 100% em todo o País, a greve no arrasto costeiro, prevista para durar até à meia-noite de hoje, envolve 1469 trabalhadores de 113 navios em luta unitária por reivindicações essenciais.

Contactado pelo «Avante!» ao fim da tarde de anteontem, um porta-voz da Comissão Negociadora Sindical (CNS) reafirmou-nos que, embora inevitável devido à intransigência patronal, a greve não altera a firme disposição de negociar por parte dos representantes sindicais, logo que o patronato apresente uma contraproposta que dê abertura suficiente ao processo de negociação do contrato colectivo de trabalho, cujas tabelas não são revistas desde 1978.

O porta-voz da CNS, insistindo na receptividade sindical às negociações mesmo durante a greve, firmemente seguida, sem incidentes, por todos os trabalhadores (nem um só barco largou), fez questão de salientar que as propostas das partes estão separadas, em termos globais, por uma diferença de 13 100 escudos por navio/mês.

Num sector que não é deficitário, como pretende o patronato, e está em condições de suportar perfeitamente as justas reivindicações dos trabalhadores, nomeadamente o aumento de salários global de 2100 escudos mensais, a intransigência patronal, que acarreta um prejuízo de 8 mil contos por dia de greve, só se compreende no plano das relações entre um Governo de direita e um patronato desejoso de benesses como contrapartida para aumentos salariais que pode perfeitamente suportar.

A CNS, por intermédio do seu porta-voz, afirmou-nos que elaborou um estudo económico-financeiro do sector, provando com fundamento válido a sua rendibilidade. Esse estudo, abalizado por técnicos do Ministério do Trabalho, rebate um outro do patronato que, dividindo os barcos em 5 categorias de exploração, chega à falsa conclusão que todas são deficitárias.

A CNS, estudando os resultados de exploração do ano findo por médias diárias, averiguou que todos os navios dão lucros substanciais. De outro modo, não se compreenderiam, aliás, os investimentos feitos no sector e a construção de novos barcos, como tem vindo a suceder.

Uma faina dura e mal paga mais uma vez interrompida na luta por salários justos e reivindicações essenciais

Os aumentos globais da proposta da CNS, formada por 8 sindicatos, não vão além dos 11 por cento relativamente às tabelas de 1978.

A intransigência do patronato não se justifica. Actualmente a média dos salários fixos (salários-base) é de 4500 escudos. A parte variável depende dos resultados da pesca e obriga muitas vezes os trabalhadores a horários que chegam a atingir as 22 horas diárias, quando o contrato não prevê mais de 16.

A intransigência do patronato é particularmente notória no que respeita aos subsídios de férias e de Natal. Quer continuar a pagá-los segundo os salários fixos que, como se viu, não vão em média além dos 4500 escudos. A CNS e os trabalhadores não abdicam do direito de receber esses subsídios de acordo com os salários que realmente auferem na totalidade.

O processo de revisão do contrato, que se arrasta desde Julho de 1978, não pode esperar mais. Os trabalhadores recorreram à greve com toda a legitimidade perante o boicote patronal que se destina, além do mais, a minar a sua capacidade de mobilização e de luta por direitos e interesses essenciais.

Mas a greve tem provado o contrário daquilo que o patronato esperava. A unidade e a mobilização dos trabalhadores consolidaram-se e cresceram depois das paralisações de 24 e 48 horas, em 8 de Outubro e 10 de Dezembro do ano passado. A greve iniciada na última segunda-feira atingiu os portos de Lisboa, Matosinhos, Aveiro, Figueira da Foz, Portimão, Olhão e Setúbal, paralisando toda a frota. Os plenários que decretaram a greve foram efectuados por todo o País com numerosa participação. A justiça da luta serviu para reforçar a unidade dos trabalhadores.

Os trabalhadores da Standard/ITT continuam a recusar a política de despedimentos da multinacional. Na foto um plenário da empresa

Standard/ITT
Acções conjuntas contra despedimentos

Os trabalhadores da Standard Eléctrica/ITT, que elegem hoje a sua Comissão de Trabalhadores, anunciaram para ontem uma paralisação simbólica de meia hora e propuseram acções conjuntas como forma de luta contra a tentativa de despedimento colectivo que continua a ameaçar 248 companheiros de trabalho, dos quais 75 por cento são mulheres, com os salários mais baixos dentro da empresa.

Num plenário entretanto realizado, a CT foi mandatada, através de uma moção de apoio, «para efectuar as diligências necessárias junto da CT da Plessey a fim de estudarem acções conjuntas» contra as tentativas de despedimento colectivo que atingem os trabalhadores das duas multinacionais.

O processo de despedimento colectivo (a 3.ª tentativa em ano e meio) foi reiniciado pela administração com uma proposta enviada ao secretário de Estado da População e Emprego. Os organismos representativos dos trabalhadores, que recusam o despedimento e as bases em que o patronato pretende apoiá-lo, têm um prazo até 25 do corrente para contestarem a proposta da administração junto daquela Secretaria de Estado.

Como sucedeu com as duas tentativas anteriores, os trabalhadores da Standard e os seus organismos representativos continuam a lutar contra o despedimento colectivo que consideram perfeitamente evitável sem prejuízo para a empresa. O significado da sua luta, que por duas vezes obteve êxito, deve ser encarecido junto de todos os trabalhadores, numa altura em que as ameaças contra o direito ao trabalho se multiplicam em várias empresas a coberto do estímulo de um Governo de direita e das medidas que já tomou contra os trabalhadores e as suas estruturas de classe.

O «prémio»

A administração da Standard Eléctrica/ITT descobriu, entretanto, um processo original de saber quem votou para eleger a Comissão de Trabalhadores. Resolveu sortear entre os votantes um aparelho de televisão a cores, pelo que pediu à comissão eleitoral a respectiva lista. Esta, por decisão unânime dos delegados das três listas concorrentes não lhe será fornecida. «Inqualificável» é como esses trabalhadores consideram a proposta de uma administração que, há 18 meses, «insiste na concretização de um processo de despedimento colectivo de cariz marcadamente político; que não se tem coibido de intrometer-se, por todos os meios, na actividade regular dos órgãos representativos dos trabalhadores; que tem exercido represálias sobre os que mais se destacam naquela actividade». A resposta desses órgãos é muito clara. Recusando o «prémio» da «colaboração», a comissão eleitoral interroga-se sobre os propósitos do patronato (não quererá exercer «represálias»?) e reafirma que «a administração pretende impor, na Standard Eléctrica, os processos caciqueiros utilizados pelas forças reaccionárias nas campanhas eleitorais» – processos de gente que se entende e se apoia mutuamente contra os trabalhadores.

A recusa dos 40 CCTs – firme adesão à luta contra a provocação

A recusa de publicação de 40 contratos colectivos de trabalho por parte do Governo da Aliança Reaccionária continua a suscitar um movimento de protesto de todos os sindicatos afectados por essa provocação escandalosa.

No seguimento das tomadas de posição da CGTP-IN e de catorze associações sindicais, incluindo 10 Federações representando centenas de milhares de trabalhadores dos mais importantes sectores de actividade, o secretariado da Federação Sindical da Hotelaria, que anunciou a realização de plenários para adoptar "formas duras e concretas de luta, caso a legalidade não seja reposta a muito breve prazo", condenava, entretanto, **o comportamento de conluio, ridiculamente discriminatório do Governo, relativamento aos divisionistas do sindicato amarelo do sector, ao enviar, ao que sabemos, para publicação, o contrato apressadamente combinado pelos amarelos e pelo patronato do Norte e cuja fundamentação económica ocupa meia folha de papel A-4.** Enquanto isso, acrescenta a Federação, "o contrato de todos os trabalhadores da hotelaria, que integra uma fundamentação muito mais completa e assinada também pelas associações patronais, não serve ao sr. ministro do Trabalho".

A CGTP-IN, manifestando, entretanto, "a sua inteira solidariedade aos trabalhadores abrangidos pelas medidas de devolução dos seus contratos colectivos, considera correcta, justa e adequada à provocação do Ministério do Trabalho a forma de luta já anunciada de greve simultânea nos sectores afectados, se não forem satisfeitas as suas reivindicações, e exorta todos os trabalhadores a manifestarem-lhes a sua solidariedade activa".

Contratação e custo de vida nas grandes manifestações de massas contra a política de direita

CGTP-IN
III Congresso em força e unidade

A CGTP-IN, que prepara o seu III Congresso por todo o País, condena os aumentos de preços recentemente decretados pelo Governo, cuja política repudia veementemente. Num comunicado de 1 do corrente, a Central «exorta todos os trabalhadores a reforçarem a sua coesão e unidade em torno das suas estruturas de classe para, através de todas as formas constitucionais permitidas, com especial relevo para as acções de massas», se oporem a essa política como «resposta legítima e correcta» aos ataques «contra os direitos e interesses de todos os trabalhadores, contra o regime democrático e contra a independência nacional».

Divulgado simultaneamente em Paris e em Lisboa, um comunicado conjunto da CGTP-IN e da CFDT referia-se, entretanto, à visita que uma delegação ao mais alto nível daquela Central francesa fez recentemente a Lisboa. Pelo seu teor, o documento constitui um desmentido às ilusões divisionistas, que gostariam de ver comprometida a unidade de acção entre as duas Centrais designadamente no que se refere à filiação da CGTP-IN na Confederação Europeia de Sindicatos (CES).

Quanto à preparação do III Congresso, a realizar em Lisboa na primeira semana de Março, é de salientar o grande número de plenários e outras reuniões efectuadas por todo o País. Só no distrito de Lisboa já se realizaram, no âmbito da preparação do Congresso, perto de centena e meia de plenários.

À semelhança do resto do país, a Comissão Dinamizadora Distrital (CDD) de Leiria, em colaboração com os Sindicatos, prosseguia, entretanto, o processo de análise e discussão dos documentos para o Congresso realizando plenários de concelho, de freguesia e de zona em mais de vinte localidades do distrito.

Entre as prioridades, a luta contra os despedimentos

Tarefas prioritárias

Entre as «tarefas prioritárias», que o plenário distrital de dirigentes, delegados sindicais e membros de Comissões de Trabalhadores apontou no último sábado em Lisboa, figura a luta contra os despedimentos colectivos. Prioritárias são também para o movimento operário e popular as lutas contra as tentativas de congelamento geral da contratação colectiva e pela defesa da Reforma Agrária e das nacionalizações. Os trabalhadores «não abdicarão de nenhuma das formas de luta reconhecidas no quadro constitucional», advertiu o plenário, contra o clima que as forças da direita tentam criar para o «ressurgimento em Portugal de uma nova ditadura». O encontro que incluiu, o III Congresso da CGTP-IN na sua ordem de trabalhos, considerou «previsível o reforço das tentativas de quebrar a unidade dos trabalhadores pelas forças divisionistas, agora abertamente apoiadas pelo Governo», e citou como exemplos «as tentativas de boicote na discussão da contratação colectiva e de apresentação de contratos paralelos e horizontais» – formas que o «divisionismo tem vindo a assumir e contra as quais os trabalhadores deverão reforçar o seu combate».

No Porto, durante uma reunião dos Sindicatos do distrito, era criada, entretanto, uma comissão de luta para coordenar e dinamizar todo o trabalho de esclarecimento e mobilização dos trabalhadores contra o congelamento da contratação colectiva. A comissão solidarizou-se com as decisões já tomadas pelas associações sindicais na luta contra a recusa de publicação dos 40 CCT e salientou «a inabalável decisão de, por todos os meios constitucionais ao seu dispor, lutar frontal e decididamente no sentido de melhorar e defender a situação económica da população trabalhadora e as conquistas do 25 de Abril».

A análise, a discussão e o enriquecimento dos documentos-base a apresentar ao III Congresso da CGTP-IN (6 a 9 de Março em Lisboa) continuam a mobilizar milhares de trabalhadores por todo o país. No Porto, a CDD, constituída por 47 sindicatos, inclui 17 não filiados na CGTP-IN

GUERRA E IMPERIALISMO CONTRA OS HOMENS E CONTRA A PAZ

80% dos conflitos militares em 1945/1977 tiveram participação dos EUA

Os imperialistas procuram fazer crer que o apoio soviético para que os países e os povos combatam a ingerência externa e defendam a democracia é uma ameaça à paz.

Ora, quem ameaça a paz são os Estados Unidos e aqueles que aceitam participar nos seus projectos bélicos.

Os países do bloco da NATO, em particular os EUA, efectuaram após a 2.ª Guerra Mundial mais de 100 acções agressivas, muitas das quais poderiam ter originado uma nova guerra mundial que os esforços conjugados dos países socialistas e das forças amantes da paz em todo o mundo impediram.

Isso aconteceu no Vietname, no Laos, no Cambodja, nas Filipinas, na Malásia, na República Democrática da Coreia, na Guatemala, na Argélia, em Chipre, no Egipto, no Líbano, na Jordânia, no Congo (Kinshasa), em Cuba.

Para imporem um clima de tensão e de ameaça à liberdade dos povos os EUA têm apoio militar em vários países.

Assim, por exemplo, têm:

- 74 bases nos países «aliados» e no Canadá
- 11 bases aéreas e 8 navais na Noruega
- 140 bases no Japão
- 50 mil soldados no Japão
- 4 bases em Espanha
- Várias bases em Portugal

Para haver mais pão não se pode gastar tanto em armas

Hoje em dia a corrida aos armamentos consome por ano 400 biliões de dólares, ou sejam, 20 mil biliões de escudos.

No nosso planeta, em que 1 em cada 3 habitantes está privado de assistência médica mais elementar, em que 1 em cada 5 é analfabeto, em que 1 em cada 7 está subalimentado, as despesas militares continuam a aumentar e, mantendo os ritmos de crescimento, atingirão no ano 2000 o montante fantástico de 820 biliões de dólares, ou sejam, 41 mil biliões de escudos.

Para poder aumentar as despesas militares serão reduzidas as verbas destinadas às necessidades sociais e culturais, limitadas as despesas previstas para o ensino, a ciência, a saúde pública, a habitação, etc.

Nos EUA, onde, apesar do poderio dos grandes grupos económicos, milhões de pessoas passam fome e não têm trabalho, as consequências da corrida aos armamentos serão graves.

O senado americano -- que recusou ratificar o acordo SALT II (limitação das armas nucleares estratégicas) -- retirou no orçamento aprovado em Dezembro 4 biliões de dólares à assistência social para que o Pentágono disponha do maior orçamento militar da História dos EUA: 141,2 biliões de dólares, ou sejam, 7 mil biliões de escudos.

A que é que equivalem os gastos militares

O imperialismo evita a paz para aumentar os lucros das empresas de armamentos

O imperialismo evita a paz para que continue a opressão e a exploração

PELO DESAR... PELA...

Os Estados Unidos procur... a que não sejam atingidos... procuram que seja a Euro...

Os Estados Unidos preparam a guerra. Mas sabem q... também seriam prejudicados com ela.

Por isso procuram envolver outros países num confro... com a URSS ficando à margem das suas consequências.

Os Estados Unidos tinham, em Dezembro do ano passad... 7 mil unidades de armas nucleares em território da Euro... Ocidental contra as 3,5 mil instaladas em território soviético:

Os EUA recusam rai... mas montam nov...

RMAMENTO APAZ

um a guerra mas de maneira os pelas suas consequências: op a pagar as suas aventuras

que é, **os EUA tinham na Europa o dobro das armas nucleares que a URSS.**

Apesar disso, a NATO acaba de aprovar a instalação em cinco países da Europa (República Federal Alemã, Inglaterra, Holanda, Bélgica e Itália) mais 572 unidades de armas nucleares poderosíssimas -- os mísseis «Pershing-2» e «Cruzeiro» -- que podem atingir o território soviético em poucos minutos.

atificar o acordo SALT II o mísseis na Europa

NÃO À POLÍTICA DE SÁ CARNEIRO ULTRA-ALINHADA COM OS «FALCÕES DA GUERRA»

O governo começou a sua acção ameaçando a Constituição da República

Os actos recentes e os propósitos anunciados do Governo Sá Carneiro em matéria de política externa a pretexto dos acontecimentos no Afganistão revelam:

que o Governo aposta nos planos bélicos e na guerra fria que o faz a coberto do anticomunismo e do anti-sovietismo primários.

Que compromete a independência do País para, num rastejar servil, ficar ultra-alinhado com os círculos mais reaccionários e aventureiros do imperialismo.

Que este Governo se rebaixa a tomar atitudes que nem outros países da NATO e do Mercado Comum aceitaram tomar.

O Governo defende opiniões e pratica actos contrários aos princípios que devem reger as relações internacionais de Portugal e que estão expressos no **Artigo 7.º** da Constituição:

«1. Portugal rege-se nas relações internacionais pelos princípios da independência nacional, do direito dos povos à autodeterminação e independência, da igualdade entre os Estados, da solução pacífica dos conflitos internacionais, da não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados e da cooperação com todos os outros povos para a emancipação e progresso da Humanidade.

«2. Portugal preconiza a abolição de todas as formas de imperialismo, colonialismo e agressão, o desarmamento geral, simultâneo e controlado, a dissolução dos blocos político-militares e o estabelecimento de um sistema de segurança colectiva, com vista à criação de uma ordem internacional capaz de assegurar a paz e a justiça nas relações entre os povos.

«3. Portugal reconhece o direito dos povos à insurreição contra todas as formas de opressão, nomeadamente contra o colonialismo e o imperialismo, e manterá laços especiais de amizade e cooperação com os países de língua portuguesa».

Contrário aos interesses do povo português querendo destruir o regime democrático alinhando com a guerra fria este governo não serve

A política de desanuviamento é posta em causa pelo imperialismo. Mas as tentativas de Carter em fazer alastrar a guerra fria serão derrotadas.

Os seus aliados rejeitam os planos de boicote económico contra a União Soviética, como aconteceu com o Brasil, a Argentina e até o Chile. Os agricultores e senadores americanos foram os primeiros a dizer que os principais afectados pelo boicote de cereais à URSS seriam os próprios produtores americanos.

Os países, os atletas, as autoridades olímpicas opõem-se aos projectos de boicote dos Jogos Olímpicos.

Os «ultras» serão derrotados

Os ultras e o governo Sá Carneiro serão isolados

O povo português ama a paz, quer a democracia
Os projectos de guerra
e de uma nova ditadura serão vencidos

SIP da DORL do PCP/«Avante!»

Desporto direito do povo uma realidade no concelho de Sines

O município de Sines, que desde 1976 vem sendo gerido por uma maioria de eleitos da Povo Unido, tem dedicado particular atenção ao fomento de diversas actividades desportivas, criando uma dinâmica que movimenta já actualmente largas centenas de jovens e adultos de ambos os sexos.

O trabalho conjunto desenvolvido nos últimos três anos pelos órgãos autárquicos, colectividades, comissões de moradores e de trabalhadores, professores, etc., permitiu passar da prática do futebol (única modalidade inicialmente existente) para o andebol, o basquetebol, o voleibol, o atletismo, ginástica de manutenção, ginástica infantil, caça submarina, enquanto estão em organização as aulas de judo, halterofilia e outras.

O papel desenvolvido pela Câmara Municipal de Sines traduziu-se, essencialmente, na constituição e dinamização do Conselho Desportivo Municipal; na criação de infra-estruturas para a prática do desporto; no apoio material às colectividades e comissões de moradores; e na formação de quadros técnicos desportivos do Município.

A partir daqueles pontos fundamentais foi possível desenvolver uma actividade consequente no campo do desporto, mobilizando cada vez mais gente para a sua prática. Assim, o Conselho Desportivo Municipal, que é um órgão formado por representantes das autarquias, comissões de moradores e trabalhadores, colectividades, sindicatos, técnicos e monitores desportivos, professores do ensino preparatório e secundário, tem como principal objectivo a coordenação das diversas iniciativas desportivas, o planeamento desportivo a nível concelhio, ligação com sectores desportivos dos outros concelhos, etc.

Mas como a prática do desporto implica a existência de instalações e equipamento, o município decidiu construir directamente, nos centros urbanos do concelho, campos polivalentes com cerca de seis mil metros quadrados de área pavimentada, que permitem a prática simultânea de andebol, voleibol, basquetebol e futebol de salão. Paralelamente, construíram-se balneários e sanitários nos campos centrais; aproveitou-se a área coberta de uma das bancadas do estádio municipal para a prática de ginástica e fez-se uma adaptação do salão do povo também para a prática de ginástica.

As zonas rurais não foram esquecidas, sendo de salientar a construção e arranjo de campos de futebol, construção de balneários. Em todo este trabalho participaram activamente as próprias populações, com trabalho voluntário, nomeadamente através das comissões de moradores e das colectividades.

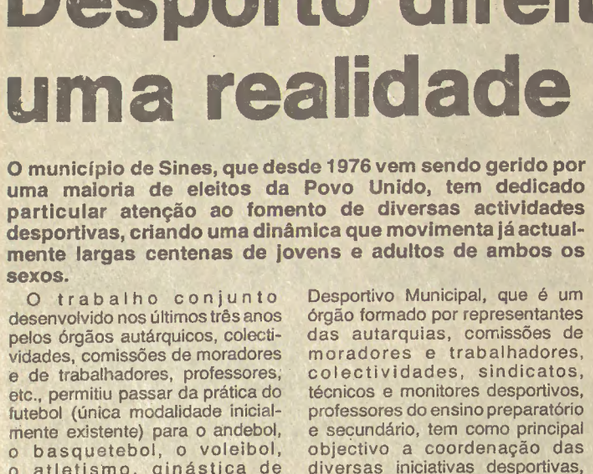
A construção destas estruturas foi acompanhada da aquisição de diverso material para a secção desportiva municipal, tais como bolas, espaldares, plintos, trampolins, etc.

É evidente que esta actividade desenvolvida directamente pelo município contribuiu para dinamizar iniciativas próprias de colectividades e comissões de moradores, que encontram na Câmara também o apoio financeiro e material indispensável à sua actividade.

Paralelamente, e quem sabe se pela primeira vez a nível autárquico, no município de Sines deram-se os primeiros passos na formação de um quadro de pessoal de técnicos desportivos, com a admissão de um professor de educação física, e do qual poderão vir a fazer parte monitores em função do número de praticantes em actividade.

Segundo o próprio presidente da Câmara de Sines, camarada Francisco Pacheco, foi objectivo principal desta orientação, inicialmente, proporcionar gratuitamente à população a prática de ginástica de manutenção; educação física às crianças dos infantários e jardins escolas; proporcionar a prática de ginástica às crianças do ensino primário. Numa segunda fase, a Câmara espera poder fazer deslocar às zonas rurais os técnicos desportivos municipais, sobretudo às escolas, de modo a alargar a todo o concelho esta regalia social, fomentando e dinamizando todas as modalidades desportivas que venham a ser desenvolvidas a nível local.

Os resultados desta política desportiva, que tem como objectivo central fazer com que o desporto seja de facto um direito do povo, são já bem visíveis na actividade desenvolvida no Verão passado, em que se realizaram simultaneamente dois torneios de futebol (de cinco e de onze) onde participaram 28 e 12 equipas respectivamente, num total de mais de trezentos desportistas de vários escalões etários.



Actividades desenvolvidas e mantidas actualmente pelo técnico municipal:

Ginástica Infantil (Jardins e infantários)	rapazes:	32
	raparigas:	30
Escolas	rapazes:	51
	raparigas:	35
outros	rapazes:	45
	raparigas:	46
Ginástica de Manutenção (adultos)	homens:	30
	mulheres:	80
Formação desportiva	Atletismo:	15
	Futebol:	30
	Basquetebol:	18
	Voleibol:	12
Total Geral		424

Na Câmara da Amadora PS alia-se à «AD»

À semelhança do que sucedeu em Loures, também na Amadora os eleitos do PS para a Câmara Municipal aliaram-se à direita para retirar competências ao presidente do município, eleito pela APU.

A proposta de esvaziar a competência do presidente da edilidade foi apresentada pelo único vereador do CDS e prevê que essas competências passem para uma comissão formada pelos vereadores Marques Pedrosa (APU), António Saldida («AD») e Andrade Neves (PS), o que não só levanta dificuldades sérias ao funcionamento da Câmara, como enferma também de algumas ilegalidades. Os vereadores do PS, que se abstiveram de intervir no debate sobre o assunto, votaram com a direita e a proposta foi aprovada.

Esta coligação PS/«AD» voltou aliás a funcionar ao longo da primeira sessão pública da Câmara Municipal da Amadora, nomeadamente para atentar contra a liberdade de propaganda dos partidos políticos, que a Constituição consagra.

Os vereadores socialistas, invocando a defesa dos espaços verdes, fizeram aprovar uma proposta que impede a utilização do Parque Municipal Delfim Guimarães (Jardim da Amadora) pelas forças políticas. Como não se entende como é que as actividades políticas, culturais, recreativas e mesmo desportivas até agora ali realizadas (colóquios, filmes, gincanas, torneios de xadrez, exposições, etc.), podem atentar contra aquele espaço verde, chega-se inevitavelmente à conclusão que a medida visa atingir as forças políticas que normalmente usam aquele Parque.

Incapazes de desenvolver as suas próprias actividades com idêntica constância, PS e «AD» coligam-se para impedir que outros o façam. Um bom exemplo de «vivência democrática»...

Também o horário das sessões públicas foi aprovado com os votos contra da APU, ficando fixado para as 15,30, às terças-feiras. O Povo Unido defendia que as reuniões públicas semanais tivessem início às 17 horas, ou mesmo mais tarde, de modo a permitir a participação da população trabalhadora. Não estiveram de acordo os vereadores do PS e da «AD», que pelos vistos não gostam muito de assistência às suas deliberações...

A proposta de Orlando de Almeida, presidente da edilidade, de conceder um subsídio de refeição aos trabalhadores do município conseguiu reunir o consenso da vereação, que deliberou ainda que no prazo de seis meses seja montado na Câmara um sistema de «self-service» ou restaurante que permita reduzir os custos suportados com o subsídio.

Entretanto, na eleição da mesa da Assembleia Municipal, na primeira sessão daquele orgão autárquico, não foi possível qualquer espécie de consenso, votando cada força política na sua respectiva proposta, o que veio a traduzir-se na vitória da Aliança Povo Unido, que embora não detendo a maioria absoluta é a força maioritária.

A lista do Povo Unido, que atribuia a presidência da Assembleia a Vasco Marques da APU, o cargo de 1.º secretário a Marques Gonçalves da «AD» e o cargo de 2.º secretário a Eduardo Farinha do PS, foi elaborada de modo a corresponder **às percentagens obtidas pelas várias forças políticas nas eleições de 16 de Dezembro,** uma vez que, como foi afirmado na altura, **não foi possível obter um acordo global entre as forças democráticas para a acção a todos os níveis do Município da Amadora.**

É curioso assinalar que a lista proposta pela «AD» excluía pura e simplesmente a APU (que foi a força mais votada no concelho), enquanto a proposta do PS atribuia a presidência da Assembleia Municipal a um socialista, não obstante ser a terceira força em termos de resultados eleitorais.

Já no final da reunião foi aberto um período para a intervenção do público, aproveitado pela população para a apresentação de alguns problemas e para a manifestação do seu regozijo pela entrada em funções dos órgãos autárquicos do «Município de Abril».

Na Câmara da Amadora os eleitos socialistas aliam-se à direita para dificultar gestão da APU, mais preocupados com rivalidades partidárias que com o interesse das populações

Reunião distrital de eleitos do PCP nas autarquias

Realiza-se no próximo domingo, dia 10 de Fevereiro, às 14.30 horas, no Salão Cultural da Câmara Municipal de Aveiro, uma reunião de militantes do PCP eleitos para as autarquias do distrito de Aveiro, no quadro da APU.

Para a reunião, em que participarão membros da Comissão para as Autarquias junto do Comité Central do PCP, foram ainda convidados todos os eleitos da APU que não são militantes do PCP.

Além do balanço à actividade anteriormente desenvolvida e aos resultados das eleições de 16 de Dezembro, esta reunião visa melhorar a intervenção dos eleitos da Aliança Povo Unido em todos os aspectos da gestão democrática das autarquias na mais firme defesa dos interesses das populações.

Estudo da OIT revela situação alarmante da habitação em Portugal

Em 1975 uma grande percentagem da população portuguesa estava subalimentada ou em perigo de desnutrição, enquanto a situação habitacional no nosso país atingia proporções verdadeiramente alarmantes, com mais de 770 mil famílias mal alojadas.

Estas algumas das conclusões do estudo elaborado por uma equipa de técnicos portugueses e estrangeiros no âmbito da Organização Internacional do Trabalho (OIT), cujo objectivo era contribuir para a elaboração de um plano de desenvolvimento a médio prazo, através da criação de novos postos de trabalho e do desenvolvimento dos recursos humanos e naturais sem prejuízo do crescimento económico e do equilíbrio da balança de pagamentos.

Segundo aqueles técnicos, a taxa de mortalidade infantil em Portugal é quatro vezes superior à da Suécia e é o dobro da verificada em Espanha. Por outro lado, em 1970, cerca de 25% das crianças com menos de dez anos eram analfabetas, sendo de supor que tal situação se mantenha no essencial, dado não ter sido posto em funcionamento nenhum plano oficial de alfabetização. Pelo contrário, é de assinalar que o período de escolaridade obrigatória no nosso país é dos mais baixos da Europa.

A situação portuguesa em matéria de habitação e transportes não é mais animadora. Para além do elevadíssimo número de famílias sem uma habitação condigna, mais de 80% da população das zonas rurais vive em casas sem esgotos, enquanto apenas 37% das freguesias do país têm abastecimento de água ao domicílio.

No sector dos transportes, o estudo refere que no geral são lentos e aponta a sua grande concentração nas zonas urbanas do litoral, enquanto as regiões do interior permanecem praticamente isoladas das grandes cidades, sem um serviço eficiente de transportes, quer de passageiros quer de mercadorias.

Melhorar a habitação reduzindo o desemprego

O estudo patrocinado pela OIT assinala a existência, em 1977, de cerca de meio milhão de desempregados em Portugal, o que representa 14% da força de trabalho.

Para minorar o problema do desemprego e resolver o problema da habitação, os peritos consideram que seria possível criar cerca de 90 mil postos de trabalho em quatro anos, por meio de um crescimento anual de 10% no sector da construção civil. Os técnicos pensam também ser viável a criação de mais 74 mil postos de trabalho no sector da indústria, através de um aumento das actividades ligadas directamente à satisfação de necessidades essenciais, tais como os sectores alimentar, têxtil, vestuário, habitação, papel e ensino).

Para os autores deste estudo, dirigidos pelo economista belga Willy van Rijckeghem, a aplicação de uma tal estratégia de desenvolvimento é não só compatível com o crescimento e o equilíbrio da balança de pagamentos como pode contribuir para o melhoramento imediato da situação desta última.

Uma das taxas de mortalidade infantil mais elevada da Europa – um triste «título» para Portugal

Mais de dois milhões de pessoas vivem em Portugal em condições sub-humanas, em bairros de lata que proliferam por todo o lado de forma assustadora. Que soluções tem a Aliança Reaccionária para cumprir a sua promessa de «uma casa para cada família»?

O sinal da mudança

A prometida «mudança» já se começou a fazer sentir na Câmara Municipal do Porto, dominada por uma maioria da Aliança Reaccionária: as reuniões públicas desapareceram!

Contrariamente ao que havia sido deliberado pela anterior vereação, que no estrito cumprimento da Lei guardava a última quinta-feira de cada mês para reunir publicamente, o novo executivo chegou ao fim do mês de Janeiro sem uma única sessão pública.

Não houve sequer por parte da «AD» o cuidado de informar o público, que como de costume ali acorreu na última quinta-feira para deparar com uma Câmara de portas fechadas, à moda dos velhos tempos.

Vindas sobretudo das zonas degradadas da cidade, as pessoas que se deslocaram aos Paços do Conselho tinham certamente problemas para expor, informações a pedir, quem sabe mesmo se esperanças criadas em campanha eleitoral à espera de concretização.

A «mudança» da Aliança Reaccionária, com suprema indiferença, esperava os munícipes de porta fechada.

Cooperativas de Habitação preparam Congresso

O Secretariado Nacional das Cooperativas de Habitação Económica (SENACHE) reuniu-se recentemente em Évora com representantes de todo o País, para debate dos diversos problemas das CHES.

Quanto à organização do II Congresso das Cooperativas de Habitação Económica, que se realizará em Lisboa nos dias 18, 19 e 20 de Abril próximo, a respectiva Comissão Nacional informou que os trabalhos preparatórios estão a decorrer com normalidade, sendo de esperar uma grande participação do Movimento Cooperativo Habitacional.

Entre os vários temas tratados há a salientar a decisão de solicitar audiências ao ministro da Habitação, à Comissão Directiva do FFH e aos grupos parlamentares da Assembleia da República, com o fim de tentar desbloquear os financiamentos às Cooperativas que não foram contempladas no rateio de Julho passado realizado pelo FFH, que abrangem um total de 4500 fogos.

Pocilga de Trofa em vias de extinção?

Segundo o presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, em recente reunião com a «comissão de luta contra a pocilga» da freguesia de Trofa, irão ser intensificados os esforços para resolução do problema da contaminação das águas utilizadas pelas populações locais.

Como várias vezes tem sido referido na Imprensa, a água dos poços consumida na zona (não existe água canalizada) tem vindo a ser progressivamente contaminada pelos dejectos de mais de mil porcos existentes na referida pocilga.

Achado histórico no concelho de Tavira

No sítio de Pero Gil do concelho de Tavira, num local conhecido como Adro do Judeu, foi descoberta uma pequena ardósia com um disco gravado, tendo ao centro um quadrado dividido em nove pequenos quadrados com uma letra gravada em cada um deles. A ardózia, que tem forma trapezoidal, apresenta numa das extremidades um buraco e, no sentido oposto, uma ranhura.

Segundo o investigador algarvio Fernandes Mascarenhas os caracteres inscritos na ardósia são hebraicos. O achado vem confirmar a presença de judeus no Algarve, há muitos séculos.

Turismo algarvio

A Comissão Administrativa da Comissão Regional de Turismo do Algarve e representantes das Câmaras Municipais do distrito de Faro reuniram-se no passado sábado na sede daquele organismo regional de turismo para analisarem, entre outras coisas, o plano de actividades da CRTA para o corrente ano.

Um dos aspectos mais salientes do referido plano é a cooperação «imprescindível» dos municípios à actuação da CRTA, nomeadamente no que toca à defesa do património turístico e ao combate à degradação do meio ambiente, aspectos fundamentais para a valorização turística da região.

Habitação em Odemira

Começaram já os trabalhos de infraestruturas para a construção dos cento e dois fogos da Cooperativa de Habitação «11 de Março», em Odemira.

O empreendimento, orçado no valor de oitenta e três mil contos, é financiado pelo Fundo de Fomento da Habitação.

Devem também iniciar-se brevemente os projectos para as zonas rurais de Vila Nova de Milfontes (70 fogos); Sabóia (50 fogos); Castelão (25 fogos) e Portas do Transval (25 fogos).

Melhoram os transportes urbanos do Barreiro

Segundo um comunicado da Câmara Municipal do Barreiro distribuído recentemente, está a ser completamente cumprido o plano estabelecido para a melhoria dos Serviços dos Transportes Públicos Municipalizados.

Nesse sentido, foram adaptados os horários e carreiras às necessidades dos utentes, tendo presente a actividade essencialmente trabalhadora da população e de modo a permitir aos habitantes das zonas mais afastadas uma melhor ligação às escolas, locais de trabalho e centros desportivos e culturais.

Na renovação do parque de material foram investidos setenta e três mil contos, quarenta e sete mil dos quais em quinze novos autocarros adquiridos recentemente. A frota passou assim a ser constituída por cinquenta e quatro autocarros urbanos, cinco carros de turismo e mais três carros mistos de serviço urbano e de aluguer, tendo sido «abatidas» dezassete unidades (algumas com vinte anos de serviço!).

A Câmara informa ainda que foram emitidos cerca de sete mil passes sociais e cinco mil passes para estudantes, tendo o movimento de utentes atingido o ano passado cerca de dezoito milhões de pessoas, o que corresponde a sessenta mil passageiros transportados por dia útil. Anualmente, os Transportes Públicos Municipalizados do Barreiro garantem ainda cinquenta viagens de estudo às crianças das escolas primárias do concelho.

Trabalhadores em defesa da Reforma Agrária

Grandes concentrações de trabalhadores das UCPs/Coop. do distrito de Portalegre, nos concelhos de Avis, Ponte de Sôr, Alter do Chão e Elvas, contactos de cerca de três centenas de trabalhadores do distrito com a população de Lisboa, esclarecendo as razões da sua luta e apelando à solidariedade, e ainda encontro de delegações das UCPs com diversos órgãos de soberania, fizeram da última terça-feira mais um dia de luta pela Reforma Agrária.

Vieram de novo chamar à luta

Desceram de novo à capital. De novo hasteando bandeiras negras, símbolo da fome que regressa aos campos por obra do Governo de direita. De novo em luta pela Reforma Agrária, pela Constituição, pela democracia.

Foi ontem, terça feira, ao mesmo tempo que por todo o distrito de Portalegre os trabalhadores paralisavam nas UCPs/Cooperativas e rios de gente afluiam a Avis, Ponte de Sor, Alter do Chão e Elvas em concentrações de protesto contra a ofensiva de Sá Carneiro e o seu governo.

Desceram de novo à cidade em caminhos já conhecidos cerca de 300 homens e mulheres da Reforma Agrária do distrito de Portalegre. Contactando com órgãos de soberania — Conselho da Revolução, Assembleia da República, Supremo Tribunal da Justiça, Procurador Geral da República.

Espalharam-se por S. Bento e Praça do Comércio. De novo expondo as razões da sua luta à população da capital. De novo informando com verdade a gente citadina confundida por uma propaganda conduzida pela reacção, por uma imprensa manietada e mistificadora.

Desceram de novo em luta. E voltarão a descer se tal for necessário. Porque a Reforma Agrária não pode ser destruída. Porque a democracia tem de ser defendida. E encontraram de novo — e encontrarão sempre — os trabalhadores da cidade, os jovens, as mulheres, os idosos, a seu lado. E encontraram de novo — e encontrarão sempre — a manifestação cada vez mais larga, cada vez mais firme da solidariedade dos trabalhadores de outros sectores de actividade.

Porque a Reforma Agrária é conquista de todo o povo. Porque a luta é a mesma e a vitória a alcançar contem para todos os trabalhadores uma vida melhor.

As bandeiras da fome de novo em Lisboa

Trabalhadores lutarão contra a ofensiva provocatória do Governo

A ofensiva que o Governo da Aliança Reaccionária tem vindo a desencadear sobre a Reforma Agrária, particularmente no distrito de Portalegre, com a entrega indevida de milhares de hectares a agrários, constitui uma autêntica provocação à legalidade democrática. O despudor do MAP de Sá Carneiro/Freitas do Amaral chega a assumir a forma de uma provocação a outros órgãos de soberania como sucedeu ao tentar conceder uma reserva (entretanto suspensa) na Cooperativa «1.º de Maio» de Avis, «atirando para o caixote de lixo as próprias decisões dos tribunais, nomeadamente do Supremo Tribunal Administrativo, deixando cair as máscaras quanto à sua propagandeada construção de um Estado de Direito, e pondo em causa o próprio regime democrático».

Na pressa de satisfazer os agrários, o Governo da AD desmascara-se cada vez mais: prometeu uma vida nova nos campos e apoio aos que trabalham a terra, e numa só semana, violando a legalidade, ordenou o roubo de 4000 hectares às UCPs/Coop. Outros milhares de hectares se vêm somando durante esta semana numa acção que não só calca os acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo como ainda ignora a revogação de despachos processada pelo anterior executivo.

É sobre esta política ilegal e violenta do Governo da Aliança Reaccionária que algumas centenas de trabalhadores de UCPs/Coop. Agrícolas de Portalegre vieram terça-feira esclarecer a população urbana ao mesmo tempo que contactavam diversos órgãos de soberania. A uma e a outros os trabalhadores expuseram a **sua forte disposição de lutar por todos os meios que a legalidade democrática permite, em defesa da Reforma Agrária.** A uma e a outros, os homens e mulheres da Reforma Agrária vieram:

«– Responsabilizar o Governo da direita de Sá Carneiro, nomeadamente o senhor Goulão e acólitos do MAP, pela acção devastadora que têm vindo a desencadear no distrito de Portalegre contra UCPs/Coop., roubando os trabalhadores, no curto prazo de uma semana, mais de 4000 hectares de terra.

– Denunciar todas as arbitrariedades, sobretudo a violação descarada dos preceitos legais.

– Manifestar a sua apreensão pelas consequências derivadas de tais acções, nomeadamente no que se refere à inviabilização económica e destruição das UCPs/Coop. e consequente agravamento do desemprego que faz pairar, de novo, sobre os trabalhadores alentejanos, o espectro da fome.

– Manifestar a sua repulsa e indignação contra a hipocrisia e o descaramento do Governo da Aliança Reaccionária que, na prática, está a demonstrar toda a demagogia da sua campanha eleitoral, pondo a nu que não é senão um Executivo ao serviço dos agrários, dos grandes interesses do capital nacional e estrangeiro.

– Denunciar publicamente a acção do Governo, pau mandado da CAP de Casqueiro, da CIP e de outras forças mais retrógradas e reaccionárias deste País, apostadas em destruir todas as conquistas de Abril, fazendo recair sobre todos os democratas a possibilidade de instauração de uma nova ditadura com todo o seu cotejo de repressão e de caça às bruxas. Política de rapina e repressão que já se faz sentir, é um verdadeiro atentado contra a economia nacional, sobretudo no que se refere ao sector agrícola da zona de intervenção da Reforma Agrária, pois uma acção da envergadura da actual contra as UCPs/Coop. vem trazer aos campos alentejanos, um clima de instabilidade que não permite um normal desenvolvimento da produção.

– Responsabilizar este Governo, sobretudo o MAP, por todas as ilegalidades e provocações que têm vindo a desencadear e pelas respectivas consequências que daí podem advir.

– Afirmar que decidiram encetar as mais diversas formas de luta, nomeadamente contactar com vários órgãos de soberania e poderes locais, assim como desencadear acções de massas tendentes a pôr termo a esta feroz ofensiva sem lei nem moral do Governo da Aliança Reaccionária, servidor incondicional dos interesses mais retrógrados deste país. Os trabalhadores das UCPs/Coop. não abdicarão dos seus direitos.

– Apelar à solidariedade de todos os trabalhadores. Ao fazê-lo estarão a defender a liberdade, a justiça, a Constituição, enfim, o regime democrático!».

Encontro de Culturas da Primavera
Como enfrentar a ofensiva?

Grandes concentrações de massas.

Paralisações.

Intervenção junto dos órgãos de soberania e de outros órgãos do poder.

Promoção e divulgação da nova realidade e obras sociais criadas pela Reforma Agrária.

Estas foram algumas formas de luta aprovadas, por unanimidade e aclamação, no Encontro de Culturas da Primavera, realizado no sábado passado em Avis. O objectivo dos trabalhadores é «fazer frente à ofensiva do VI Governo da Aliança Reaccionária de Sá Carneiro/Freitas do Amaral que não tem escondido os seus propósitos subversivos e anticonstitucionais de liquidação violenta da Reforma Agrária e de todas as demais conquistas democráticas de Abril».

Alerta aos pequenos e médios agricultores

Na Casa do Povo de Avis, pequena para tanta gente que transbordou da sala para a rua e aí permaneceu seguindo os trabalhos através da instalação sonora, os trabalhadores analisaram não somente os processos para aumentar a quantidade e a qualidade da produção, o escoamento e preços dos produtos agrícolas mas ainda as características da ofensiva do Governo AD contra a Reforma Agrária. Análise que tem um único e mesmo fim: defender a Reforma Agrária.

A necessidade de alargar esta defesa ampliando e fortalecendo a aliança com os pequenos e médios agricultores e trabalhadores das UCPs/Coop. Sintoma desta tentativa de divisão são os comunicados a correrem por algumas tabernas de terras do Alentejo onde importantes senhores, conhecidos pelas suas ligações à Aliança Reaccionária, prometem terras aos pequenos agricultores que lhes forem «falar».

Curiosamente estas promessas partem de muitos que continuam indevidamente na posse das terras pois estas estão sob alçada da lei das expropriações. E, afinal que podem valer as promessas daqueles que suspiram pelos tempos em que a ruína de umas poucas explorações significava o engrandecimento das maiores, daqueles que defendem uma política agrária paralela à de Salazar e Caetano, da qual resultou que, só de 1952 a 1968, desapareceram do nosso país 108 000 explorações agrícolas de menos de 4 hectares e surgiram — por acumulação das que se arruinaram — cerca de 260 grandes explorações?

Como se afirmou no Encontro: «As forças ligadas ao grande capital e aos agrários não têm nenhuma alternativa à Reforma Agrária do 25 de Abril criada nos campos do Sul. A única alternativa dessas forças é a destruição do que existe, o lançamento dos trabalhadores no desemprego e na fome, o retorno das terras aos grandes agrários».

Apelo aos trabalhadores e democratas

Na moção aprovada no Encontro, os trabalhadores referem que «o recomeço das entregas de reservas a partir do Distrito de Portalegre, com a participação das forças da GNR, comprova de forma clara os propósitos que animam o Governo da Aliança Reaccionária de, contra a lei e a Constituição, levar a cabo a todo o preço a destruição da Reforma Agrária e a restauração dos latifúndios», ao mesmo tempo que «o MAP está já a pôr em prática uma política de estrangulamento financeiro das UCPs/Coop, dando instruções às Direcções Regionais de Agricultura para que estas retenham e não paguem as dívidas do Estado às Cooperativas, designadamente as referentes à cortiça que ultrapassam um milhão de contos».

É perante tal plano de destruição da Reforma Agrária e de provocação à democracia, que os trabalhadores e as suas organizações:

1 — Alertam o Povo português para a perigosa escalada de destruição da Reforma Agrária, com base em profundas ilegalidades e desrespeito pelas decisões dos tribunais, que está a ser empreendida pelo Governo da Aliança Reaccionária.

2 — Apelam à solidariedade nacional e internacional de todos os trabalhadores para com a luta em defesa da Reforma Agrária.

3 — Apelam às forças democráticas e aos órgãos de soberania garantes da Constituição para que intervenham no sentido de impedir a acção ilegal, revanchista e antidemocrática do Governo de Sá Carneiro.

4 — Apelam ao reforço da organização e unidade de todos os trabalhadores agrícolas e à sua mobilização para a luta em defesa das UCPs/Coop. Agrícolas pelo prosseguimento da Reforma Agrária.

5 — Decidem levar para a frente, dentro do quadro constitucional, todas as formas de luta necessárias a impedir a continuação da destruição da Reforma Agrária e a reconstituição dos latifúndios.

Este apelo inserto na moção final do Encontro e as Conclusões serão entregues por delegações dos Secretariados das UCPs/Coop. e dos Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas aos órgãos de soberania garantes da Constituição, às forças democráticas, à CGTP-IN, aos Secretariados da Cintura Industrial de Lisboa, de Setúbal e do Porto, às Comissões de trabalhadores de grandes empresas como a Lisnave, Setenave, Siderurgia Nacional, CP, Quimigal, Arsenal do Alfeite, Sorefame e outras.

A aliança com os pequenos e médios agricultores foi um dos temas do Encontro

Produzir mais e melhor

Para alcançar tal objectivo, o Encontro decidiu:

– Aproveitar em pleno as terras de regadio, alargando as áreas, sempre que possível.

– Prosseguir a política de ordenamento rural, de modo a dar às culturas as terras apropriadas e o tempo necessário à rotação.

– Aumentar, sempre que possível, as áreas de milho híbrido, arroz e forragens no regadio, e de grão, feijão frade e girassol, no sequeiro.

– Não aumentar a área de tomate, por falta de preço compensador, tentando obter produções mais elevadas, substituindo-o gradualmente por pimento, feijão e milho híbrido, desde que não agrave o desemprego.

– Aumentar a área do tabaco nas zonas onde for possível.

– Fomentar a área do girassol, em regadio, onde existam terras subaproveitadas.

– Sempre que se consigam contratos-programa compensadores, cultivar melão, melancia e horto-industriais.

– Prosseguir no trabalho de análise de terras, de modo a conseguir dar às culturas o adubo de que necessitam, reduzindo ao mesmo temos os custos.

– Utilizar sementes seleccionadas, garantindo assim uma produção mais alta e de melhor sanidade.

– Sempre que possível semear mecanicamente e em linhas.

– Utilizar os pesticidas e herbicidas correctamente, a fim de aumentar a sua eficácia e diminuir os custos.

– Fazer regas em tempo, dando maior atenção aos períodos em que as plantas estão em floração.

– Prosseguir a tendência de aumentar as áreas onde se fazem as colheitas mecanicamente com o fim de aumentar as taxas de rentabilidade.

Mas para que seja possível produzir mais e melhor, **«uma das condições necessárias e suficientes é o clima de estabilidade social, sem o qual não haverá condições para dinamizar o aparelho produtivo»**. Daí que o Encontro das Culturas de Primavera **exija ao Governo «que não interfira nas áreas destinadas à produção, a fim de se efectuarem as sementeiras num clima de paz e sossego, bem como posteriormente a recolha dos produtos. Deste modo, exigimos que o Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral inicie desde já uma política ao serviço da agricultura nacional, sem hostilidade de que natureza for, apoiando a produção nomeadamente em relação a: política de preços, créditos bonificados, comercialização e escoamento de produtos.**

Agricultores movimentam-se na defesa da lavoura
No Baixo Mondego discute-se cultura de arroz

Agricultores do Baixo Mondego reunidos no passado domingo, em Montemor-o-Velho, num Plenário promovido pela Liga de Agricultores deste concelho e pela União de Agricultores do Concelho da Figueira da Foz decidiram:

«1.º – Que sejam mandatadas a Direcção da União de Agricultores do concelho da Figueira da Foz e a Direcção da Liga dos Agricultores de Montemor-o-Velho no sentido de elaborar os custos da cultura do arroz para o ano de 1980. Que o preço-base de arroz não seja inferior a 21$00 o quilo.

2.º – Que não sejam feitas distribuições de arroz importado aos industriais descascadores desde 30 de Junho a 31 de Dezembro de cada ano por forma a não prejudicar a entrega e venda da produção nacional; que as importações sejam feitas de acordo com as produções nacionais por forma a não haver um excesso de arroz no mercado.

3.º – Que se mantenha a venda livre do arroz quer à EPAC quer aos descascadores, não se condicionando a entrega do diferencial a uma venda à EPAC.

4.º – Que o Governo promova os meios necessários para ser controlada a qualidade de adubos, herbicidas e pesticidas, não perdendo de vista que futuramente este controlo deve ser feito pelas organizações da Lavoura.

5.º – Que a EPAC estude juntamente com as organizações da Lavoura o modo de incrementar a utilização de sementes seleccionadas e que seja feita pressão junto da Estação de Ensaio de Sementes e da Estação de Orizicultura Nacional com vista ao incremento da investigação por forma a produzir culturas mais adaptáveis às condições ecológicas do Vale do Mondego.

6.º – Que seja pedida uma audiência ao ministro da Agricultura e Pescas com vista a ser estudado o subsídio a atribuir ao gasóleo, tendo em atenção que num claro sistema de subsídio é de ter em conta a eliminação de eventuais fraudes.

7.º – Que seja chamada a atenção do Ministério da Agricultura e Pescas para a maneira pouco correcta como está a ser processada a obra do Vale do Mondego, prejudicando, por negligência, a rega e a drenagem de vastas zonas do vale».

O Plenário, que se distinguiu por uma larga participação, contou com a presença de mais de 100 agricultores que se dedicam fundamentalmente à cultura do arroz.

Distrito de Santarém: encontros concelhios

Por todo o distrito de Santarém, pequenos e médios agricultores, proprietários, rendeiros e seareiros, têm vindo a movimentar-se no sentido de buscarem uma resolução para as graves dificuldades que os afectam. Assim, nos plenários realizados na Chamusca, Alpiarça, Golegã, e Cartaxo, no decorrer do mês de Janeiro, participaram mais de 900 agricultores e diversas entidades e organizações de classe: Ligas, Federação dos Agricultores de Santarém, CNA, técnicos agrícolas, representantes das autarquias, comissões de rendeiros, cooperativas e deputados do PCP (representantes de outros grupos parlamentares, embora convidados, não compareceram).

O facto de serem comuns muitos dos problemas que atingem os agricultores dos diferentes concelhos determina uma certa semelhança nas conclusões destes plenários, nomeadamente no que se refere às reivindicações de:

– Exigência de terras com aptidão agrícola para a próxima campanha (tomate e melão) e para todos os seareiros interessados, de modo a que a estabilidade social e económica dos seareiros seja assegurada e a economia nacional defendida.

– As terras já expropriadas ou nacionalizadas e ainda na posse dos grandes proprietários devem ser entregues aos pequenos agricultores e seareiros.

– As terras incultas ou subaproveitadas na posse dos grandes proprietários devem ser obrigatoriamente cultivadas, devendo o Governo intervir de modo a que possam ser utilizadas pelos pequenos agricultores e seareiros.

– O governo deverá fazer sair imediatamente legislação para o arrendamento de campanha, que garanta o arrendamento de terras aos pequenos seareiros e que contenha também a tabela de valores máximos de rendas justas e que sirvam os interesses de quem produz, evitando-se assim a especulação já existente e praticada por vários grandes agricultores e evitando-se também os aumentos dos custos dos actuais custos de produção por via das alterações dos valores de rendas actuais.

Escoamento e preços de alguns produtos

Nos plenários de agricultores da Chamusca e de Alpiarça foi ainda reivindicado:

– Que o preço da laranja seja escalonado por três fases, com preços diferenciados em Janeiro, Fevereiro, Março e Abril.

– Que o tomate seja pago a 3$00 o kg ao produtor para a campanha deste ano; também para o trigo da campanha em curso se exige que seja pago ao produtor a 15$00 o kg.

– Preços compensadores e escoamento garantido e imediato pela JNV para o vinho deste ano.

– Que a taxa de vinho ($20/litro) seja abolida.

Os agricultores da Golegã constituiram no seu plenário uma comissão de apoio à actual Comissão de Cooperativa do ex-Grémio de Lavoura da Golegã (Cooprogolegã), **exigindo que se tomem as medidas necessárias a fim de se proceder à liquidação do ex-Grémio da Lavoura, colocando-se finalmente a Cooprogolegã ao serviço dos pequenos e médios agricultores, rendeiros e seareiros do Concelho.**

Por sua vez, os agricultores do Cartaxo aprovaram por unanimidade, as seguintes reivindicações:

– Crédito para as vindimas.

– Fixação de preços compensadores e escoamento garantido e imediato do vinho deste ano pela JNV.

– Levantamento rigoroso do mercado do vinho, de modo a que não volte a importar-se vinho desnecessariamente pondo em causa a economia nacional e os pequenos e médios produtores.

– Abolição da actual taxa de vinho.

– Audição oficial das organizações representativas da lavoura e dos pequenos e médios agricultores.

– Demarcação das vinhas na zona do Bairro do concelho do Cartaxo e escolha de castas de qualidade.

– Legislação e fiscalização mais adequadas contra os mixordeiros e os falsificadores do vinho.

– Cumprimento da legislação que obriga os armazenistas a terem os seus *stocks*.

– Proibição de plantações de vinhas no campo superiores a 5 hectares.

Começa na segunda-feira o 8.º Congresso do Partido Operário Unificado Polaco

O 8.º Congresso do Partido Operário Unificado Polaco (POUP) reúne-se, durante cinco dias, no Palácio da Cultura, em Varsóvia, com a participação de 1847 delegados, eleitos nas 49 Conferências Regionais e nas empresas com mais de 800 militantes.

Os trabalhos começam na próxima segunda-feira, dia 11, e terminam no dia 16. Na sessão inaugural, cerca das 16 horas, tomará a palavra o camarada Eduard Gierek, Secretário-Geral do POUP para apresentar o informe do Comité Central, aprovado na reunião plenária no passado dia 22 de Janeiro.

Por **António Mesquita**
nosso enviado especial

Nesta reunião, a 17.ª desde o 7.º Congresso, o Secretário-Geral do POUP sublinhou que o debate das teses, publicadas em fins do passado mês de Outubro, foi sincero, aberto e crítico, envolveu todos os meios da sociedade e contribuiu para o fortalecimento dos laços entre o Partido e a nação.

Com a discussão das teses realizaram-se assembleias das 75 mil células para eleição dos delegados às 49 conferências regionais do POUP, a última das quais se efectuou na região do centro do país em Radom, em meados de Janeiro.

Os delegados ao 8.º Congresso do POUP representam diferentes gerações de polacos e confirmam a profunda implantação do partido na classe operária, no campesinato e nas camadas técnicas e intelectuais.

O Partido não cessa de aumentar. Desde o 7.º Congresso, aderiram mais 600 mil novos membros, ascendendo o número total dos seus efectivos a mais de três milhões, dos quais 46% são operários e mais de metade têm menos de 40 anos. O Comité Central tem 140 membros efectivos e 112 suplentes.

Estarão presentes, como convidadas delegações dos partidos comunistas e operários dos países socialistas e dos restantes países europeus, tal como representantes de alguns partidos socialistas que assistirão aos trabalhos na qualidade de observadores.

Em vésperas de mais um salto qualitativo

O 8.º Congresso do Partido Unificado Operário Polaco e as comemorações do 35.º Aniversário do início da construção do socialismo dominam a vida e as atenções da classe operária, do campesinato e da intelectualidade. O balanço do trabalho desenvolvido no último decénio, os principais objectivos para o quinquénio 1981/85 e as perspectivas para os últimos anos do século são analisados em amplos debates.

Trinta e cinco anos na história de uma nação, ou de um povo, podem representar muito, pouco, ou nada, em termos de desenvolvimento económico, político e social. Aqui, os três decénios e meio já passados desde a divulgação do histórico manifesto de Lublin, em 22 de Julho de 1944, subscrito pelo Comité Polaco de Libertação, apelando à luta pela liberdade, a democracia e o socialismo, a partir da primeira parcela libertada do jugo nazi, valem por séculos.

Os dois principais acontecimentos da Polónia são celebrados com grandiosas manifestações como aquela que há duas semanas, presenciei em Katowice; são motivo de um amplo debate do caminho percorrido e das tarefas urgentes a empreender; estimulam a generosidade e o patriotismo dos operários, dos trabalhadores, dos camponeses e dos quadros técnicos, que promovem – desde Julho de 79 – inúmeras jornadas de trabalho.

Quando o «Tupolev-134-A» da «Lot» Linhas Aéreas Polacas – aterrou no aeroporto de Varsóvia o frio entrou no meu dia-a-dia. É uma questão de hábito e de agasalhos resistir-lhe. As temperaturas dificilmente sobem aos zero graus. Era de noite e no confortável quarto do Hotel-Klonowa, destinado aos convidados oficiais do Conselho do Povo, o frio não entra, como aliás sucede na totalidade dos lares deste país.

Mas o que mais me impressionou foi o calor fraterno que se sente presidir às relações e à amizade nesta sociedade socialista. É a vida, são os anseios e as preocupações deste povo que, como poucos, têm uma história milenar para recordar, lendas para contar aos seus filhos, certezas e sucessos que lhe permitem encarar com mais confiança o futuro.

Neste território que, agora e finalmente, se estende sobre as terras do Oder, do Neisse e o Baltico, nasceram grandes artistas e cientistas como Chopin e Nicolau Copérnico. Graças aos êxitos dos primeiros 35 anos de vida do socialismo, com a erradicação definitiva do analfabetismo, da miséria e da exploração de classe, a cultura e a ciência são património nacional e fruídas por aqueles que labutam nas empresas, nos campos e nos gabinetes de investigação e de criação.

Seja qual for o ângulo por que se analise a vida da Polónia popular não se encontra paralelo com qualquer outra fase da sua história iniciada no ano de 966. Esta situação não foi oferecida numa bandeja... Os nazis mataram mais de seis milhões de polacos, destruíram grande parte do património nacional, executaram um plano de liquidação sistemática da intelectualidade, criaram a mais tenebrosa fábrica da morte de toda a humanidade, o campo de concentração de Aushwitz-Birchenau, cujo museu histórico foi considerado pela UNESCO património cultural da humanidade e possibilita aos que o visitam o contacto com a macabra máquina que assassinou e queimou mais de seis milhões de pessoas de mais de 16 países.

Melhorar a situação da família polaca

Com a conquista do poder pela classe operária e seus aliados, com o apoio e cooperação da União Soviética e de ouros países socialistas, foi concluída – nos anos 50 – no essencial a reconstrução nacional. As vastas e radicais transformações estruturais processadas no aparelho de Estado e na economia colocam a Polónia – no início da década de 70 – entre os dez primeiros países do mundo, quanto à dinâmica de desenvolvimento industrial.

No último decénio, foram alcançados os principais objectivos de natureza social definidos nos 6.º e 7.º congressos do POUP. Alguns exemplos: a assitência médica abrange, hoje, o conjunto da população que trabalha no sector socialista e não socialista da economia. Esta importante medida beneficiou cerca de 6,7 milhões de agricultores, individuais e suas famílias, a quem foi também assegurado direito à reforma, cujo montante depende da quantidade de produtos agrícolas entregues ao sector de comércio agrícola estatal.

A melhoria da situação da família e o reforço da segurança social foi um dos principais objectivos apontados pelos dois últimos congressos do partido. É notória a considerável capacidade de poder de compra dos que buscam o que precisam nos grandes armazéns das cidades e nas mercearias e lojas das aldeias.

É impressionante a enorme quantidade de prédios construídos ou em construção, em todo o país. A Polónia conheceu um processo de crescimento das suas cidades, ou de criação de novas cidades, muito assinalável. Apesar da gigantesca campanha de liquidação empreendida pelos nazis (um em cada cinco polacos morreu entre 1939/45), a Polónia tem agora mais de 35 milhões de habitantes, dos quais 20 milhões e 155 mil (57,5%) vivem nas cidades, e 14 milhões e 894 mil 42,5%) vivem no campo.

Nos anos 70, desenvolveu-se muito a construção de novos prédios. Entre 1971/78, 6,6 milhões de pessoas ocuparam novos apartamentos. No último ano, construíram-se mais apartamentos do que o número de casamentos efectuados.

Até ao fim da presente década, o partido compromete-se a garantir um apartamento para cada agregado familiar.

Entretanto, registem-se outros resultados significativos alcançados durante os anos 70: os salários reais aumentaram 50 por cento: nove em cada dez famílias têm televisor e frigorífico. Em fins de 1978, havia um milhão e 695,9 milhares de viaturas particulares. Está sempre vendida a produção de carros. As listas de espera são enormes e começa a ser um problema o tráfego nas horas de ponta.

São estes e outros factores que contribuem para a estabilidade das famílias polacas. Em termos absolutos aumenta o número de casamentos e os divórcios são em número quase insignificante 0,52%, em 1960; 1,1% em 1970 e em 1978...

Produzir melhor para viver melhor

No regresso a Varsóvia, depois de termos visitado as cidades de Katovice e de Cracóvia, vimos uma consigna que traduz o espírito com que é encarado o próximo Congresso do POUP. Junto de uma empresa, uma inscrição: «Produzir melhor, para viver melhor». No fundo, sintetizava aquilo que nos tinham dito trabalhadores que contactámos em várias empresas.

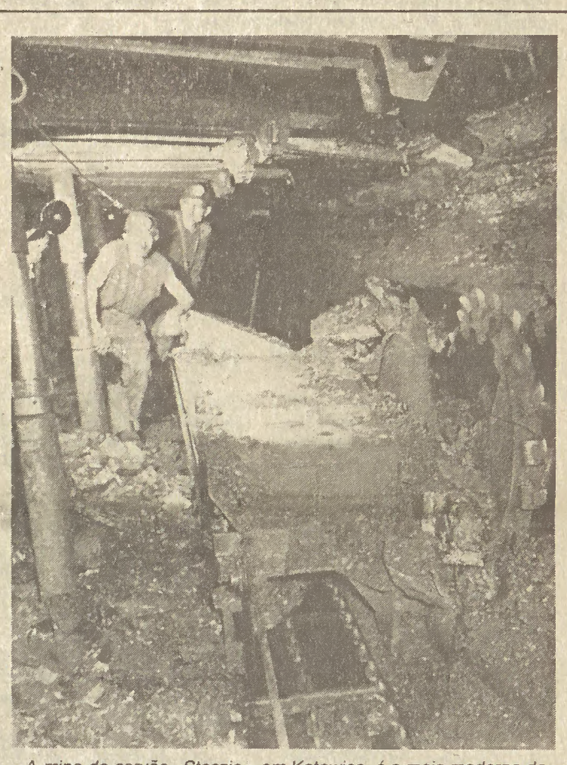
A Polónia tem uma indústria moderna, ocupa lugares cimeiros na produção mundial de vários produtos e matérias-primas, e fez avultados investimentos em sectores estratégicos (caso da extracção do carvão, por exemplo). Os campos sofreram enormes transformações estruturais e dispõem de capacidades materiais e técnicas, que garantem a criação de condições para a elevada mecanização do trabalho agrícola. Não existe mão-de-obra disponível, uma vez que o desemprego já foi liquidado há muito.

O problema principal da economia polaca é maximizar os factores existentes, mais do que realizar avultados investimentos. Daí que seja constante a referência a discussões àcerca da melhoria da produtividade do trabalho, ao aumento da eficácia da gestão, à popupança de matérias-primas e de energia.

Já foram feitas muitas tentativas, mas petróleo é que não há na Polónia. Esta sitiuação, importante na medida em que o país necessita de quantidades crescentes de energia, associada à alta dos preços no mundo capitalista-12% em média anual, entre 1971/78, contra menos de um por cento na década de 60 – cria algumas dificuldades.

Como nos dizia um dirigente do POUP, «a experiência dos últimos anos prova que substimámos, um pouco, a resistência da economia socialista à crise no mundo capitalista. É no entanto verdade que a economia socialista tem possibilidades de resistir às crises pelos seus próprios mecanismos».

A indústria química polaca abrange cerca de 300 mil trabalhadores, um quarto dos quais possui ensino secundário ou superior, existindo cerca de 100 escolas para o ensino específico deste ramo



A mina de carvão «Staszic», em Katowice, é a mais moderna da Polónia, produzindo por dia cerca de mil toneladas daquele produto. Na foto: aspecto parcial da estação ferroviária da mina, de onde o carvão parte para o país e para o estrangeiro

Silicose – uma doença do passado

Há 15 dias, dezenas de milhares de trabalhadores desfilaram pelas ruas do centro de Katowice, capital da Alta Silésia. Comemoravam o 35.º aniversário da libertação da cidade pela Corpo do Exército Soviético comandado pelo general Koneev. Foi em 27 de Janeiro de 1945. A Polónia viu chegar a hora da liberdade primeiro em Lublin, em 22 de Julho de 1944, e por último em Wroclaw, na Silésia Baixa, no Sul do País.

Andrej Nalepa tinha seis anos quando as tropas soviéticas flanquearam a cidade e obrigaram à retirada nazi, pondo termo à anexação da Silésia Alta pela Alemanha. «Os soldados trouxeram-nos o pão e a libertação», recorda emocionado. Nasceu a pouco mais de vinte quilómetros de Katowice. Mineiros foram o seu bisavô, avô, o pai e três dos seus cinco irmãos. «Houve dois que 'traíram' a família — um é músico na Orquestra Sinfónica de Varsóvia, outro, trabalha nos transportes.»

O passado enterrado

Hoje, são mais de trezentos mil os mineiros que, como ele, extraem carvão, continuam a explorar galerias, que percorrem muitos quilómetros do subsolo da região de Katowice, a mais industrializada do país, com 1,6 milhões de trabalhadores activos e onde são produzidas 18/20 por cento do total das exportações.

O passado está enterrado. Os artistas recordam, em quadros gravados em metal, o tempo em que o carvão era arrancado à pá e martelo, transportado em carros de cavalos para o exterior.

«A assistência médica não existia. Qualquer doença significava a tragédia para a família dos mineiros. Trabalho na mina há 23 anos. Depois da libertação o trabalho era ainda custoso — recorda o nosso interlocutor. «Agora, com a automatização e com novas técnicas, as condições de trabalho melhoraram muito. Nesta mina, o grau de automatização é de quase 100%.»

Lembrámo-nos dos mineiros portugueses. Das suas condições de trabalho e da silicose. «Ainda é problema, camarada?» Andrejna Lepa abanou a cabeça e recordou os resultados negativos apurados nas inspecções médicas do último ano. Como inspector de segurança, eleito pelos seus camaradas da mina, está ao par e vela pelo respeito das normas de segurança.

«A silicose já é um problema do passado. Agora, acrescentou, surgiu uma doença nos ouvidos, que provoca a diminuição da capacidade auditiva, devido ao ruído das máquinas. Alguns mineiros afectados foram transferidos para a superfície. Nos postos de trabalho com ruídos mais intensos estão a ser feitos controlos médicos, quatro vezes por ano. O Instituto de Ciências Mineiras, em Katowice, está também a estudar este problema.»

Naquela mina, a «Staszic», nome de um intelectual e cientistas do século XVIII, trabalha-se a dois níveis: 500 e 720 metros. Nalepa fala-nos do filho, com 17 anos, que estuda na Escola dos Mineiros. «Que sinto, quando vou para o 'fundo'? É que devo trabalhar o melhor que sei. Não tememos os muitos metros de profundidade e o facto de estarmos no meio da Terra. Há um sentimento que nos atrai. É como os pescadores portugueses, conhecidos pela sua valentia. São profissões fortes. Masculinas. Quanto a nós, mineiros da Silésia, sabemos muito bem a importância que o sector tem para a nossa economia. A satisfação é maior, quando o trabalho é bem feito.»

Melhorar o trabalho

Em 10 de Novembro último, Andrej Nalepa foi eleito delegado da organização do POUP da mina ao 8.º Congresso. «Participei no 7.º e, agora, no 8.º Congresso. Agrada-me muito saber que os camaradas confiam em mim. É sinal de que cumpri as promessas e os planos aqui apresentados no último Congresso.»

Militante do Partido há 16 anos, o nosso interlocutor adiantou alguns dos temas mais debatidos nas reuniões efectuadas: aumento da produção, melhoria de organização do trabalho para fazer face à carência de mão-de-obra, garantia das condições de trabalho.

A finalizar a nossa conversa, Andrej Nalepa falou-nos sobre o vasto programa de aproveitamento dos tempos livres: «Fazemos tudo para que o nosso descanso seja activo e eficaz. Estimulamos a prática desportiva nas nossas instalações — campos de futebol, voleibol, andebol, piscina, na casa de cultura ou no centro recreativo.»

Saudação ao VI Congresso do Partido do Povo do Panamá

Inicia-se amanhã e termina no domingo o VI Congresso do Partido do Povo do Panamá. O V Congresso realizou-se em 1968, tendo aprovado uma resolução sobre a preparação do projecto do Programa do Partido e a transformação do PPP num partido de massas da classe operária e de todos os trabalhadores, e apontou a necessidade de combinar todas as formas de luta revolucionária, traçando ao mesmo tempo medidas para melhorar o trabalho ideológico entre as massas.

O CC do PCP enviou, entretanto, ao CC do PPP a seguinte saudação:

Queridos camaradas:

O Comité Central do Partido Comunista Português saúda calorosa e fraternalmente o VI Congresso do Partido do Povo do Panamá e, através dos seus delegados, todos os comunistas, a classe operária e os trabalhadores do Panamá.

É com particular alegria que os comunistas portugueses saúdam a realização do VI Congresso do Partido do Povo do Panamá nas novas condições que hoje vivem os comunistas panamianos com a legalização, pela primeira vez desde há cinquenta anos, do seu Partido.

O PCP tem acompanhado com grande interesse os acontecimentos políticos que nos últimos dez anos viveu o Panamá no caminho da descolonização, da democratização e de transformações socioeconómicas progressistas.

O povo do Panamá comemorou recentemente com grandes manifestações de regozijo uma data histórica na sua dura e longa luta de libertação nacional, ao alcançar a jurisdição panamiana em grande parte da chamada Zona do Canal, reconhecida na assinatura dos tratados entre o Panamá e os Estados Unidos. Estamos certos que a luta das forças progressistas, dos trabalhadores e do povo panamiano acabará por alcançar a completa independência e soberania da sua Pátria.

Os comunistas portugueses manifestam a sua firme solidariedade com a luta abnegada e consequente dos comunistas panamianos pela defesa e aprofundamento do processo revolucionário, pela completa libertação do Panamá do domínio imperialista e colonialista dos EUA e a plena democratização do Estado panamiano, por profundas transformaçõess socioeconómicas que correspondam às necessidades e aspirações de todo o povo trabalhador, pela unidade de todos os democratas e revolucionários do Panamá.

(...)

Queridos Camaradas:

No momento em que se realiza o VI Congresso do Partido do Povo do Panamá assiste-se a nível internacional a uma intensa campanha de mistificação e intoxicação anticomunista e anti-sovética a propósito dos acontecimentos do Afeganistão. Tal campanha não se pode dissociar da política seguida pelo imperialismo de corrida aos armamentos e de ingerência e agressão contra os povos que em diferentes condições lutam pela liberdade, a independência nacional, a paz e o progresso social.

A actual situação reflecte as tentativas do imperialismo para se opor ao curso irreversível do processo revolucionário mundial, que na última década registou grandes sucessos, nomeadamente na América Latina, de que é exemplo a revolução nicaraguense, com o derrube do regime ditatorial de Somoza e a formação de um Governo de Reconstrução Nacional com o apoio das massas populares. O Partido Comunista Português considera de importância fundamental a defesa da paz e o apoio a todos os povos em luta contra o imperialismo, objectivos que tornam cada vez mais necessário e indispensável o reforço da acção solidária de todas as forças anti-imperialistas e amantes da paz e em primeiro lugar da unidade do movimento comunista internacional.

Queridos camaradas:

Esperamos sinceramente que o VI Congresso do Partido do Povo do Panamá contribua de forma importante para o ulterior desenvolvimento do vosso Partido e para o reforço do importante papel que desempenha na luta dos trabalhadores e do povo do Panamá.

Reafirmando-vos a solidariedade combativa dos comunistas portugueses, expressamo-vos a nossa vontade de estreitar cada vez mais os laços de amizade e de solidariedade existentes entre o Partido Comunista Português e o Partido do Povo do Panamá, na base dos princípios indestrutíveis do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário.

Viva o VI Congresso do Partido do Povo do Panamá!
Viva a amizade entre o Partido Comunista Português e o Partido do Povo do Panamá!

Viva o marxismo-leninismo e o internacionalismo proletário!

Comício amanhã em defesa da paz

Realiza-se amanhã, às 21.30 horas, no Pavilhão dos Desportos, um grande comício pelo Desarmamento e pela Paz, contra a instalação de novos mísseis nucleares na Europa.

Com a finalidade de alertar a opinião pública portuguesa para os momentos graves que vivemos no momento actual, em que se assiste à perigosa tentativa de reinstaurar um clima de guerra fria e em que se agravam os focos de tensão no mundo, esta iniciativa surge ao apelo de numerosas vozes democráticas, sem distinção de credos ou de ideologias. Personalidades representativas das mais diversas correntes sociais, políticas e religiosas, assinaram um documento chamando todos os portugueses amantes da Paz e todas as organizações democráticas a manifestarem a sua adesão à iniciativa.

Entre as muitas dezenas de personalidades signatárias, salientam-se os nomes do general Costa Gomes, Jacinto Prado Coelho, presidente da Academia das Ciências, engenheiro Correia Gago, administrador da Petrogal e ex-ministro, José Gomes Ferreira, escritor, deputados Carlos Candal (PS), Helena Cidade Moura (MDP), Alda Nogueira (PCP), engenheiro Lopes Cardoso, padre Teles Sampaio, Silas Cerqueira, professores José Morgado, Mário Murteira e Orlando Carvalho, Francisco Miguel Duarte, investigador Trigo de Abreu, ex-reitor da Universidade Clássica de Lisboa, João Barahona Fernandes, numerosos dirigentes sindicais entre os quais membros do Secretariado da CGTP-Intersindical Nacional, Gabriel Gomes e Amadeu Rodrigues, dirigentes do MURPI, professores Teixeira Ribeiro e Ruy Luís Gomes, engenheiro Vasco Pinto Leite, maestro João de Freitas Branco, João Abel Manta, Maria Keil, artistas plásticos, e Silva Graça, investigador e vereador da Câmara Municipal de Lisboa.

Assinam ainda o apelo as seguintes organizações: Conselho Português para a Paz e Cooperação, Movimento Operário Católico, Liga Operária Católica, Movimento Académico Cristão, Igreja Evangélica Presbiteriana de Portugal, Associação dos Inquilinos Lisbonenses, Associação dos Estudantes da Faculdade de Medicina de Lisboa, União de Pensionistas da Previdência e Segurança Social, Federação dos Sindicatos Têxteis, Sindicato dos Metalúrgicos do Porto, Sindicato dos Trabalhadores de Vestuários, Lavandarias e Tinturarias do Porto, Sindicato do Comércio de Lisboa, Sindicato dos Trabalhadores de Hotelaria do Sul e Ilhas, Sindicato da Indústria Farmacêutica, Sindicato dos Gráficos do Sul e Ilhas e CGTP-IN.

Participa na sessão o vice-almirante Sanguinetti, personalidade francesa que se tem destacado internacionalmente na defesa da Paz e do Desanuviamento.

Eduardo Mondlane

Em 3 de Fevereiro de 1969, há portanto 11 anos, o regime fascista português acrescentava à sua extensa lista de crimes o assassínio de Eduardo Mondlane, destacado dirigente africano, militante revolucionário que dedicou a sua vida à luta contra a opressão colonialista, um homem que é símbolo da unidade e da determinação do povo de Moçambique.

Eduardo Mondlane foi o primeiro presidente da FRELIMO. Era natural de Gaza e teria hoje 60 anos. Professor de Sociologia e alto funcionário das Nações Unidas, abandonou a sua carreira para se dedicar totalmente à luta de libertação desenvolvida pelos patriotas moçambicanos.

O camarada Mondlane foi o principal obreiro da unidade entre os movimentos que lutavam contra a dominação colonial em terras moçambicanas.

A criação da FRELIMO em 1962, agrupando três organizações nacionalistas, constituiu uma etapa decisiva na luta e na acção contra o colonialismo.

Em 25 de Setembro de 1964, e também sob a direcção de Mondlane, inicia-se a luta armada pela libertação do povo moçambicano.

Realizado já numa zona libertada no Norte de Moçambique, o II Congresso da FRELIMO, em 1968, reelege o camarada Eduardo Mondlane para o cargo de presidente da organização.

Em Fevereiro de 1969 ocorre o atentado contra a vida do dirigente moçambicano. Ao abrir uma encomenda postal deflagrou uma bomba ali ocultada. Viria a falecer devido aos ferimentos.

Como a opinião pública democrática de todo o Mundo, incluindo os antifascistas portugueses e o nosso Partido, então denunciou e vivamente protestou, o cobarde atentado foi organizado pela polícia política do fascismo, a PIDE, em colaboração com elementos traidores infiltrados na FRELIMO.

Esteve no nosso país uma delegação da juventude checoslovaca

A convite da Juventude Comunista Portuguesa (JCP) esteve entre nós, de 28 de Janeiro a 1 deste mês, um delegação da Juventude Socialista da Checoslováquia (SSM), chefiada pelo camarada Milos Dockal, presidente do Comité Central da SSM, que veio acompanhado dos camaradas Josef Kurak, presidente do Comité Regional da Eslováquia, e Jan Brunner, secretário internacional da organização.

Durante a sua estadia no nosso País, a representação da juventude checoslovaca contactou com a realidade da Reforma Agrária e fez visitas à Setenave, em Setúbal, e à Universidade de Lisboa.

A delegação da SSM avistou-se com a Comissão Executiva da Direcção Nacional da JCP e também com uma representação do Comité Central do Partido, da qual fazia parte o camarada Álvaro Cunhal.

Os jovens checoslovacos estiveram também na redacção do "Avante!", onde foram recebidos pelo director e outros membros do colectivo redactorial. Na ocasião, a delegação da SSM, referindo-se às impressões colhidas no decurso das suas visitas, salientou "a firme disposição dos jovens comunistas portugueses, trabalhadores e estudantes, em defenderem as conquistas alcançadas pelo povo com a Revolução de Abril".

"A visita da delegação do CC da SSM e do camarada presidente" – refere, entretanto, a SIP central da JCP – "assumiu um significado relevante para o reforço dos laços de cooperação e amizade entre as organizações da Juventude Comunista dos dois países e ainda para o desenvolvimento da aproximação e conhecimento mútuo entre os jovens de Portugal e da Checoslováquia".

A SSM enviará uma delegação ao 1.º Congresso da JCP, tal como revelaram os camaradas que agora nos visitaram.

«Fevereiro Vitorioso»

Inicia-se hoje o programa organizado pela Associação Portugal-Checoslováquia para assinalar, entre nós, os 32 anos do Fevereiro Vitorioso, data que permitiu abrir o caminho para o socialismo na Checoslováquia.

Assim, logo às 21 e 30, é inaugurada na sede daquela Associação, em Lisboa, uma exposição documental subordinada ao tema «Fevereiro de 1948», estando ainda prevista a exibição do filme «O Tempo da Decisão».

O jornalista Manuel de Azevedo, que visitou recentemente a República Socialista da Checoslováquia, fará uma intervenção sob o tema genérico: «Contacto com a realidade checoslovaca».

A entrada é livre.

Semana

30 Quarta-feira

1948 – É assassinado por um fanático religioso o filósofo e patriota indiano Mahatma Gandhi, inspirador do movimento da independência da Índia.

As universidades espanholas entram em greve, num protesto dos estudantes contra medidas governamentais consideradas atentatórias da autonomia e da própria sobrevivência económica das escolas superiores ■ A Comissão de Relações Externas do Senado norte-americano decide, perante o desagrado da administração Carter, lançar um inquérito à política externa governamental, incluindo as iniciativas relativas ao Golfo Pérsico e ao Médio Oriente ■ A agência oficial argelina "APS" comenta que a decisão dos EUA em vender novas armas a Marrocos é um desafio à África, ignorando as dimensões reais do conflito do Saara Ocidental, onde Marrocos tenta asfixiar um povo que luta pela sua libertação ■ As autoridades tunisinas isolam a cidade de Gafsa, impedindo o acesso rodoviário e cortando as comunicações, na sequência do ataque de uma força de guerrilheiros ocorrido no passado domingo; na sequência destes acontecimentos, a França envia três navios de guerra para o Mediterrâneo ocidental ■ Indira Gandhi, primeiro-ministro da Índia, afirma num discurso no Parlamento que o Paquistão está a ser transformado num arsenal pelos EUA, sublinhando que "o martírio do povo afegão continuará enquanto os bandos armados continuarem a ser treinados e lhes forem asseguradas bases do outro lado da fronteira, no Paquistão".

31 Quinta-feira

1958 – Meses depois do "Sputnik" soviético – primeiro satélite a ser lançado para o espaço – os EUA lançam o seu primeiro satélite.

Princesa Beatriz

A rainha Juliana, da Holanda, anuncia a sua abdicação em favor da filha, a princesa Beatriz, de 42 anos de idade ■ A agência espanhola "EFE" informa que todos os reféns e ocupantes da embaixada de Espanha na cidade da Guatemala morreram no incêndio que deflagrou após a polícia guatemalteca ter assaltado violentamente o edifício ■ O governo da Índia, chefiado por Indira Gandhi, rejeita a argumentação do emissário norte-americano Clark Clifford sobre o fornecimento de armas ao Paquistão, que o governo indiano considera ir apenas contribuir para desestabilizar o equilíbrio existente na região ■ O presidente Carter, dos EUA, envia ao Congresso uma mensagem na quàl deixa clara a sua intenção de lançar os custos da crise económica dos EUA sobre os trabalhadores ■ O Departamento de Estado norte-americano anuncia que os EUA estão a discutir com urgência a concessão de "assistência militar" à Tunísia como "resposta aos problemas internos" naquele país do Norte de África.

1 Sexta-feira

1933 – Hitler manda dissolver o Parlamento da República Alemã.

Brzezinski desestabiliza

Ibrahim Tobal, dirigente do movimento tunisino da oposição, acusa a França de enviar unidades de Marinha, Força Aérea e de pára-quedistas para salvar o governo do presidente Habib Bourguiba, exortando o povo tunisino à resistência, por todos os meios, à intervenção militar na Tunísia ■ O primeiro-ministro japonês Masayoshi Ohira afirma no Parlamento que o seu país não tomará parte na planificação de forças conjuntas dos EUA e países do Ocidente, apresentada pelos EUA ■ O principal tribunal britânico, a Câmara dos Lordes, reconhece por unanimidade o direito dos sindicatos do aço a estenderem a greve dos metalúrgicos às empresas do sector privado ■ Terroristas bascos matam seis polícias num ataque a um comboio de armas ■ Um tribunal militar de Madrid processa o jornalista Miguel Angel Aguilar pela publicação, no jornal que dirige, da notícia de uma conspiração militar destinada a derrubar o governo espanhol ■ O jornal soviético "Pravda" adverte que a viagem do conselheiro presidencial norte-americano, Zbigniev Brzezinski, ao Paquistão, irá agravar as tensões existentes no Sudoeste Asiático.

2 Sábado

1936 – Morre o cientista soviético Pavlov, grande estudioso e investigador no campo do sistema nervoso e autor da vulgarmente chamada "teoria dos reflexos condicionados".

Helmut Schmidt

O Conselho de Segurança das Nações Unidas aprova uma resolução criticando a acção da Grã-Bretanha no processo de independência do Zimbabwé e condenando a presença de tropas sul-africanas naquele território ■ A burguesia nacional e os empresários estrangeiros estão a fazer sair diariamente de El Salvador cerca de 800 000 dólares por dia, tornando mais profunda a crise económica em que o país vive há muitos anos ■ O chanceler da RFA, Helmut Schmidt, declara durante uma reunião de dirigentes regionais do seu Partido, o SPD, que "o que necessitamos é de sensatez e não de medo", insistindo em que o governo de Bonn é partidário do diálogo pacífico com os países socialistas pois, "quando se trata de manter a paz, não existem questões de prestígio".

3 Domingo

1930 – É fundado, sob a direcção de Ho Chi Minh, o Partido Comunista do Vietnam.

O presidente da Organização de Libertação da Palestina, Yasser Arafat, qualifica como "projecto humilhante" para o povo palestiniano os planos norte-americanos sobre o estatuto da Faixa de Gaza e da margem ocidental do rio Jordão, ocupadas pelos sionistas ■ Fascistas espanhóis impulsionam a escalada terrorista no País Basco, assassinando dois jovens considerados como simpatizantes da organização separatista basca ■ A RP de Moçambique festeja o "Dia dos Heróis", que assinala o assassinato, há 11 anos, do primeiro presidente da Frelimo, Eduardo Mondlane, e ainda o 3.º aniversário da transformação da Frelimo em Partido marxista-leninista, partido de vanguarda da aliança operário-camponesa ■ A Junta de El Salvador assume todos os poderes executivos e legislativos, anulando a Constituição de 1962, impondo o estado de excepção.

4 Segunda-feira

1966 – A estação automática "LUNA 9", lançada pela União Soviética a 31 de Janeiro, pousa na superfície da Lua e transmite pela TV imagens do nosso satélite natural.

O governo espanhol envia para o País Basco o general José Saenz Santamaria, a quem concede plenos poderes para combater o terrorismo; as principais cidades bascas começam a ser controladas e patrulhadas por dezenas de blindados e barreiras policiais ■ O presidente eleito do Irão Bani-Sadr inicia o seu mandato de quatro anos com um apelo aos iranianos para que exportem a sua revolução, trabalhando simultaneamente na construção do seu país■ A embaixada da França em Tripoli, segundo informa o Ministério dos NE francês, é atacada e incendiada durante uma manifestação de protesto pela ingerência francesa na Tunísia ■ As autoridades policiais norte-americanas retomam o controlo da penitenciária estadual do Novo México, próximo de Santa Fé, depois de um motim em que os recontros entre os presos causaram pelo menos 32 mortos.

5 Terça-feira

1976 – Um terramoto na Guatemala provoca cerca de 20 000 vítimas.

O Congresso dos Estados Unidos decide proceder a um inquérito sobre oito membros acusados de suborno e corrupção, na sequência de uma "operação" de dois anos levada a cabo por agentes do FBI que, mascarados de árabes ricos, "subornaram" vários altos funcionários ■ O presidente do Panamá, Aristides Royo, afirma que o seu país apelará à ONU se os EUA continuarem a violar os tratados do canal ■ A Espanha solicita à Organização dos Estados Americanos (OEA) a abertura de um inquérito sobre as circunstâncias que rodearam a morte de 39 pessoas, vítimas do incêndio da sua embaixada na Guatemala, provocado pela polícia guatemalteca, na sequência duma ocupação.

Carter não tem em conta o peso real dos EUA no mundo

Nos últimos dias do mês de Janeiro, Jimmy Carter dirigiu ao Congresso dos EUA a tradicional mensagem «sobre o Estado da União», onde expôs o programa da Casa Branca para o ano em curso, tendo então discursado perante os congressistas expondo as principais linhas da política interna e externa. A mensagem e o discurso de Carter, ambos impregnados do espírito da «guerra fria», mereceram desde logo prontas respostas por parte de vários sectores da vida internacional. O jornal «Pravda», orgão central do PCUS, dedicou-lhe um extenso artigo.

Carter, em ano de eleições para a Casa Branca, anunciou a pretensão dos EUA de desempenharem «o papel principal no mundo» e de intervirem em qualquer região do globo no caso de a administração americana o julgar útil. O presidente americano proclamou mesmo diversas regiões do mundo «vitalmente importantes» para os interesses dos EUA e, entre elas, apontou as regiões petrolíferas do Médio-Oriente e do Golfo Pérsico.

Estamos em presença de um desafio lançado à própria natureza do direito internacional — comentou o «Pravda». E acrescentou: **Provavelmente, em Washington, parte-se da ideia de que basta proclamar o Irão, o Afeganistão e outros países ou regiões que se encontram a milhares de quilómetros das costas americanas como «zonas de interesse vital para a América», ou mais precisamente, para os grandes monopólios, para o complexo militar-industrial americano, para que todos devam imediatamente respeitar e executar tais pretensões.**

O preço que for necessário

Os EUA pretendem — disse-o Carter — continuar a ser o país mais poderoso do mundo. No seu discurso perante o Congresso, o actual chefe da administração americana acrescentou: **Devemos pagar o preço que for necessário.**

O preço imediato desta pretensão é claro: o objectivo primordial dos EUA e dos seus aliados para o corrente ano é o crescimento desmesurado do seu poderio militar. Durante o próximo exercício financeiro, as

Caricatura de Wolinski publicada na edição de 25 de Janeiro de «L'Humanité»

despesas militares dos Estados Unidos aumentarão 20 mil milhões de dólares e, em meados dos anos 80, o orçamento militar dos EUA ultrapassará a soma astronómica de 200 mil milhões de dólares!

Porém, o **estado** que Carter e os falcões do Pentágono desejam para a **união**, não se fica por aqui. A mensagem confirmou a intenção de criar a já célebre «força de intervenção rápida» além de uma frota especial de bases navais flutuantes e um sofisticado tipo de avião de transporte destinado à deslocação dessas e doutras forças às mais longínquas partes do globo.

A mensagem de Carter sobre o **estado** que pretende para a **união** é assim uma verdadeira ameaça para o estado em que o imperialismo quer pôr o mundo: um **estado de guerra latente!**

Como não podia deixar de ser, a situação no Irão e no Afeganistão mereceu a atenção de Carter, ou não estivessem estes dois países situados numa zona que os EUA consideram vital para os seus interesses. A propósito, o diário soviético «Pravda» comentou:

As elocubrações sobre a política soviética face ao Irão e ao Afeganistão ocuparam um lugar importante na mensagem presidencial. Com elas, Washington pretende «argumentar» o seu programa de militarização, camuflando o facto de os Estados Unidos terem começado, há pelo menos três anos, a realização desse programa sem precedentes. Se não existisse o Afeganistão ter-se-ia sem dúvida encontrado um outro «pretexto».

Há, aliás, factos concretos que apontam para a justeza desta análise. Assim, a criação da «força de intervenção rápida» foi decidida em Agosto de 1977; a decisão de aumentar as despesas militares reais dos países da NATO a um ritmo de 3 por cento ao ano foi tomada na sessão do Conselho desta Aliança realizada em Maio de 1978; nesta mesma sessão, foi ainda decidido instalar em vários países da Europa Ocidental novas armas nucleares americanas de médio alcance.

Um desafio ao mundo

De uma coisa não restam dúvidas: o desejo de os EUA quererem continuar a ser o país mais poderoso do mundo tem um preço. E esse preço pretendem os EUA dividi-lo por todos os povos do mundo: para os países da Europa Ocidental é a instalação nos seus territórios dos mísseis «Pershing-II» e «Crusier»; para os povos do Médio Oriente e do Golfo Pérsico é o preço transformado na certeza de que, mais importante de que a sua independência, a sua soberania ou o seu estar, o que conta é a possibilidade de as torneiras dos petrodólares continuarem a ser abertas ou fechadas pelas mãos do imperialismo e dos seus aliados; para milhares de jovens em todo o mundo é o preço de verem utilizados os seus ideais desportivos (que encerram um amplo desejo de coexistência) ao serviço da pressão e da propaganda política mais soez.

E tudo isto em nome dos «interesses vitais» dos Estados Unidos.

A situação para que os Estados Unidos estão a empurrar os países e povos de todo o mundo, inclusivamente muitos dos seus actuais aliados, releva de uma mentalidade hegemonista e imperial que não toma em conta a correlação de forças a nível internacional.

Comentando este facto, o orgão central do Partido Comunista da União Soviética sublinhava: **As tentativas do imperialismo dos EUA para travar a marcha da História, evitar as transformações amadurecidas nestes ou naqueles países ou regiões inteiras, conservar os regimes antipopulares, impor o seu «diktat» aos povos amantes da liberdade estão condenadas, assim como as tentativas de todos os antecessores de J. Carter que pretendiam a direcção do mundo. A julgar pelas repercussões, a opinião pública internacional acolheu a política externa militarista da actual administração como um desafio aos interesses fundamentais dos povos.**

O imperialismo está contra a paz Porquê?

A ofensiva imperialista contra a paz continua a desenvolver-se e constitui um perigo real para a segurança dos povos de todo o Mundo. A atestá-lo, aí está, nos últimos três anos, um extenso rol de acções, desde o constante aumento do orçamento militar dos EUA e da NATO, até ao reforço concreto do arsenal militar, passando por campanhas internacionais de diversão ideológica e de aliciamento (leia-se pressão) diplomático. Porém, nos últimos tempos, tal ofensiva assume as características bem evidentes de um desespero que tem a ver com profundos problemas internos no seio do imperialismo. O aprofundamento da crise geral do capitalismo não é, com efeito, uma mera figura de retórica, mas tão só o resultado das cada vez mais fundas contradições geradas por interesses divergentes. E também pela luta dos povos em prol da paz e do progresso.

O método agora utilizado pela Casa Branca não é novo em matéria de comportamento num período pré-eleitoral. Em três anos, a administração de Carter nada fez para resolver os graves problemas internos dos EUA: o desemprego em massa, uma inflação que atinge níveis «record», o agravamento constante da crise energética, a estagnação económica. Quando foi eleito, Carter comprometeu-se perante o eleitorado a debelar tão grave crise. Mas, ao contrário, foi a crise que debelou Carter. E as últimas intervenções presidenciais, nomeadamente o tradicional discurso «sobre o Estado da União», não são mais do que uma tentativa de desviar a atenção dos seus concidadãos das falhas evidentes no sector da política externa e de sérios revezes na arena internacional. Fomentando a psicose militarista e chauvinista, Carter intenta simultaneamente desviar a atenção dos americanos dos seus reais problemas e conseguir o apoio dos círculos mais reaccionários, isto é, do grande capital.

E os problemas americanos são bem reais. A Casa Branca prevê que no decorrer deste ano, o produto nacional bruto dos EUA decresça 1%, enquanto que o desemprego — cuja taxa era, no fim do ano passado, de 5,9% da população activa — deve atingir no fim deste ano os 7,5%. Entretanto, a Casa Branca e o Pentágono, apesar deste panorama que eles próprios prevêem, não hesitam em aumentar as despesas militares no ano em curso num total de vinte mil milhões de dólares! O motivo por que o imperialismo aparece, neste momento, a intensificar a ofensiva contra a paz, tem assim motivos internos bem concretos. Mas também externos: este agravamento da situação internacional é uma manifestação de desespero e de descontentamento do imperialismo pela consolidação das posições do socialismo, da paz, do progresso e da independência nacional.

A intervenção americana no Afeganistão é uma realidade desde a Revolução de Abril

Uma das manobras de diversão do imperialismo consiste em acusar os outros daquilo que ele próprio, diariamente, vai fazendo pelo mundo. O exemplo do Afeganistão é singularmente significativo dessa táctica do imperialismo e dos seus aliados.

País extremamente atrasado, com mais de 95 por cento de analfabetos, e de sentimentos religiosos profundamente arreigados – chegando nalguns casos a raiar o fanatismo – o Afeganistão representava para os Estados Unidos, e em particular para a CIA, "potencialidades" que não poderiam deixar de aproveitar na mira de esmagar o regime progressista que, em 27 de Abril de 1978, vingou em Kabul.

A perda do Irão, em Fevereiro do ano passado, veio dar ainda maior acuidade à necessidade de a CIA intensificar a sua acção, entretanto já iniciada, contra o Afeganistão democrático. Ainda no princípio do Inverno de 1979, realizou-se no Paquistão, em Lahore, uma reunião dos principais líderes rebeldes afegãos, na qual participaram igualmente agentes da CIA. Nesse encontro foi decidido organizar um "comité de luta" e marcados os prazos de acções armadas, além de terem sido consideradas questões referentes à colaboração com representantes de "Estados amigos" que forneceriam aos rebeldes armas, dinheiro e material.

Foi na sequência deste encontro, e de outros que se lhe seguiram, que ficou delineada a tentativa de insurreição da cidade de Herat, a terceira do país, no decorrer da qual foram assassinados cerca de cinco mil pessoas, tendo a carnificina assumido proporções verdadeiramente sádicas: cortaram-se os narizes, as orelhas, os órgãos genitais e arrancaram-se bocados de pele a muitos dos que defenderam então a revolução afegã.

A ligação umbilical aos EUA

Vários dos chefes rebeldes não são, de facto, afegãos, mas cidadãos norte-americanos no desempenho de uma "missão especial", conforme aliás recentemente revelou a revista "Counterspy", publicada por ex-agentes da CIA.

Um desses pseudo-chefes rebeldes afegãos, Ziya Nezri, deslocou-se mesmo a Washington antes do ataque a Herat, onde se encontrou com Ronald Lorton, responsável do Departamento de Estado, que tem a seu cargo o Afeganistão, mantendo ainda contactos com os senadores Frank Church e Javits, da toda-poderosa Comissão de Negócios Estrangeiros do Senado.

Além de norte-americanos, também chineses, egípcios e paquistaneses participam no treino dos rebeldes afegãos, em campos situados na sua maior parte em território paquistanês. Outros existem ainda na China, servindo de treino a elementos de organizações maoistas afegãs, algumas das quais de cariz claramente separatista.

No que respeita ao fornecimento de armamento, assinale-se que em Junho do ano passado, o barco paquistanês "Al-Kasum" entrou no porto de Konoki, vindo dos EUA e carregando duas mil toneladas de armamento destinado aos rebeldes.

A participação do Paquistão nas acções contra o Afeganistão democrático foi, aliás, sempre sensível e constante. Em 30 de Abril do ano passado, um grupo terrorista chefiado por Karim Khan e Mohammad Khan atacou, a partir do Paquistão, o posto fronteiriço de Seshnehule, tendo então capturado dez militares afegãos. Regressados a território paquistanês, os rebeldes entregaram os prisioneiros às forças da 33.ª Divisão de infantaria do Paquistão.

CIA procura unir os rebeldes

Actualmente, o número de rebeldes muçulmanos é calculado entre 30 e 35 mil, e o número de campos de treino em 50. Os rebeldes são recrutados entre os chamados "refugiados" afegãos que se encontram no Paquistão. Para aumentar o afluxo de refugiados, foi instalada no Paquistão uma rádio rebelde, comprada com fundos fornecidos pela Arábia Saudita.

Entretanto, a escolha e recrutamento dos rebeldes é efectuada conjuntamente por agentes da CIA e por oficiais do exército paquistanês.

O apoio que o Paquistão presta aos rebeldes é "sintonizado" com os EUA. Não se pode, aliás, compreender de outro modo a impunidade com que elementos da CIA, a coberto da "Drug Enforcement Administration" (organização governamental americana encarregada da luta contra a droga) e da "US Asia Fund", manobram no Paquistão.

Em Maio de 1979, a direcção dos agentes americanos que trabalham na preparação dos rebeldes afegãos no Paquistão está a cargo de Louis Dupree e, com ele, trabalham especialistas americanos em questões do mundo muçulmano como Lynn Robinson, Rogers Brock e Wanan David.

Três meses mais tarde, o semanário paquistanês "Millet" anunciava que a sede regional da CIA em Teerão fora transferida para o Paquistão. Daí, os serviços secretos americanos podiam controlar melhor, tanto a situação no Irão – onde lhes era cada vez mais difícil operar – como no Afeganistão.

É assim que a CIA participa, no Verão passado, na criação de uma chamada "frente de libertação nacional do Afeganistão". O líder desta organização, Ahmed Bashir Zakria, efectuou logo de seguida uma "tournée" pelos EUA, onde procedeu a uma recolha de fundos.

Os esforços dos EUA têm-se igualmente centrado na tentativa de obter a unidade entre os diversos agrupamentos de rebeldes. Em Agosto do ano passado, os funcionários do consulado-geral dos EUA em Peshawar promoveram uma reunião dos chefes da rebelião para os convencerem da necessidade de formarem uma aliança militar e, em fins de Novembro, teve lugar em Munique, onde a CIA mantém uma das suas mais importantes sedes, outro encontro de líderes da contra-revolução afegã.

E a China?

O auxílio, apoio e organização directa dos rebeldes afegãos não se limita, contudo, aos EUA e Paquistão. Além deles está o Egipto, que ao que parece se limita por enquanto ao envio de instrutores militares, e muito particularmente a China.

Em Fevereiro-Março do ano passado, o tenente-general Ghulam Jilani, secretário do Ministério da Defesa do Paquistão, deslocou-sé a Pequim, onde manteve conversações com as autoridades militares chinesas. Pouco depois, foi a vez do chefe da Força Aérea chinesa, Zhang Tingfa, se deslocar ao Paquistão, onde inspeccionou os campos dos rebeldes.

A China tem, no "teatro afegão", os seus próprios elementos, através das organizações maoistas, entre elas a "Sholee Javid" e a "Sohra". Para além dos instrutores militares que actuam nos campos de treino dos rebeldes, a China promove igualmente, no seu próprio território, na província de Xinjiang, o treino de rebeldes. O trânsito de forças e de materiais para a "frente de combate" faz-se pela nova estrada de Korokorum, construída há dois anos por soldados chineses. Situada no meio das montanhas, esta estrada revela-se de grande importância estratégica, ligando a província chinesa de Xinjiang, a parte do território do Cachemira controlado pelo Paquistão, e permite o acesso tanto ao Afeganistão como à Índia.

Mas, no caso concreto do Afeganistão, o acesso chinês não se faz só através da fronteira comum entre os dois países; esse trânsito é feito fundamentalmente através de território paquistanês. Com efeito, as autoridades de Pequim mantêm excelentes relações com o regime despótico do general Zia Ul-Haq, que passa por ser o melhor aliado de Pequim na Ásia.

A China fornece ainda aos rebeldes afegãos armamento ligeiro e pesado. No Verão passado chegou ao porto paquistanês de Karachi o navio "Rustom", vindo da China, e transportando oito mil toneladas de material de guerra. Aliás, é a própria imprensa ocidental que confirma este facto: segundo o jornal inglês "Daily Telegraph", os rebeldes afegãos estão equipados com novas metralhadoras e novas espingardas chinesas de auto-carregamento e possuem igualmente morteiros pesados de 82 mm e 62 mm, bem como canhões sem recuo de 75 mm e 82 mm.

...Mas a vida muda!

O novo perfeito da cidade de Kabul concedeu ao jornalista búlgaro Kolio Gueorguinski a primeira entrevista desde que assumiu as suas novas funções. Assadula Paiam é um jovem de 30 anos, ex-oficial, que participou activamente na Revolução de Abril, tendo então comandado a divisão de tanques de choque, cuja actuação foi decisiva para o triunfo da revolução. O próprio tanque que utilizou nesse dia encontra-se hoje num pedestal em frente da Casa dos Povos, em Kabul.

Durante o regime de Amim, Assadula esteve preso durante três meses. **É melhor não falar das torturas e atrocidades a que fui submetido** — declara a propósito. **Detiveram-me sem nenhuma prova, com acusações falsas. Os traidores tinham medo das pessoas fiéis ao Partido e à Revolução. Quem sabe onde é que iríamos chegar se, a tempo, não tivesse sido tomada a decisão de os destituir.**

Desde que assumiu a administração da cidade, muitos dos problemas ignorados pela anterior administração começaram já a ser resolvidos. **Estamos fazendo tudo o que é necessário para o abastecimento da cidade com carne, gorduras, sabão e farinhas. Já nos encontrámos com dirigentes dos diversos sectores comerciais para coordenarmos e unirmos os nossos esforços. Ainda existem dificuldades no caso da carne, mas durante a época de inverno é sempre assim, uma vez que tem que ser transportada através dos caminhos da montanha.**

Assadula Paim fala também da normalização da vida de Kabul:

As transformações começam a ser realizadas em toda a nossa vida e a gente comum, anteriormente atemorizada e assustada, começa agora a viver tranquilamente.

Grave crise política em El Salvador

El Salvador, pequena república da América Central, atravessa uma aguda crise política, que se assemelha a um vulcão em vésperas de ebulição. Três meses já decorreram desde que um grupo de jovens oficiais do exército derrubou o regime reaccionário do general Romero.

Mas a situação parece ter chegado a um impasse. As forças pró-imperialistas, não desejando ceder as posições, reforçaram a sabotagem económica e o terror político, apelando constantemente ao golpe fascista. Os confrontos violentos são diários na capital do país.

Nos últimos tempos, grandes quantidades de armas entraram clandestinamente em El Salvador, enquanto que se estima em mais de mil e oitocentos milhões de dólares (cerca de 90 milhões de contos) os capitais que foram retirados ilicitamente dos bancos, entre Junho e Dezembro. Entretanto, calcula-se em 800 mil dólares os capitais que a burguesia nacional e os empresários estrangeiros estão a fazer sair diariamente do país.

Por sua vez, as várias forças políticas de esquerda avançaram já para a formação de uma «aliança táctica» que visa a resistência contra a oligarquia e a ameaça de um «putch» fascista. O Partido Comunista de El Salvador, que apoiou o golpe dos jovens oficiais do exército, anunciou num comunicado estar também presente num organismo de coordenação revolucionária. No referido documento, os comunistas salvadorenhos acentuam: **Depois de 25 anos de luta por meios pacíficos, o povo de El Salvador já não tem outra alternativa senão a via das armas.**

A frente de resistência popular à oligarquia e à ameaça de golpe fascista alarga-se a cada vez mais vastas camadas da população e sectores da vida de El Salvador, nomeadamente entre a hierarquia da Igreja Católica e numerosos grupos de oficiais honestos e progressistas. Assim, ainda recentemente, o próprio arcebispo da capital denunciou publicamente a extrema-direita e acusou a oligarquia de estar a ampliar e a organizar forças e de pretender levar o país para a guerra civil. Na mesma altura, o arcebispo de El Salvador condenou ainda a permanência de tendências direitistas nas Forças Armadas.

No início desta semana, a Junta governativa do país proclamou o Estado de excepção, assumindo todos os poderes executivos e legislativos. Esta medida, só por si, não vem resolver nenhum dos problemas com que se debate o país, dependendo a resolução destes ao combate frontal aos privilégios políticos, económicos e sociais das camadas oligárquicas. Resta saber se a Junta enveredará por essa via.

Mais que uma fotografia, uma caricatura!

A fotografia quase que dispensa comentários e o seu título poderia bem ser «foto de grupo com Muzorewa». Na hierarquia própria das coisas do imperialismo, a primeira fila é apenas ocupada por Muzorewa e por oficiais brancos do exército rodesiano, seguem-se os oficiais negros e, na última fila, novamente oficiais brancos, para enquadrar. Tudo sem mistura, muito bem hierarquizado. Um documento que constitui uma verdadeira caricatura do neocolonialismo que o imperialismo quer instaurar na Rodésia

Trinta dias de Governo antipopular e antidemocrático

Trinta dias volvidos sobre a entrada em funções do governo PPD/CDS chefiado por Sá Carneiro (ou por Freitas do Amaral?) que nos dizem os factos? Os factos falam por si, como a seguir veremos. Mas sobre o que tem sido a acção governamental é também particularmente significativa a preocupação e até mesmo o repúdio crescente que tal acção está a merecer não só entre o povo em geral mas particularmente entre milhares de votantes na AD, defraudados pelo não cumprimento de palavrosas promessas eleiçoeiras.

Mas vamos então aos factos. Vejamos, muito no concreto, e em curto balanço, as medidas tomadas num mês -- apenas num mês! -- pelo governo de Sá Carneiro (ou de Freitas do Amaral?).

- Grande aumento do preço dos combustíveis, sem a adopção de nenhuma medida paralela que evite a subida descontrolada e especulativa dos preços em geral.
- Liberalização da importação da batata de consumo, enquanto os produtores têm imensa batata por escoar, e continuação do preço livre, enquanto a especulação e o açambarcamento andam à solta.
- Liberalização do preço do azeite, em prejuízo do público e em benefício dos grandes armazenistas e intermediários.
- Suspensão de cerca de 40 Contratos Colectivos de Trabalho, abrangendo cerca de meio milhão de trabalhadores, adiando, em exclusiva vantagem dos lucros patronais, a entrada em vigor dos novos salários.
- Disponibilidade para despedimento colectivo de 248 trabalhadores da Standard Electric, anulando uma medida do governo anterior e restabelecendo assim uma decisão de Mota Pinto.
- Recomeço das violências, esbulhos e ilegalidades contra a Reforma Agrária, em frontal desrespeito não só pelos interesses da economia nacional como pelas próprias leis e decisões dos tribunais.
- Adopção de medidas visando o controlo descarado da comunicação social estatizada, como são os casos de «A Capital» e de «O Comércio do Porto», desprezando em absoluto os Conselhos de Informação e infringindo a Constituição e as leis.
- Inauguração de uma «nova» política externa, digna do tempo de Salazar e Caetano, caracterizada por um antisovietismo primário e uma submissão sem limites aos Estados Unidos e à política de guerra-fria do imperialismo.
- Adopção de critérios vingativos, intolerantes e totalitários no preenchimento de cargos oficiais, de que é exemplo mais conhecido o saneamento de Maria de Lourdes Pintasilgo do lugar de embaixatriz na UNESCO.
- Desencadeamento de conflitos e atitudes de hostilidade com outros órgãos de soberania.

Apesar do período ser curto, mais se poderia acrescentar. Mas o que aí fica basta para comprovar que em trinta dias de governação o PPD e o CDS não evidenciaram qualquer sinal de competência, dinamismo ou capacidade para resolver um único que seja dos problemas do povo e do País, não produziram nenhuma ideia ou iniciativa generosa, positiva ou adequada às aspirações e necessidades da população laboriosa.

Num mês de Governo foi o que se viu. Que não haja ilusões: apesar da demagogia, das novas promessas que também não se cumprirão, os próximos meses não serão diferentes. Este Governo não serve – e nas próximas eleições, ou mesmo antes, cairá.

A «verdade» dos preços é a verdade da direita

O combate à inflação e a defesa do poder de compra constituem objectivos prioritários da política económica do Governo. (...) O aumento do poder de compra da população possibilitará um crescimento do consumo privado superior ao verificado nos últimos anos, atenuando-se a austeridade a que a maioria dos portugueses tem estado sujeita. (...) No relançamento da actividade ter-se-á em consideração o objectivo de conter o aumento dos preços.

(Do Programa do Governo, pags. 19 e 20)

Os novos preços dos combustíveis estão em vigor há uma semana. Cedo se manifestou a verdade da direita.

A «mudança» que prometeu já teve tempo para abrir os olhos aos que acreditaram nela. Assim cumpre o Governo as promessas do seu Programa, para já não falar nas feitas durante a campanha eleitoral...

Até que acabem as «promessas» muitos outros compreenderão que os aumentos de preços, mesmo os inevitáveis, trazem tdos eles a marca bem visível de um retrocesso que tenta ir longe e cabe aos trabalhadores parar.

O Governo que a Aliança Reaccionária instalou em São Bento para destruir as conquistas de Abril já manifestou sobejamente, em medidas, ameaças e projectos, que os aumentos dos combustíveis se enquadram numa política incapaz de os integrar em qualquer progresso da economia do País.

Nenhuma compensação se pode esperar de um Governo que, antes de aumentar a gasolina, o gasóleo e o gás, recusa a entrada em vigor de 40 contratos colectivos de trabalho, usando arbitrariamente o poder contra os trabalhadores.

São conhecidos os resultados imediatos desses aumentos. Sectores como a pesca e a agricultura serão afectados duramente. Os transportes e os produtos essenciais vão subir. Sem qualquer perspectiva de progresso, o Governo da direita oferece aos trabalhadores e às camadas médias da população um agravamento insuportável das condições de vida.

Os despedimentos colectivos voltam à ordem do dia. O Governo reaccionário, ao mesmo tempo que ameaça o sector nacionalizado e retoma o assalto à Reforma Agrária, dá todo o estímulo às multinacionais para que actuem no nosso País como se os trabalhadores portugueses nada tivessem conquistado nos 6 anos posteriores à derrota do fascismo.

Uma farta companhia

Os novos preços dos combustíveis trazem farta companhia. Depois do azeite, anunciam-se aumentos nos adubos, nos óleos vegetais, no pão, no arroz, no açúcar. Os efeitos a curto prazo são conhecidos. Produtos, bens e serviços, tudo sofrerá novos aumentos.

E que oferece em troca o Governo reaccionário? Mais desemprego, menos postos de trabalho, mais dificuldades para as empresas nacionalizadas, mais submissão ao FMI e aos interesses do imperialismo, menos estabilidade para a democracia, novos ataques ao regime democrático.

As forças políticas e económicas coligadas na Aliança Reaccionária prometeram muito durante a campanha eleitoral. O embuste demagógico da direita incidia precisamente no nível de vida dos portugueses. Foi mesmo a preocupação fundamental da sua propaganda. O principal inimigo da reacção coligada seria o aumento dos preços. Era o que afirmavam com descaro os que estão agora no Governo. Mas cedo caíu a máscara. Preços altos e salários a cair é o prémio que a direita oferece a quem nela votou.

A resposta certa e inevitável

Depressa e com a força que só a unidade consegue, os trabalhadores, que votaram e não votaram nesta «situação» ameaçadora, só têm um caminho a seguir. É o caminho deles. Foram eles que o escolheram. A luta de massas é a resposta certa e inevitável a essa «situação» que ameaça pela raíz os interesses mais legítimos e vitais de todos os trabalhadores portugueses.

A ofensiva reaccionária não deixa ninguém de fora. Todos os que vivem do seu trabalho ou de um pequeno rendimento cedo entenderão que a «verdade dos preços» deste Governo é a verdade dos baixos salários, do boicote permanente à contratação colectiva, do ataque aos direitos e liberdades sindicais, da desvalorização permanente das pequenas poupanças, dos filhos sem emprego e sem poderem organizar a sua vida, dos pensionistas e reformados já directamente atacados por este Governo de direita que mandou suspender o esquema mínimo de protecção social que o Governo anterior aprovara.

Com o aumento da gasolina -- que solução para os automobilistas? A imagem fornece uma sugestão...

A «verdade dos preços» é a verdade da direita submetida a interesses económicos do capitalismo internacional em crise generalizada e permanente. O Governo da Aliança Reaccionária quer importar refugos dessa crise. Quer obrigar os trabalhadores e as classes médias a aceitar os piores aspectos de uma «Europa» que apoiou o fascismo em Portugal.

A «verdade dos preços» nada tem de transparente. Pretende é tapar a limpidez dos interesses de quem trabalha. Os aumentos dos combustíveis não vão reflectir-se favoravelmente nos preços dos produtos essenciais. Não está à vista nenhuma estabilidade nesse campo. Pelo contrário. Os agravamentos prometem ser ainda mais brutais do que já foram em Governos anteriores onde a direita se instalara.

Ao serviço de quem? De interesses e privilégios contra os quais se fez o 25 de Abril. Não para servir o pequeno capital privado, as pequenas e médias empresas em dificuldades, os pequenos e médios produtores agrícolas. Para esses continuarão a ficar grande parte dos problemas e anseios comuns a todos os trabalhadores.

O agravamento dos preços e do nível de vida vai favorecer meia dúzia de grandes intermediários parasitas. Vai fazer o jogo político e proteger directamente os interesses dos grandes capitalistas, desapossados dos monopólios, dos latifundiários expropriados, de toda a reacção revanchista e saudosa do fascismo.

Só para esses é transparente a «verdade dos preços», a verdade da direita e dos seus preços a subir.

Subversão da legalidade na Imprensa estatizada

O Governo seguirá uma política de verdade e pluralismo em matéria de comunicação social, valorizando, na medida em que isso de si dependa, o trabalho e a competência sobre o sectarismo e a fidelidade partidária. (...) A manutenção do equilíbrio ideológico e da independência perante o Governo dos órgãos de comunicação social pertencentes ao Estado constituirá também objecto de permanente preocupação do Executivo.

(Do Programa do Governo, pág. 83)

Aí está ela, desnudada perante toda a gente, a «política de verdade e pluralismo», a independência perante o Governo»! Instalados no poleiro, o PPD e o CDS desdizem tudo o que antes tinham prometido, tomam medidas arbitrárias e ilegais de controlo sobre a informação paga pelo povo, nomeiam, sem cumprir os requisitos legais, conselhos de gerência e direcções da sua confiança, concretizam um verdadeiro assalto à comunicação social estatizada a fim de a pôr ao seu serviço e da sua política.

«O domínio absoluto e asfixiante da comunicação social estatizada por parte do Governo Sá Carneiro e dos partidos e grupos que o apoiam – afirma-se numa nota da SIP do PCP divulgada anteontem – é uma peça do seu plano para abafar a expressão do descontentamento popular contra a sua política e um elemento integrante da sua estratégia de manutenção no poder por meios fraudulentos e antidemocráticos, ao arrepio da vontade popular.

Para as forças democráticas, para todos os profissionais de informação que prezam a sua dignidade e liberdade, fazer frente a esta ofensiva é desde já um imperativo da maior importância no quadro da luta em defesa da liberdade de expressão e do próprio regime democrático».

«A Capital» e «O Comércio do Porto»

Acerca das novas nomeações para director e director-adjunto de «A Capital», a referida nota acentua:

«Estas nomeações feitas pelo Conselho de Gerência da EP Notícias/Capital – ele próprio em situação de mais que duvidosa legalidade – são manifestamente ilegais e de nulo valor jurídico, uma vez que, contrariamente ao que determina o Art.º 7.º da Lei 78/77, não foram sujeitas a parecer prévio do Conselho de Informação para a Imprensa.

Prevenindo contra previsíveis justificações falaciosas, o PCP faz notar que não estabelecendo a Lei 78/77 qualquer regime especial para os casos de alegada «recondução», as nomeações de Sousa Tavares e Rodolfo Iriarte para os cargos de direcção de «A Capital» são para todos os efeitos novas nomeações que têm obrigatoriamente de ser sujeitas a parecer prévio do respectivo Conselho de Informação.

Com efeito, qualquer outra interpretação conduziria à situação absurda e intolerável de, sempre que pretendessem subtrair-se ao cumprimento da Lei, poderem os Conselhos de Gerência passar a repescar antigos directores com o artifício formal de considerarem nulas todas as exonerações e nomeações entretanto ocorridas.»

Mas há outra situação flagrantemente ilegal, que se arrasta já há várias semanas. Com efeito, desde 16 de janeiro que, no «Comércio do Porto» existe uma nova direcção nomeada e empossada igualmente à revelia do Conselho de Informação. Sublinhe-se que esta publicação está indiscutivelmente sujeita ao controlo do CI, como aliás, em seu tempo, o reconheceu o próprio Proença de Carvalho.

Duas situações com um elo comum. Afirma a nota da SIP:

«Na comunicação social estatizada, como noutros sectores da vida nacional, cedo se está desmascarando a profunda hipocrisia dos anunciados propósitos do Governo Sá Carneiro de assegurar "o império da lei" e o respeito pelo "Estado de Direito".

As situações de gritante ilegalidade existentes no "Comércio do Porto" e agora em "A Capital" confirmam inteiramente que na ânsia de controlar totalmente a comunicação social do Estado, o Governo Sá Carneiro e os seus agentes não hesitam sequer no mais desavergonhado desrespeito das normas e princípios legais.

As nomeações já efectuadas pelo Governo PPD/CDS para cargos na comunicação social estatizada confirmam ao mesmo tempo que o Governo da Aliança Reaccionária se orienta exclusivamente por critérios sectários e de compadrio político, valendo o seu propósito de reinstalar Sousa Tavares na direcção de «A Capital» como um autêntico símbolo de uma política de informação baseada na negação do pluralismo, na intolerância e na utilização de património do Estado para protecção e incitamento a actos de subversão do regime e da legalidade democrática.»

A acção do Governo, obviamente, é secundada pelos partidos que o apoiam, utilizando os métodos «democráticos» que lhes são próprios. Acentua ainda a nota da SIP:

«Denunciando as recentes atitudes do PPD e do CDS de boicote ao regular funcionamento dos Conselhos de Informação como visando proteger as ilegalidades cometidas pelo Governo e pelos Conselhos de Gerência que o servem, o PCP sublinha a pronta necessidade de dar enérgico combate a esta ofensiva governamental dirigida contra o pluralismo e a independência no sector público da comunicação social e visando anular o controlo democrático da informação consagrado na Constituição da República.»

40.º Aniversário de «Gaibéus» romance de viragem

Por iniciativa da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira estão a decorrer as comemorações do 40.º aniversário do romance "Gaibéus", de Alves Redol, combatente antifascista falecido em Novembro de 1969 e escritor cuja obra permanece viva no nosso tempo.

"Gaibéus", cuja primeira edição se publicou em 1940, é considerado como o começo do neo-realismo. Trata-se de um romance de grupo, o primeiro romance de massas, em que o pólo não é o herói mas o drama colectivo, que retrata as experiências, os sonhos, as esperanças, os sofrimentos de quantos vivem e sofrem um mesmo destino.

Nas várias críticas literárias através dos tempos feitas a "Gaibéus" chegou-se mesmo a colocar a interrogação se este livro possuiria uma representatividade que até ao seu aparecimento nenhuma outra obra conseguiu alcançar. Todas as respostas a esta questão foram afirmativas. Pela primeira vez a narrativa do romance se desenvolve em função de factores e de circunstâncias futuras, mas cujas consequências se começam a fazer sentir no despertar da consciência ainda alienada do grupo. É assim que, por exemplo, no princípio da década de 40 Alves Redol "relata" o fluxo emigratório que viria a estalar nos anos 60...

Essas críticas, que colocam "Gaibéus" no lugar que efectivamente ocupa no panorama da literatura portuguesa, conservam por isso mesmo toda a actualidade, neste momento em que passam 40 anos sobre a sua primeira edição, e justificam, de certo modo, o facto deste romance – provavelmente mais do que qualquer outro na obra de Alves Redol – permanecer como um dos mais gratos às massas populares.

Daqui ainda a adesão do povo de Vila Franca às comemorações e a atenção com que estas são seguidas por todo o país.

As comemorações, que se prolongarão até final do mês de Março, iniciaram-se no passado sábado com a sessão realizada na Câmara Municipal de Vila Franca em que falaram o escritor José Cardoso Pires e o presidente da edilidade, Daniel Branco, que salientaram o carácter universalista da obra de Redol e o estímulo que ela constitui para a luta por um futuro "mais à dimensão dos homens livres que somos e que queremos continuar a ser".

Procedeu-se depois à inauguração de uma lápide na casa onde Redol nasceu e em frente à qual o camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do CC do PCP e director do "Avante!", se referiu ao exemplo do escritor que "sempre acreditou no futuro e ajudou muita gente a acreditar também".

Evocando a jornada antifascista que constituiu o enterro de Redol, o povo de Vila Franca dirigiu-se em romagem ao cemitério da vila onde José Manuel Tengarrinha, dirigente do MDP/CDE, falou dessa "tarde difícil e tensa em que Vila Franca esteve cheia de polícia de choque". Também Edmundo Pedro, dirigente do PS, falou de Alves Redol para quem "a luta pela liberdade foi sempre o grande objectivo da sua vida".

Ainda no sábado, na Sociedade Euterpe Alhandrense, foi inaugurada a exposição itinerante "Gaibéus e o seu tempo".

O escritor durante um passeio no Tejo, nos anos quarenta. Entre os participantes, Bento Caraça e Fernando Lopes Graça

4 de Fevereiro de 1961: O início da vitória em Angola

Foi em 4 de Fevereiro de 1961: com o objectivo de libertar patriotas presos, que lutavam pela liberdade do seu povo, contra a ditadura fascista e colonialista, um grupo de revolucionários angolanos desencadeia um ataque à cadeia da PIDE em Luanda.

Foi o início da luta armada contra a opressão colonial na terra angolana, uma luta que iria durar 13 anos e que nunca teve como inimigo ou opositor o Povo português, também alvo da tirania fascista de Salazar e Caetano.

A repressão não se fez tardar e assumiu então formas da mais brutal violência. Perseguições, torturas, massacres, numa palavra — **crimes** sobre **crimes** — sucederam-se então contra os melhores filhos do povo angolano, que já desde 10 de Dezembro de 1956 tinha no MPLA a sua vanguarda revolucionária e a sua certeza de que «a vitória é certa — a luta continua!».

E a luta, de facto, continuou! Uma vez derrubado o fascismo em Portugal, os patriotas angolanos venceram depois a segunda guerra de libertação, desta vez contra a intervenção descarada do imperialismo norte-americano, contra os fantoches da UNITA e FNLA, e contra as agressões das hostes racistas da África do Sul, que vezes sem conta violaram quer por terra quer pelo ar o espaço angolano.

A República Popular de Angola é hoje uma realidade que se impõe aos olhos do mundo e da opinião pública internacional, realidade construída pela abnegação sem limites de homens como Agostinho Neto, hoje desaparecido, mas vivo no espírito e na acção do povo angolano, que em 11 de Novembro de 1975 se apresentou à África e ao mundo como povo soberano.

4 de Fevereiro de 1961 foi o início da vitória, rumo ao futuro que hoje se constrói na República Popular de Angola, sob a direcção revolucionária e patriótica do MPLA-PT, presidido pelo camarada José Eduardo dos Santos.

As comemorações em Portugal

Por iniciativa da Associação Portugal-Angola e de um grupo de angolanos, em colaboração com a Embaixada da RPA em Lisboa, o 4 de Fevereiro está a ser assinalado no nosso país através de um variado conjunto de iniciativas culturais e desportivas.

As comemorações centralizam-se nas cidades de Lisboa, Porto, Coimbra e Faro, estando marcada para hoje, às 21 e 30, no Teatro Gil Vicente, em Coimbra, uma sessão pública em que participarão, nomeadamente, representantes da missão diplomática angolana em Portugal.

Em Lisboa e no Porto, na passada segunda-feira, realizaram-se sessões públicas em que uma vez mais se reafirmou a solidariedade dos democratas portugueses para com o povo angolano. Na capital, a iniciativa decorreu no Teatro Aberto, completamente cheio, encontrando-se na mesa da presidência o embaixador da RPA, camarada Adriano Sebastião, além de representantes da Associação de Amizade, do Conselho Português para a Paz e a Cooperação (CPPC) e ainda Virgílio Domingos Ferreira, um dos sobreviventes do grupo de 270 patriotas angolanos que tomou parte no 4 de Fevereiro.

A parte final da sessão contou com a presença artística de Fausto, Samuel, Manuel Branco e de um grupo de 11 instrumentistas e 5 vocalistas, vindo expressamente de Angola.

No Porto, a sessão realizou-se na Cooperativa Árvore e foi presidida pelo reitor vitalício da Universidade, prof.º Ruy Luís Gomes, acompanhado por representantes da Embaixada da RPA, António Macedo, presidente do PS, e Daniel Matos, presidente da Associação.